

Revista Aurora 7, 2009

AURORA: Revista digital de Arte, Mídia e Política – NEAMP – Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política, Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais, PUC-SP.

Nº 1 (dezembro – 2007). –São Paulo: o Programa, 2007 – Quadrimestral.

1. Ciências Humanas – Periódicos. 2. Arte 3. Mídia. 4. Política.

I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduated em Ciências Sociais.

ISSN 1982 6672

Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva (PUC-SP)
Celso Fernando Favaretto (USP)
Fernando Antonio de Azevedo
(Universidade Federal de São Carlos)
Gabriel Cohn (USP)
José Luis Dader García (Universidad
Complutense)
Laurindo Lalo Leal (USP)
Maria do Socorro Braga (Universidade
Federal de São Carlos)
Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)
Miguel Wady Chaia (PUC-SP)
Raquel Meneguelo (UNICAMP)
Regina Silveira
Silvana Maria Correa Tótora (PUC-SP)
Yvone Dias Avelino (PUC-SP)
Venício Artur de Lima (UnB)
Vera Lucia Michalany Chaia (PUC-SP)
Victor Sampedro Blanco (Universidad Rey

Comitê Editorial

Andréa Reis
Ari Macedo
Bruno Carriço Reis
Cláudio Luis de Camargo Pentead
Cristina Maranhão
Eduardo Luis Viveiros de Freitas
Miguel Wady Chaia
Marcelo Burgos
Rosemary Segurado
Syntia Pereira Alves
Vera Lucia Michalany Chaia

Editores

Rafael de Paula Aguiar Araújo
Silvana Gobbi Martinho

AURORA é uma publicação do NEAMP – Núcleo de Estudos Pós-Graduated em
Ciências Sociais da PUC-SP.



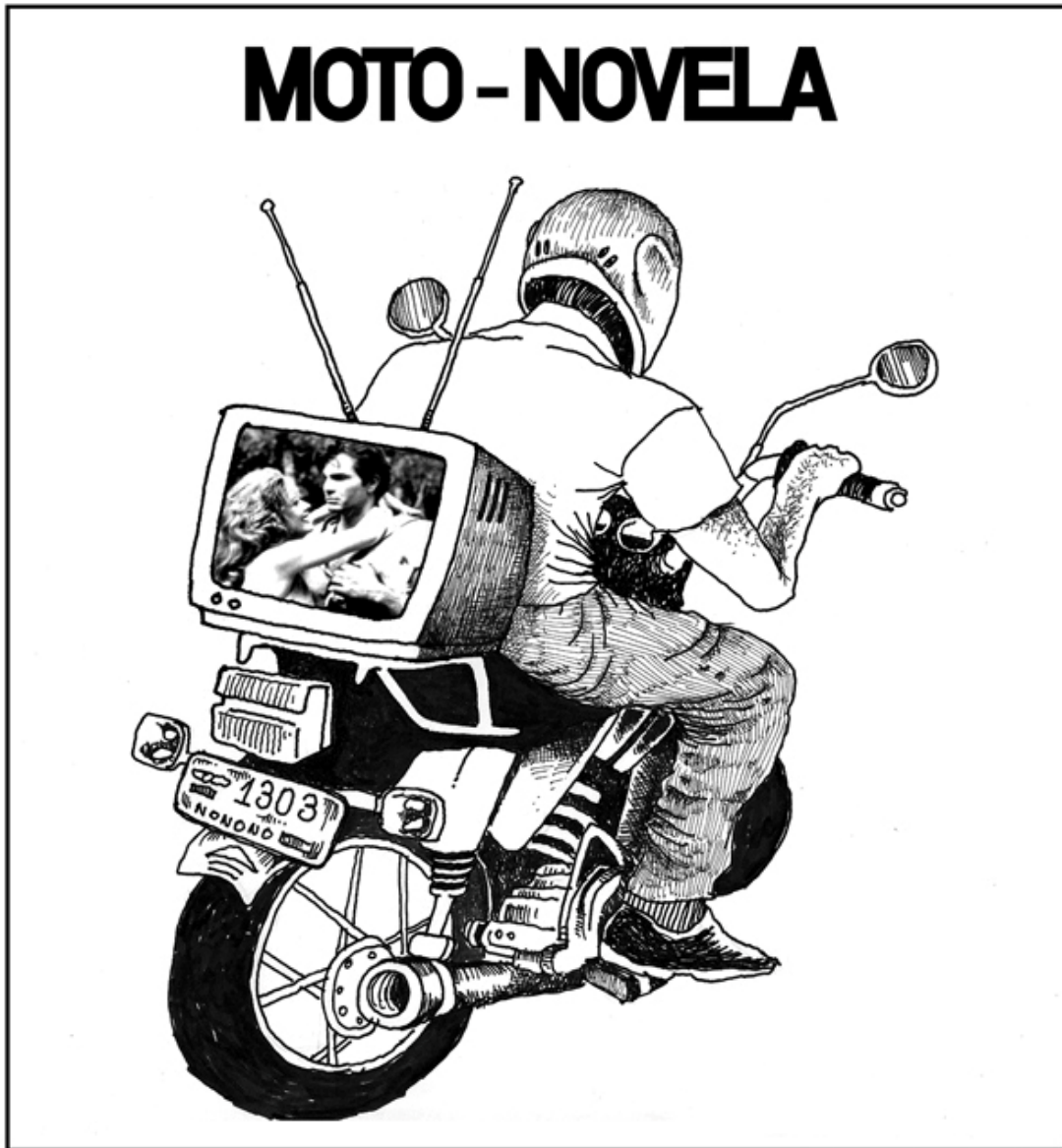
AURORA

A Revista AURORA nasce no período em que as profundas transformações tecnológicas se intensificam, tanto nos campos da arte, da mídia e da política. Tempos em que os termos ciberespaço e ciberdemocracia modificam as relações interpessoais e ampliam a difusão de informações.

Se apresenta como uma ferramenta auxiliar das discussões que se fazem presentes entre os pesquisadores do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp), do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aliás, germina como proposta das comemorações dos 10 anos de criação do próprio Neamp.

AURORA também tem como objetivo a divulgação e difusão da produção dos pesquisadores do NEAMP, mas também da produção de pesquisadores, artistas e profissionais, de forma geral, que atuam nas áreas comuns da arte, da mídia e da política. Situa-se no campo da política, buscando ampliar essa área de conhecimento com interfaces na mídia e na arte.

Assim, diante das diferentes modalidades da produção, disseminação e consumo da informação, a análise e o debate voltados aos meios de comunicação de massa e a cultura tornam-se relevantes para explicitar as tramas que envolvem os indivíduos e as instituições na contemporaneidade.



Tiago Judas



Neamp

SUMÁRIO

nota dos editores	6
<i>Rafael Araújo e Silvana Martinho</i>	
coluna	8
A violência do silêncio – a morte de Federico Garcia Lorca <i>Syntia Alves</i>	
entrevista	12
com Sérgio Adorno	
artigos	
A violência é cega: Reflexões em torno de Ensaio sobre a Cegueira de José Saramago <i>Gilberto Lopes Teixeira</i>	19
A sociedade civil e o embate simbólico na esfera pública <i>Carlos Eduardo Freitas</i>	31
Des-construção urbana ou direito à periferia? Violações no centro de São Paulo e metrópole insustentável <i>Francisco de Assis Comarú</i>	56
Desafios para a análise do jornalismo internacional <i>Fhoutine Marie Reis Souto</i>	86
A Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: Realidades e Mitos <i>Daniella Tebar Avena</i>	99
Discursos de violência e não-violência na mídia policial televisiva <i>João Medeiros Barata</i>	112



Neamp

Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX <i>Nildo Avelino</i>	126
Novos Estabelecidos, novos Outsiders? <i>Marcello Rollemberg</i>	144
Governos democráticos e as vítimas da luta pela terra <i>Artur Zimmerman</i>	153
poesia <i>Rodrigo Estramanho</i>	
Violênciosofia ou o léxico de Caim	171
Tear de guerra <i>ou poesia para idiotas</i>	173
imagens <i>Daniela Lemos de Moraes</i>	
Encarnado	174



Neamp

Nota dos Editores

Rafael Araújo
Silvana Martinho

O postulado de Clausewitz, que trata a guerra como a continuação da política por outros meios, nos permite considerar a violência como algo central nas relações sociais. Quando Michel Foucault inverteu essa proposição tratando a política como uma guerra continuada, mostrou que a distinção e a oposição entre guerra e paz não é tão simples, e que cabe encontrar no cotidiano as forças que atuam sobre os homens e que mostram a guerra como algo que é gestada diariamente. Avaliar a guerra como símbolo da violência nos permite considerar sua importância para a política. Não se trata de avaliar apenas o campo de batalha, mas reconhecer a violência presente nas instituições, na educação, na subjetividade, enfim, nas diferentes esferas que congregam o humano.

Na sociedade contemporânea, os estudos sobre o tema se realizam com tamanha intensidade, principalmente, devido ao fato de que a violência é transformada em espetáculo. As formas de violência atravessam diferentes épocas e culturas, contextos sociais e políticos distintos e tomam forma de acordo com o conjunto de circunstâncias que se apresentam. Para caracterizar a violência, portanto, é preciso olhar para os meios de comunicação, para as relações internacionais, para o mercado, para a família, para a escola e para tantos outros espaços de socialização.

A Revista Aurora, na edição de número 7, reúne reflexões acerca da violência. A abordagem procurou ser o mais ampla possível a fim de oferecer ao leitor exemplos consistentes da amplitude do tema e das relações possíveis com a arte, a mídia e a política.

João Barata, em seu artigo, analisa o discurso da violência na mídia, chamando a atenção para a mídia policial televisiva e a forma com que as práticas e os discursos são



Neamp

engendrados. Fhoutine Marie aborda as dificuldades da cobertura jornalística do atentado às Torres Gêmeas e da invasão ao Iraque, apontando para a importância das novas tecnologias na produção da informação e as relações de controle presentes em casos específicos como os analisados. Marcello Rollemberg discute a decisão do STF pela não obrigatoriedade do curso de jornalismo e as implicações dessa decisão na prática da profissão. Em uma perspectiva diferente, Daniela Avena analisa a violência doméstica no campo das relações homossexuais femininas, apontando a complexidade das questões de gênero e as alternativas possíveis para o problema.

Abordando diferentes violências na periferia e nos movimentos sociais Francisco Comáru analisa as políticas urbanas e os direitos humanos na cidade de São Paulo e Carlos Freitas aborda a articulação da sociedade civil na periferia de Belo Horizonte a partir da produção audiovisual de jovens organizados em torno da Rede Jovem de Cidadania. Artur Zimmerman avalia o crescimento da violência na luta pela terra em governos democráticos pós-1985 oferecendo uma valiosa sistematização de dados, fruto de sua pesquisa. Já o artigo de Nildo Avelino discute o crime de anarquismo a partir da Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas de 1898 e Gilberto Teixeira avalia a obra *O ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago, analisando diferentes manifestações do tema da violência presente em distintos momentos do romance.

A Revista Aurora traz ainda a coluna de Syntia Alves, tratando do silêncio a respeito da morte de Federico Garcia Lorca, além de uma valiosa entrevista com Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que pondera sobre as pesquisas que estão sendo realizadas na área e as especificidades da violência na sociedade contemporânea. O leitor terá ainda a oportunidade de ler as poesias de Rodrigo Estramanho, feitas para essa edição, e *Encarnado*, imagens de Daniela Lemos de Moraes.



Neamp

A violência do silêncio – a morte de Federico Garcia Lorca.

Syntia Alves*

Para violentar alguém muitas vezes é preciso mais do que crueldade, é preciso saber o que de fato é doloroso para aquele que se quer atingir. Às vezes as agressões precisam sair do lugar comum do que conhecemos como os modos de violência, nem sempre um ataque físico ou verbal é capaz de acertar o alvo da maneira que se pretende. Isso já é sabido há muito tempo e os atos de violência têm atingido requintes surpreendentes, mas às vezes sua eficiência se deve à atuação de maneira muito simples.

As ditaduras há muito já sabem o quão violento pode ser o silêncio. Não permitir que se fale, que se escute, que se pense foi uma das violências mais eficazes descobertas pelo homem. Attingir alguém pelo silêncio, pelo não dito, pela ignorância é matá-lo para os outros, é destruí-lo de forma tão eficaz quanto uma bomba atômica, que vai direto aos átomos. O ostracismo é a violência silenciosa que pode fazer desaparecer pessoas e idéias e sem gerar grandes resistências.

Ao assassinar Federico Garcia Lorca os generais franquistas não tinham como alvo um agente de guerra; a figura de Lorca não era uma força ameaçadora no contexto comum de uma guerra civil, no qual civis vão à luta armada escolhendo um bando para se aliar. A ameaça de Lorca não era bélica, mas como definiu Ruiz Alonso¹, Garcia Lorca era mais perigoso com uma pluma na mão do que muitos com uma arma. Assassinar o poeta mais importante da Espanha no século XX foi um ato violento não apenas pelo fuzilamento, ou pelos “tiros en el culo por maricón” que Juan Luis Trescastro se gabou de

* Syntia Alves é doutoranda do programa de estudos pós graduados em ciências sociais da PUC – SP, membra do Neamp e fotógrafa.

¹ Ruiz Alonso foi o responsável pela prisão de Federico Garcia Lorca, e a periculosidade por ele atribuída ao Lorca foi a causa da prisão do poeta, e tal prisão desencadeou na morte do poeta. Um dos detalhes mais importantes da participação de Ruiz Alonso é o fato dele ter conseguido a prisão de Lorca sem a autorização de nenhum general, como que um trunfo próprio deste que nem ao menos era membro da Falange. Segundo os relatos, a prisão de Lorca poderia não tardar muito, porém o poeta ainda não era alvo de Franco naquele agosto de 1936.



Neamp

ter disparado. A violência cometida contra Garcia Lorca é uma violência plural no sentido em que tinha muitas intenções e muitos alvos, não apenas a simples morte de um homem que era uma figura dentro e fora da Espanha da década de 30.

O fato é que até hoje não se sabe se Lorca recebeu de fato esses tiros descritos acima, nem ao menos se sabe onde está o corpo do poeta – o que significa não saber exatamente quando Lorca morreu, o que aconteceu com ele, onde aconteceu sua morte e nem que violências ele pode ter sofrido. A busca pela fossa de Lorca, que começou há pelo menos 30 anos, não tem como finalidade responder às questões anteriores a fim de ilustrar com imagens sádicas o assassinato de uma pessoa pública, como gostam de fazer os meios de imprensa marrom e sensacionalistas. Trata-se de trazer à luz a verdade dos fatos, acabar com as mentiras, suposições e, principalmente, acabar com o silêncio.

O silêncio pode ser torturante. E o silêncio que existe em torno da morte de Lorca chega a ser ofensivo, significa tentar colocá-lo em um lugar de esquecimento, minimizando a importância de sua obra ou o impacto de suas palavras. A morte de Garcia Lorca foi autorizada pelos generais que dominaram a Andaluzia em agosto de 1936, segundo documentos da época, e depois de sua morte a obra de Lorca foi proibida na Espanha por muitos anos. Até o ano de 1975, quando morreu Franco, o volume das obras completas de Lorca tinha menos da metade do que se conhece hoje das obras do poeta. Manter a Espanha na ignorância é uma das maiores violências que se poderia cometer contra Garcia Lorca, afinal ele levou por todo o território espanhol um pouco de cultura sobre os palcos do grupo mambembe “La Barraca”, encenando os clássicos do teatro espanhol em povoados onde a taxa de analfabetismo era altíssima. Silenciar a voz do homem que subiu em palcos, palanques e concedia entrevistas denunciando a pior burguesia da Espanha², a ditadura de Salazar ou se colocando ao lado do partido dos pobres³, como fez Lorca, seguramente é mais violento que os tiros e o corpo na fossa que se atribuem à sua morte.

A obra de Garcia Lorca foi como uma voz da Espanha que ecoou em diversos

² “A pior burguesia da Espanha” foi a maneira que Lorca usou para descrever o que gerou o repovoamento de Granada, depois da tomada católica em 1492. A declaração está na entrevista do poeta publicada no jornal “El Sol”, de 10 de junho de 1936.

³ Quando perguntavam a Lorca sobre sua posição política sua resposta era de que ela era partidário dos pobres.



Neamp

países. Inglaterra, França, Portugal, EUA, Cuba, México e Argentina conheceram a obra de Lorca entre as décadas de 20 e 30, e com sua obra Lorca tornou conhecidas diversas facetas da Espanha: um país agrário, que no século XX, tinha parte de seu território vivendo na época medieval, tradições católicas e ciganas que conviviam baixo uma história de imigrações e dominações, trajetórias de muçulmanos e católicos. As obras de Lorca eram vistas, já em sua época, como representantes de um país multifacetário que a muitos encantava, mas que a outros causava repulsa. Espanhas que se reconhecem, se encontram e se negam na obra de Lorca: Catalunha, Madrid, Galícia, Andaluzia.

Entre os anos de 1936, início da Guerra Civil Espanhola, e 1975, ano da morte do General Franco, subestima-se que morreram na Espanha entre 350 e 400 mil pessoas, mortes provocadas pelo conflito político interno pelo qual passava o país, porém mais da metade das mortes aconteceu depois de 1939, quando a guerra já havia acabado e a Espanha estava sob governo de Franco. Mesmo com o fim da guerra era preciso silenciar muitas vozes, um silêncio violento e gerado a custo de muita violência, a fim de construir a “verdadeira Espanha”: militar, nacionalista e católica e que fez derramar sangue tanto daqueles que se negavam a aceitar uma faceta como a verdadeiramente espanhola, quanto defensores desta visão uniforme do que devia ser o país. Foram muitos mortos de todos os lados, em todos os bandos, homens, mulheres, crianças, estrangeiros, espanhóis... Os mortos da Espanha durante esses quase 40 anos são, cada um, símbolos de silêncio forçado, opressão. A violência de não poder dizer, de não poder pensar, tão típica das guerras e ditaduras. A violência do eterno medo que tomou conta da Espanha e que ainda hoje se respira em várias partes do país. O medo do passado que cria a ignorância do presente.

De que maneira, de fato, Federico Garcia Lorca foi morto, quando e onde está seu corpo, ainda hoje não se sabe. E poucas vezes se buscou saber, tanto pelo governo da Espanha, quanto pela família do poeta – ao menos essas buscas não aconteceram publicamente. E por que não há interesse em saber o fim real da vida de Lorca? O que lhe teria acontecido? Quem estaria envolvido? Não saber as respostas a essas questões é deixar a verdade no campo da especulação, da imaginação, e é manter Garcia Lorca mais vivo no que diz respeito às especulações, mas morto com relação à sua própria história, à



Neamp

história de seu país, é condená-lo a ser ignorado pelas futuras gerações, e isso, para Lorca, certamente é muito violento.



Neamp

Entrevista com Sérgio Adorno

Sérgio Adorno é cientista social e doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo, possui pós-doutorado pelo Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales, CESDIP, França. Atualmente é professor titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, coordenador científico do Núcleo de Estudos da Violência da USP, presidente da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação, comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, além de membro do conselho consultivo de importantes periódicos nacionais e internacionais. Sérgio Adorno é uma referência nos estudos sobre violência e gentilmente cedeu esta entrevista à Revista Aurora, abordando o tema de diferentes perspectivas.

1 - Se olharmos para a história do homem veremos que a violência o acompanha, que é intrínseca à sociabilidade. Que especificidades podemos encontrar na violência presente na sociedade contemporânea?

R.: Como sociólogo, tenho dificuldades de pensar a violência na história da humanidade como intrínseca à sociabilidade. Primeiramente, seria preciso qualificar o que estamos entendendo por violência. Certamente, não é o caso de nos determos no conceito de violência, até porque além da complexidade que o encerra, teríamos que circunscrevê-lo a escolas de pensamento ou a territórios teóricos determinados. De qualquer modo, uma advertência inicial é necessária. Quando estamos falando em violência, estamos falando em modalidades do emprego, não consensual ou legitimado, do uso da força para impor a vontade de uns contra outros, mediante recurso de meios determinados, inclusive força física. Seus resultados compreendem danos à integridade física, psíquica, à identidade, à privacidade de quem quer que tenha sido vítima dessas modalidades de ação. Enquanto



Neamp

tal, dependem de contextos sociais, dos meios empregados, da natureza das relações sociais em conflito ou dos objetos em litígio. Não necessariamente, a existência de conflitos implica em violência. É o modo de resolução de conflitos que pode comportar emprego de violência. Na civilização ocidental moderna, o estado tem, por princípio, o monopólio do uso legítimo da força para conter conflitos entre particulares. Mas, isso não requer apenas o uso da força física, mas também a capacidade de aplicar leis para pacificar internamente as sociedades; em outras palavras, de solucionar conflitos mediante apelo às instituições encarregadas de distribuição de justiça. A despeito dessas crenças, vimos que a história mundial, não apenas ocidental, há dois séculos persistiu empregando violência desmedida, nas guerras entre nações, nos conflitos entre civis de uma mesma nação, na chamada guerra contra o terrorismo e na contenção repressiva do crime. A tortura não conseguiu ser erradicada de nossas sociedades, a despeito de condenada desde meados do século XVIII. Na maior parte do mundo, penas cruéis e castigos persistem sendo impingidos aos presos políticos e aos presos comuns, ao arripio dos direitos consagrados em acordos e convenções internacionais. É bem verdade que, até meados do século XX, a violência nas lutas pela independência nacional – lembre-se do caso argelino – assim como contra regimes ditatoriais foram consideradas legítimas, porque em nome das liberdades civis e públicas. Vivemos, na contemporaneidade, situações paradoxais. Por um lado, condenamos a violência do terror. Desde 11 de setembro, não há mais intelectuais de esquerda defendendo o emprego de meios violentos como garantia de liberdade e de justiça social. Por outro, são poucos os intelectuais que denunciam o emprego de tortura e outras formas cruéis contra aqueles acusados ou suspeitos de envolvimento em atos de terror. Justifica-se que seus atos não estão sob amparo de qualquer lei ou convenção internacional. Daí porque não haveria que denunciar graves violações de direitos humanos. Além do mais, vimos assistindo a internacionalização e multiplicação das formas de violência, em torno de conflitos religiosos e étnicos, de seu emprego cotidiano nas relações intersubjetivas (por exemplo, nas relações domésticas, entre pais e filhos, entre esposos e companheiros), no crime cada vez mais organizado, sustentado pelo uso recorrente de armas de fogo cada vez mais letais. Não é estranho que, para além dos fatos, a violência na contemporaneidade tenha se convertido em linguagem,



Neamp

presente nas conversas cotidianas, na mídia impressa e eletrônica e estetizada nos vídeos, nas canções, na obra de arte em geral. Tampouco não é estranho o interesse despertado pela ciência e pelo mundo acadêmico. No mundo inteiro, proliferam grupos de pesquisa sob os mais variados aspectos - do crime ao terrorismo, da violência doméstica à simbolização estética.

2 - Quais as principais tendências de pesquisa sobre violência atualmente? Quais as principais dificuldades encontradas?]

Por certo, o tema da violência não é novo para o mundo acadêmico. Sempre ocupou lugar de destaque entre os estudiosos da guerra, fossem historiadores, sociólogos ou cientistas políticos. Igualmente, antropólogos que se ocuparam das chamadas sociedades “primitivas” jamais deixaram de anotar sua presença em não poucas práticas culturais, conquanto mantivessem distância das explicações correntes no mundo civilizado ocidental. A violência no mundo da política também não deixou de ser estudada, por exemplo nas lutas anti-coloniais e nas lutas contra regimes autoritários. Nesse domínio, convém lembrar que os clássicos da sociologia política brasileira – Oliveira Viana, Sergio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Vitor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Maria Silvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiroz, entre outros – ao analisarem a formação política do Brasil sugeriram o quanto política tradicional, baseada no mandonismo local, esteve entrelaçada com a violência dos poderosos proprietários de terra. Do mesmo modo, aqueles que desde o século XIX, por exemplo, se interessam pelo estudo do crime e do chamado comportamento desviante, já vinham focalizando os homicídios, o emprego de armas de fogo, as modalidades de delinquência e de agressão às leis penais. Pode-se dizer que esses recortes se mantiveram. Todavia, não se pode deixar de reconhecer que esses estudos ganharam fôlego, densidade e diversidade como resposta ao quadro mesmo da violência na sociedade contemporânea. Todos os temas acima discriminados – violência doméstica, violência nas relações entre classes sociais, gênero, gerações, por motivação étnica ou racial, violência simbólica em torno da apropriação de



Neamp

significados considerados legítimos (o estudo das relações entre mídia e violência e a respeito do lugar da violência nas imagens contemporâneas não deixa dúvidas a respeito). Multiplicaram-se também os modos e meios de repertoriar a violência nas sociedades contemporâneas assim como os métodos de análise e decifração de significados. Grosso modo, se poderia dizer que a pesquisa contemporânea se movimenta em torno de algumas direções: 1 – estudo do crime e das formas organizadas de criminalidade; 2 – graves violações de direitos humanos; 3 – violência nas relações intersubjetivas e interpessoais; 4 – os sentidos da violência na história.

3 - Sobre a violência no Brasil, ao tomarmos São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, três cidades com elevado índice de violência e com particularidades bastante distintas, que relação podemos estabelecer entre regionalismo e tipos de violência?

Embora careçamos de dados e análises nacionais sobre o que se poderia denominar “a violência brasileira” (acho que esse termo, na prática, é equivocado), não se pode generalizar alguns cenários ou características locais – por exemplo, o cenário típico da violência no Rio de Janeiro ou S. Paulo – para o conjunto do país. Em primeiro lugar, não há uma modalidade de violência como procurei sugerir anteriormente. Por exemplo, linchamentos são fenômenos que tem ocorrido com maior frequência nos estados de S. Paulo e Bahia. Conquanto disseminadas pelo país, execuções sumárias, praticadas por grupos de extermínio (envolvendo policiais e pessoas civis) se revelam mais presentes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As taxas de homicídio não estão distribuídas igualmente entre os diferentes estados da federação. Por exemplo, nos primeiros oito anos deste século, tenderam a diminuir em estados como S. Paulo e Rio de Janeiro e a crescer em estados como Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraíba. O crime organizado, apesar de cada vez mais nacionalizado e internacionalizado, apresenta configurações regionais distintas. O cenário do crime organizado nas favelas cariocas não se espalhou necessariamente por todo o país. Os estudos recentes sobre a presença do PCC – 1º. Comando da Capital, nas prisões paulistas e nos bairros populares do estado e da região metropolitana de S. Paulo sugerem que as características regionais



Neamp

são mais relevantes do que à primeira vista possam parecer. Volto ao argumento: uma análise cientificamente consistente requer o exame refinado de contextos, de relações sociais e institucionais, de características sociais das populações envolvidas (seja na condição de vítimas ou potenciais autores de violência, ou ambos simultaneamente). Por exemplo, no caso do crime organizado, é preciso saber quais são as atividades ilícitas de maior relevância, como se dá o fluxo de pessoas e mercadorias assim como de circulação monetária, qual o papel da polícia e das políticas públicas de segurança locais, como se dá o acesso local aos armamentos e como operam os mecanismos de controle social etc. Não se pode também deixar de considerar regionalismos, historicamente construídos. Por exemplo, sabe-se hoje, através de estudos muito interessantes, que os estados do nordeste exportam pistoleiros para a região Sudeste, onde o “mercado da morte” é mais atraente e lucrativo. Alguns estados do nordeste possuem inclusive escolas para formação desses tipos sociais. Mas, não se pode generalizar explicações culturalistas. As especificidades regionais compõem os cenários singulares, porém não os explicam inteiramente.

4 - Sabemos que os meios de comunicação de massa exercem um importante papel no cotidiano social. Em que medida é possível identificar a participação da mídia nas práticas de violência?

Esse é um tema amplamente debatido pela literatura especializada. Há quem acredite que a mídia distorce os fatos e contribui para disseminar sentimentos de medo e insegurança que, por sua vez, alimentam as demandas por lei e ordem, pelas políticas tipo “mão dura” ou “tolerância zero”. Mas, isto leva à seguinte questão: de que mídia se está falando? Como qualquer outra “região” da vida societária contemporânea os meios de comunicação não operam todos do mesmo modo e movidos por unívocos interesses empresariais e de mercado, em torno da divulgação de notícias. Ao mesmo tempo que existem, por exemplo, programas radiofônicos ou televisivos que repercutem o crime cotidiano de forma, digamos, “folhetinesca”, com forte dose de sensacionalismo que prende a atenção da audiência, há também debates e reportagens sensíveis às políticas de proteção dos direitos humanos, às políticas de controle do crime que respeitam o estado de direito. Portanto,



Neamp

aqui também não se pode generalizar. Ademais, há o velho tema dos meios de massa moldando a consciência do público e estimulando a formação de algo como uma “cultura da violência” (um conceito que os antropólogos manifestam resistência a aceitar sem reservas – aliás com muita razão). O estoque de pesquisa disponível, na literatura estrangeira, não é conclusivo a respeito. Vale lembrar que essas pesquisas, para serem consideradas fidedignas, exigem todo um refinamento metodológico e de controle do “ambiente em que interagem emissores e receptores de mensagens”. Nem sempre é possível isolar completamente o circuito dessas relações, sem contaminação de intervenções externas. Ademais, ainda que as análises possam identificar, com certa precisão, os interesses subjacentes aos emissores de mensagens, isto por si só não garante que os receptores incorporem suas mensagens tal como pretendidas pelos emissores. Há toda uma mediação do universo da cultura que é imponderável. Os receptores podem fazer as mais diversas leituras das mensagens que recebem. Um exemplo. Durante a ditadura, a TV Globo transmitia a novela “Irmãos Coragem”. O enredo falava de conflitos entre pessoas comuns do campo. Conquanto não tenha sido intenção dos diretores, a audiência logo cresceu pois muitos leram as mensagens subjacentes aos diálogos e aos eventos como uma espécie de incentivo à luta por justiça social no campo.

5 - Anthony Burgess, autor do romance *Laranja Mecânica*, que inspirou o filme homônimo de Stanley Kubrick, em uma entrevista mencionou um certo desconforto quando se deparou com jovens nas ruas vestindo trajes inspirados em seus personagens. Isso o fez pensar que, talvez, ele também tenha contribuído para engendrar uma cultura da violência. Como pensar a estetização da violência e suas conseqüências?

Esse é um tema que ainda está para ser pensado de modo denso. Primeiramente, sempre a questão primordial: o que se quer dizer com “estetização da violência”. A violência como modo de vida? A violência como expressão legítima de atribuição de significados em um mundo cada vez mais carente de significados e de crenças universais? A violência como representação de si em relação aos outros? Quem é então esse “outro”? Creio que é preciso, inicialmente, refletir melhor sobre o conceito mesmo, sem o que não se pode



Neamp

recortar com precisão os fenômenos contemporâneos que se pretende investigar. Seja o que for, não há como negar que a violência é uma linguagem corrente na vida cotidiana, que enseja recusa, mas também aceitação. Enquanto linguagem, ela comporta múltiplas significações e representações sociais que, não raro, sinalizam para uma certa aceitação da violência como inevitável e mesmo imperativa. Basta ver, por um lado, a proliferação de filmes elegendo a violência como objeto e, por outro, os seriados tematizando “lei e ordem”. Ainda que eu entenda o desconforto de Anthony Burgess, acho problemático extrair conclusões a respeito dos efeitos comportamentais e ideológicos do que supomos nomear como estetização da violência.



Neamp

A violência é cega: Reflexões em torno de Ensaio sobre a Cegueira de José Saramago.

Gilberto Lopes Teixeira *

*Se isso é um homem
Vós que viveis tranquilos
Nas vossas casas aquecidas
Vós que encontráis regressando à noite
Comida quente e rostos amigos:
Considerai se isto é um homem
Quem trabalha na lama
Quem não conhece a paz
Quem luta por meio pão
Quem morre por um sim ou por um não*
Primo Levi.

Resumo: Este artigo realiza uma reflexão em torno da obra “Ensaio sobre a cegueira” de José Saramago, ressaltando a presença constante na obra do tema da violência em suas diferentes manifestações: pessoal, social e institucional.

Palavras-chave: Ensaio sobre a cegueira, José Saramago, violência

Abstract: This article is a reflection on the novel “Ensaio sobre a cegueira” from José Saramago, pointing out the constant presence of the theme of violence in the work in its different manifestations: personal, social and institutional.

Key Words: Ensaio sobre a cegueira, José Saramago, violence.

Há pelo menos dois séculos a literatura tem sido o mais eficiente mecanismo de

* Professor Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor Titular de História da América do Centro Universitário Fundação Santo André.



Neamp

mergulho na alma humana em busca dos sentimentos mais obscuros e profundos. Através dela, os homens tem conseguido obter acesso a segmentos de sua psiquê que permanecem, na maior parte do tempo, inacessíveis e para os quais a visão comum é inteiramente cega.

Entre os nomes da literatura contemporânea que maior sucesso obtiveram em realizar esse mergulho abismal aos recônditos da alma está o de José Saramago. Em obras magistrais e de grande profundidade filosófica, o escritor português tem se mostrado um arguto observador do humano, de suas mazelas, mas também de suas belezas insuspeitas, dotando seus leitores de lentes poderosas que ampliam a visão da condição humana para muito além das obviedades do cotidiano.

É isto o que podemos encontrar em sua obra, escrita em 1995 e denominada “Ensaio sobre a cegueira.” No presente artigo procuraremos apenas realizar algumas observações acerca dessa obra. O objetivo aqui é, movidos por uma preocupação com o tema da violência, explorar as várias dimensões em que se pode pensá-la no âmbito das relações humanas, seja do ponto de vista institucional, seja na perspectiva pessoal ou social.

O artifício discursivo mais amplamente utilizado por Saramago nesta obra é o da metáfora, figura de linguagem que potencializa seu texto, dotando-o de uma grande dramaticidade, mas também de sutilezas comparativas que lhe permitem aprofundar a compreensão do comportamento humano. A metáfora central, articuladora de toda a narrativa, é a da cegueira. Como em outros textos do mesmo autor, é um evento inexplicável e inacreditável que põe em curso os acontecimentos. No caso em questão, o evento é um súbito mal que causa em suas vítimas uma estranha condição de privação completa do sentido da visão, absolutamente sem nenhuma causa fisiológica ou anatômica, redundando numa cegueira que distingue-se da cegueira convencional por não ser de trevas, mas uma cegueira branca, como se a vítima mergulhasse num mar de leite. A primeira vítima de tal acontecimento trágico é um cidadão que é acometido do mal enquanto dirige seu automóvel, causando uma temporária paralisação do trânsito dos veículos até que a vítima seja acudida por um transeunte que se prontifica a levá-lo até sua residência. Ainda nas primeiras páginas da história nos inteiramos de que a boa vontade do cidadão que se dispôs a ajudar, escondia a intenção mesquinha de aproveitar-se da



Neamp

condição da vítima para roubar-lhe o veículo. O autor nos convida a penetrar nas intenções e pensamentos do ladrão:

“ Ao oferecer-se para ajudar o cego, o homem que depois lhe roubou o carro não tinha na mira, nesse momento preciso, qualquer intenção malévola, muito pelo contrário, o que ele fez não foi mais que obedecer àqueles sentimentos de generosidade e altruísmo que são, como toda a gente sabe, duas das melhores características do gênero humano, podendo ser encontradas até em criminosos bem mais empedernidos do que este, simples ladrãozeco de automóveis sem esperança de avanço na carreira (...) Foi só quando já estava perto da casa do cego que a ideia se lhe apresentou com toda a naturalidade, exactamente, assim se pode dizer, como se tivesse decidido comprar um bilhete da lotaria só por ter visto o cauteleiro, não teve nenhum palpite, comprou a ver que dali saía (...) (Saramago,1995 p.25)

Esse gesto é o primeiro de uma enorme série de situações em que o pior e o melhor do ser humano será demonstrado em face dessa situação limite de fragilização. A tentação do mal, como podemos denominá-la, é insidiosa e se esgueira a partir de um distorcido censo de oportunidade que sempre está presente, mas é potencializado pela cegueira. A intenção da metáfora é demonstrar que a cegueira é a condição natural do ser humano contemporâneo. Cegos estamos para aquilo que dá sentido à vida humana, aos valores que instituíram a ideia mesma de civilização, os valores básicos da solidariedade social, a perspectiva da defesa dos mais frágeis perante a cobiça dos mais fortes. É de fundo ético a cegueira que corrói nossa alma e que nos desumaniza dia a dia. No entanto, será necessário o advento de uma cegueira física e concreta para que, aos poucos, suas vítimas possam finalmente “ver” esta outra cegueira, mais profunda e mais devastadora que ameaça nossa civilização.

O leitor, mergulhando na metáfora construída habilmente por Saramago, será acometido não da terrível cegueira das personagens, mas da visão lúcida e cruel da podridão que nos tomou a alma.

Logo a cegueira que atingiu o homem no volante começa a vitimar um grande



Neamp

número de pessoas, a começar pelo próprio ladrão, momentos antes de deixar o local em que roubou o carro.

O médico que atende o paciente e que no dia seguinte também está cego tenta avisar as autoridades sanitárias do país de que essa doença parece ter uma componente contagiosa que ele ainda não consegue precisar, mas que exige medidas urgentes para ser contida. A partir de então este médico e sua esposa passarão a ser os personagens centrais da narrativa. Rapidamente o médico é alertado de que deve separar pertences mínimos pois juntamente com outros doentes, será recolhido a uma condição de isolamento físico para evitar o alastramento da doença.

A partir de então todos os que estão acometidos pelo mal da cegueira misteriosa perdem qualquer condição de tomar decisões sobre suas vidas, pois estão destituídos de sua individualidade e inteiramente entregues ao arbítrio das autoridades. Aí se evidencia a primeira grande ação de violência, aquela perpetrada pelo Estado contra os indivíduos, que serão encarcerados e privados do convívio de seus parentes. Nessa oportunidade apresenta-se também a mulher do médico, que embora não esteja cega e jamais adquira a doença durante toda a narrativa, será o constante contraponto de todos os demais personagens. Diante da perspectiva de ver-se separada do amado marido ela mente, dizendo aos funcionários que vão buscá-lo que também ela cegou.

O Estado deste desconhecido país, que por isso mesmo pode ser qualquer país do mundo, decide isolar todos os doentes da cegueira branca numa edificação com várias salas, cada uma delas contendo vários leitos onde os cegos permanecerão completamente isolados e vigiados. A mulher do médico (essa será sua única identificação por toda a narrativa) é a única pessoa cuja presença no isolamento foi resultado exclusivo de sua vontade, e isso a põe na condição de ser livre entre homens e mulheres encarcerados. O lugar onde os cegos serão alojados funciona como uma metáfora do próprio mundo em que os homens procuram viver como podem, lutando por míseras melhorias em sua condição de existência ainda que isso implique em tornar mais miserável a vida alheia.

A partir de estarem os cegos encarcerados, a verdadeira face da violência terá lugar. Todos estão fragilizados, todos destituídos da possibilidade de usarem as máscaras sociais consagradas, constituídas das aparências que os olhos veem, e ao invés dessa



Neamp

situação niveladora inspirar a solidariedade, a colaboração mútua, torna-se a beirada de um abismo moral ao qual se precipitam todos os cegos. A personagem da mulher do médico, que continua persistentemente com sua visão intacta, desafia o leitor com a questão: Será ela a única a manter a sanidade em face do caos absoluto por ser a única que ainda enxerga, ou ao contrário, é a única que não foi acometida pela cegueira branca por ser a única saudável, desde sempre, da doença moral que gerou a cegueira?

Com ela e seu marido, somos introduzidos no sombrio manicômio dos cegos, onde as condições de vida lembram muito as desumanas condições dos campos de concentração dos regimes totalitários do período entre guerras, com o agravante de que não há soldados ou agentes do Estado que submetam os reclusos a violência que é típica dessas instituições mas apenas os próprios cegos que numa luta desumana pela sobrevivência e pelos escassos recursos que lhe são destinados impõem um regime de extrema violência. A repressão e a violência provinda do mundo exterior resumem-se aos guardas que das guaritas de segurança vigiam os cegos, impedindo que deixem o lugar.

Os víveres, que são deixados nas áreas comuns da edificação logo se tornam armas de poder entre os cegos, já que uma sala dos cegos menos escrupulosos e que inexplicavelmente possuem armas de fogo, passam a recolher os alimentos e vendê-los as demais salas em troca, a princípio de objetos pessoais de valor. A ironia desta situação é que os cegos que perpetraram esse ato de violência não tem a menor perspectiva de fazer uso desses bens e nem são capazes de consumir todos os víveres, o que torna incrivelmente sem sentido seus atos. A violência, perpetrada assim de forma gratuita e sem benefício aparente a seus autores revela a especial crueza de sua lógica: ela basta por si mesma, não requer uma razão que esteja fora dela. Os cegos maus a praticam e dela extraem um prazer que basta por si só.

Os demais cegos, a despeito de seus protestos, submetem-se e recolhem todos os seus bens com a finalidade de comprar sua subsistência. A mulher do cego acha-se numa situação especialmente delicada, uma vez que sua visão intacta torna-se seu maior segredo, pois teme tornar-se escrava de todos os cegos uma vez que sua condição torne-se pública. Dela seria exigido que estivesse, por compaixão, a serviço de todos os que não podem ver. A situação alcançará seus limites quando a cobiça e a desumanidade dos cegos



Neamp

avançar mais um passo:

“Passada uma semana, os cegos malvados mandaram recado de que queriam mulheres. Assim, simplesmente. Tragam-nos mulheres. Esta inesperada, ainda que não de todo insólita, exigência causou a indignação que é fácil de imaginar; os aturdidos emissários que vieram com a ordem voltaram logo lá para comunicar que as camaratas, as três da direita e as duas da esquerda, sem exceção dos cegos e cegas que dormiam no chão, haviam decidido, por unanimidade, não acatar a degradante imposição, objectando que não se podia rebaixar a esse ponto a dignidade humana, neste caso feminina (...). A resposta foi curta e seca, Se não nos trouxerem mulheres, não comem.” (...) (José Saramago, p.165).

Deste ponto em diante, os cegos, sejam os opressores ou os oprimidos, começaram a tencionar as relações entre eles, numa espiral de violência cada vez mais estreita. Os cegos opressores são fortalecidos não apenas pelo fato de terem armas de fogo, mas por terem em seu grupo um cego de nascença. Ele não contraiu a cegueira branca que atingiu a todos, mas é portador da convencional cegueira de trevas e a possui desde que nasceu, de forma que está, para os habitantes do manicômio como estaria para os homens comuns um super-homem. Seus sentidos são muito mais aguçados do que o de todos os confinados.

A existência desta personagem evidencia mais uma das ironias do texto de Saramago. De todos os homens, aquele que melhor poderia entender as mazelas vividas pelos doentes, aquele que conviveu por toda a vida com as limitações que a cegueira impõe, é justamente o que maior ameaça representa, pois sabe tudo o que se deve saber para viver cego, e que pode tirar vantagem da inexperience alheia.

A violência a partir de então galga mais um degrau. Não se trata apenas de destituir os cegos explorados de objetos pessoais pelos quais tivessem mais ou menos apreço, mas o que exigiam agora os cegos exploradores era a dignidade, arrancada quer das mulheres quer de seus homens, além de expor - como numa fratura - as contradições próprias do multimilenar conflito entre os gêneros. Os homens logo tendem a perceber



Neamp

que seus escrúpulos morais em relações a suas mulheres é facilmente superado por suas necessidades físicas e passam a empurra-las em direção aos animais da sala dos cegos opressores. Elas, por sua vez, entendem que nada podem fazer senão novamente submeter-se e ainda ter que conviver posteriormente com o asco de seus maridos ou amantes.

É curioso que em meio as discussões sobre como iriam agir aqueles que eram intimados, seja a mulher do médico a primeira a ver a inevitabilidade do destino das mulheres e a primeira a candidatar-se a atender as exigências de seus opressores. As demais mulheres, inclusive aquelas que a princípio negavam a possibilidade de render-se a volúpia dos malvados, começam aos poucos a entender a situação em todas as suas circunstâncias e a somarem-se como voluntárias ao sacrifício. Na primeira oportunidade a mulher do médico e as outras mulheres de sua ala submetem-se aos cegos da ala dos malvados e, apesar do asco ela não se insurge contra seu destino. Apenas quando as mulheres de uma outra ala são intimadas a comparecer e prestar sua parte de sacrifício, portanto, diante do sofrimento alheio e não do próprio é que a mulher do médico alcançará seu limite e tomará a decisão que mudará a sorte de todos os cegos. De posse de uma tesoura que ela havia guardado consigo desde sua chegada a personagem central da história invade a ala dos cegos opressores e aproveitando-se de sua visão e da cegueira de seus adversários invade sem ser notada a ala dos cegos opressores, acha o líder deles e crava-lhe na garganta a tesoura aberta como duas adagas. O diálogo que então tem lugar entre a mulher do médico e o cego de nascença é revelador:

“ Parada à entrada da camarata, a mulher do médico gritou com fúria, Lembrem-se do que eu no outro dia disse, que não me esqueceria da cara dele, e daqui em diante pensem no que vos digo agora, que também não me esquecerei das vossas, Hás de pagar-mas, ameaçou o cego da contabilidade (...) Não sabes quem eu sou nem donde vim, (...) A voz não me engana, basta que pronuncies uma palavra e estás morta, O outro também tinha dito isso e aí o tens, Mas eu não sou cego como ele, como vocês, quando vocês cegaram já eu conhecia tudo do mundo, Da minha cegueira não sabes nada, Tu não és cega, a mim não me enganas, Talvez eu seja a mais cega de todos, já matei e



Neamp

tornarei a matar se for preciso, Antes disso morrerás de fome, (...) Por cada dia que estivermos sem comer por vossa culpa, morrerá um dos que aqui se encontram, basta que ponha um pé para fora dessa porta” (José Saramago, 1995, p.187-188).

A fala da mulher do médico mostra claramente que ela entende a relação entre a cegueira física e a cegueira ética de que trata toda a história ao admitir que seu ato, embora possa ser compreendido como um gesto de auto-defesa, privou um homem da vida e portanto fez dela alguém mais cego do que todos os cegos juntos. Essa consciência profunda da condição humana e de seus compromissos com os demais humanos e consigo mesmo é precisamente o que faz dessa personagem a única pessoa capaz de ver dentro desse recinto. Em defesa de todos os fracos, especialmente das mulheres, de seus corpos, de sua dignidade humana, ela abre mão de sua visão e de sua lucidez e mergulha de cabeça na cegueira de todos.

Já disse há pouco que a condição dos cegos no romance de Saramago, lembra um pouco as condições abjetas dos campos de concentração dos regimes totalitários do século XX. Essa semelhança da-se menos pelas condições de sobrevivência que são próximas nos dois casos, e muito mais pela reflexão sobre a natureza humana que cada uma dessas condições permitem. Nesse sentido, o relato de sobreviventes de campos de concentração podem ser úteis. Estamos nos referindo a escritores como Primo Levi, judeu italiano nascido em 1919 e que viveu o ano de 1944 no campo de concentração de Auschwitz como prisioneiro dos alemães. Primo Levi destaca-se neste aspecto por ter se tornado um grande memorialista e por conseguir traduzir como poucos os significados mais profundos dessas dolorosas experiências concentracionais e suas implicações no entendimento da natureza humana.

Em um de seus textos denominado *É isso um homem* Levi produz um vívido relato de suas experiências no campo de concentração e através dele procura especular acerca do que as condições criadas nesses campos são capazes de fazer com a humanidade e a individualidade de seus prisioneiros. O curioso nestes relatos é que Levi não se rende a facilidade de apresentar os soldados do campo como os únicos vilões e a



Neamp

fonte de todo o mal. Ao contrário, a crueldade irracional dos guardas do campo aparece sim, mas como uma força distante que pontua a narrativa, mas sua atenção maior se concentra nos próprios prisioneiros e na forma como eles lidam com as desprezíveis migalhas de poder que as autoridades do campo colocam em suas mãos.

O aspecto realmente perturbador do relato de Levi é que nossa civilidade, aquilo que tanto prezamos em nosso comportamento cotidiano é, no caso da grande maioria das pessoas, apenas uma fina camada de verniz que pode ser facilmente retirada numa situação limite como é a de um campo de concentração, revelando por baixo uma crueldade que não diferencia muito as vítimas dos algozes. Em muitos trechos de seus relatos, suas próprias atitudes diante dos desafios impostos pelo campo de concentração são analisadas sob o foco de uma lupa, mostrando que ele, como qualquer outro indivíduo dentro do campo, agiu movido muitas vezes pelo instinto de sobrevivência, pondo em risco a sobrevivência de seus companheiros de desventura.

Essa observação aguda de Levi parece não ter outra razão senão demonstrar que os oficiais do exército alemão, sob o nazismo, conseguiram criar um ambiente capaz de reduzir a nada todos os elementos que acreditamos serem constitutivos da natureza humana, transformando-nos no animal que bem no fundo de nós, ainda somos.

A violência demonstra-se, em casos limites como o do campo ou o do relatado por Saramago, mas permitindo uma generalização para as circunstâncias cotidianas, um elemento quase constitutivo da natureza humana, manifestando-se espontaneamente no caso de alguns e apenas em condições especiais em outros casos. Isso nos obriga a compreender que embora possamos lutar contra a violência como algo que não queremos é necessário que saibamos que ela está profundamente arraigada em nós e que não nos livraremos dela tão facilmente.

Essa percepção perturbadora da natureza humana foi também objeto da reflexão de duas das mentes mais poderosas do nosso tempo. Por conta das ações internacionais promovidas no final da Segunda Guerra Mundial com vistas a formar a Liga das Nações, órgão que seria destinado a prevenir a possibilidade da eclosão de novas guerras, vários cientistas engajados em posições pacifistas foram mobilizados para ajudar na busca de soluções que garantissem ao mundo um conjunto de salvaguardas jurídicas para que



Neamp

flagelos da dimensão da I Grande Guerra não voltassem a ocorrer.

Uma dessas personalidades foi o físico alemão Albert Einstein que mostrou-se um grande pacifista e que realizou muitas ações práticas e teóricas com o fim de auxiliar nesta nobre tarefa. Enquanto esteve envolvido neste esforço durante a década de 1930, Einstein correspondeu-se com outros intelectuais de seu tempo, convidando-os a somarem-se a esse esforço. Um desses notáveis foi seu conterrâneo, o psiquiatra alemão Sigmund Freud. O contato havia sido feito inicialmente com a intenção de que, do ponto de vista psiquiátrico, o médico pudesse oferecer alguma contribuição ao esforço de minorar os riscos de que a humanidade novamente mergulhasse num cenário de guerra generalizada como já havia acontecido. Em resposta a essa solicitação, Freud escreve, em setembro de 1932 uma resposta a Einstein em que expõe suas opiniões acerca do assunto, mostrando-se muito mais pessimista acerca da possibilidade do que gostaria seu colega físico.

Na abordagem de Freud, o grande problema residia na impossibilidade de separar, na natureza humana, os instintos de preservação ou alto conservação, a que ele denominava princípios eróticos e os instintos destrutivos ou instintos de morte. Num trecho de sua carta Freud diz:

“Así, la pulsión de autoconservación es sin duda de naturaleza erótica, pero justamente ella necesita disponer de la agresión si es que ha de conseguir su propósito. De igual modo, la pulsión de amor dirigida a objetos requiere un complemento de pulsión de apoderamiento si es que ha de tomar su objeto. La dificultad de aislar ambas variedades de pulsión en sus exteriorizaciones es lo que por tanto tiempo nos estorbó el discernirlas. (Sigmund Freud, 1932)

Sendo assim, segundo o psiquiatra, jamais nos será possível livrar-nos inteiramente de nossas pulsões agressivas sem comprometermos irremediavelmente nossas pulsões eróticas. Em sua avaliação é como se os seres humanos fossem feitos, em igual medida desses dois ingredientes e eles estivessem de tal forma imbricados que não nos fosse possível isolar qualquer um deles. Freud ia além em sua reflexão, dizendo que não são circunstâncias transitórias da condição humana como a escassez de recursos de



Neamp

sobrevivência ou a injustiça proveniente da sensação de desigualdade que alimentam nossas pulsões destrutivas, mas elas estão em nossa natureza independentes do mundo exterior. Em suas palavras:

“Dicen que en comarcas dichosas de la Tierra, donde la naturaleza brinda con prodigalidad al hombre todo cuanto le hace falta, existen estirpes cuya vida transcurre en la mansedumbre y desconocen la compulsión y la agresión. Difícil me resulta creerlo, me gustaría averiguar más acerca de esos dichosos. También los bolcheviques esperan hacer desaparecer la agresión entre los hombres asegurándoles la satisfacción de sus necesidades materiales y, en lo demás, estableciendo la igualdad entre los participantes de la comunidad. Yo lo considero una ilusión, Por ahora ponen el máximo cuidado en su armamento, y el odio a los extraños no es el menos intenso de los motivos con que promueven la cohesión de sus seguidores.” (Sigmund Freud, 1932)

Essa seria portanto, na visão de uma das mentes mais brilhantes, a origem dos comportamentos violentos que nos foram apresentados de maneira crua no romance de José Saramago. É claro que não queremos dizer apenas que esta é a nossa natureza e que todos nos devemos identificar com os cegos opressores - até porque o próprio Freud admite que a pulsão de morte pode apresentar manifestações patológicas às quais ele dedicava grande parte de seu tempo como terapeuta – mas sim que em alguma medida a mulher do médico na narrativa de Saramago, foi vítima da mesma pulsão que moviam os cegos opressores.

Por fim, o romance não se conclui com os cegos encerrados até o fim de suas vidas dentro desse manicômio sombrio. Um incêndio nas dependências do edifício obriga a saída de todos eles do encarceramento, apenas para constatar a inutilidade de sua reclusão, pois, não obstante, toda a cidade e aparentemente todo o mundo foi vítima do mal da cegueira branca. Os personagens que dividiam a ala com a mulher do médico e seu marido saem juntos e constataam uma cidade completamente destruída em que vagam pelas ruas, cegos, alguns poucos habitantes tentando sobreviver. O grupo decide



Neamp

permanecer junto, acreditando ser essa a melhor forma de sobreviver e sabendo que não podem dar-se ao luxo de dispensar os préstimos da única pessoa no mundo que ainda enxerga. Do lado de fora novos desafios serão apresentados ao grupo, mas o senso cada vez mais forte de solidariedade, que foi mantido contra todas as previsões pela mulher do médico durante o tempo encarcerados, vai prevalecer cada vez mais tornando essas pessoas uma comunidade, no sentido mais profundo da palavra.

Procuramos aqui apenas realizar algumas reflexões que nos foram suscitadas pelo belíssimo texto deste extraordinário escritor português, que conseguiu nessa obra, com rara maestria, cumprir a promessa que constantemente nos faz a literatura: acercar-nos mais e mais da compreensão de nossa natureza, permitindo-nos realizar, com lucidez, o conselho que é epígrafe de Ensaio sobre a cegueira:

“ Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

Bibliografia

FILHO, Odil José de Oliveira e PALLOTA, Miriam Giberti. “O ensaio sobre a cegueira, de José Saramago, sob a ótica do Existencialismo de Sartre.” IN: *Anais do XI Encontro Regional da ABRALIC 2007*.

Disponível em: http://www.abralic.org.br/enc2007/programacao_simposios.asp
consultado em 03/12/2009

FREUD, Sigmund. *Carta del Dr Freud al profesor Einstein sobre la violencia y la guerra*. Viena, 1932.

Disponível em: http://mobbingopinion.bpweb.net/artman/publish/article_512.shtml
consultado em 05/12/2009

LEVI, Primo. *É isso um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.



Neamp

A sociedade civil e o embate simbólico na esfera pública

Carlos Eduardo Freitas⁴

Resumo: Este artigo pretende analisar as possibilidades de os atores privados da sociedade civil, ao se organizarem coletivamente, conseguirem capacitar-se para participar do processo de trocas argumentativas na esfera pública, politizando questões antes restritas ao âmbito privado de relações, como a representação dos jovens das periferias de Belo Horizonte e o processo de exclusão simbólica ao qual estão sujeitos. Para tanto, este artigo toma como objeto empírico a atuação e a produção audiovisual dos jovens das periferias organizados em torno da Rede Jovem de Cidadania, uma rede de movimentos sociais formada por sujeitos simbolicamente prejudicados.

Abstract: This article intends to analyze the possibilities of private actors of civil society to organize themselves to participate in the political debate of the public sphere, allowing them to publicize issues previously restricted to the private sphere, such as the symbolic exclusion that affects the young people from Belo Horizonte, who live in the poor areas. Therefore, this article takes as object the audiovisual production of Rede Jovem de Cidadania, a network of social movements by symbolically excluded subjects.

Este artigo objetiva analisar as possibilidades que grupos simbolicamente excluídos da sociedade civil tem de, ao se organizarem enquanto atores coletivos, conquistarem não só visibilidade a seus discursos, como também propiciarem a incitação a um processo reflexivo, gerando mudanças de entendimento acerca de suas causas. E é a capacidade que esses sujeitos críticos têm de tornarem públicos temas antes tratados no âmbito das relações privadas, deslocando quadros de sentido estigmatizados para construir uma imagem positiva acerca de si próprios que se constitui como a conquista social em potencial a ser analisada neste estudo.

Para tanto, tomar-se-á como objeto empírico o projeto Rede Jovem de Cidadania (RJC), uma das ações empreendidas pela organização não-governamental Associação

4 Especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas e pós-graduando em Marketing Político: Mídia, Comportamento Eleitoral e Opinião Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: moraisfreitas@hotmail.com



Neamp

Imagem Comunitária (AIC). A RJC, desde junho de 2003, produz conteúdos que são veiculados via rádio, televisão, internet, impresso e agência de notícias. As equipes de produção de todas estas ações na área de comunicação social são formadas por estudantes carentes da rede pública das nove regionais de Belo Horizonte. É importante salientar que a RJC é formada por dezenas⁵ de atores coletivos e individuais, já que vários movimentos sociais organizados participam da Rede. São os membros destes movimentos que compõem o Conselho de Mídias da RJC: uma esfera de participação onde mais de 30 representantes de atores coletivos da sociedade civil se reúnem para uma troca argumentativa recursiva e co-presencial, pautada pelo princípio da publicidade. É nessas interações que são produzidos os fluxos comunicativos que ganham visibilidade na televisão, rádio, internet, impresso e agência de notícias. São justamente essas redes comunicativas que interligam os sujeitos, atuando no sentido de propiciar a sociabilidade e, dessa forma, permitindo a construção coletiva de um universo simbólico entre os atores concernidos no processo.

Durante as reuniões do Conselho de Mídias ocorre um embate reflexivo de

5 Segundo a página virtual da AIC – www.aic.org.br – dezenas de atores coletivos da sociedade civil compõem o Conselho Editorial da RJC e o Conselho das Mídias, dentre eles: A Parada - Jornal Cultural, Aliança Cultural Taquaril, Alunos da EM Adauto Lúcio Cardoso, Alunos da EM Caio Líbano Soares, Apostolado Infante-Juvenil Sagrado Coração de Jesus, Associação Amigos da Vila, Associação Cultural Odum Orixás, Bloco Oficina Tamboelê, CELLOS – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual, Cia Teatral Palcomania, Cine Clube Zona Norte, Cineclube Centro Cultural Lagoa do Nado, Coletivo Hip Hop Chama, COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, Consubter – Conspiração Subterrânea Crew, CRIARTE, D-vEr.CidaDe CuLtural, Faverock (do Aglomerado da Serra), Forma Cor Ação, GRIDCOM – Grupo de Inclusão da Pessoa com Deficiência à Comunicação, Grupo Alvorada Pé Vermei, Grupo Anjos da Arte, Grupo Arte 22, Grupo Arte Favela, Grupo Clã do Gueto, Grupo Cultural Encaixa Couro, Grupo Cultural NUC, Grupo de Teatro Catarse, Grupo Geração 3º Milênio, Grupo Juventude Hip Hop, Grupo Negras Ativas, Grupo Palco da Periferia, Grupo de Poesia Sociedade da Palavra, Grupo Trapizomba, ONG Humbiumbi, Pastoral da Juventude, Programa Pólos de Cidadania da UFMG, Rádio Fusão Real.



Neamp

concepções de mundo e identidades. Este processo reflexivo ocorre por meio da interposição de argumentos empíricos, técnicos, prudentes, éticos, morais ou jurídicos, numa comunicação sem sanções, suportada por organizações da sociedade civil atuantes na esfera pública: os movimentos sociais que formam a RJC. A legitimidade às demandas destes movimentos começa a ser garantida no momento em que os grupos da sociedade civil, por meio de um embate simbólico na esfera pública, inclusive na mídia, disputam o consenso a respeito de questões que lhes são centrais, sejam elas de ordem material ou simbólica.

Este estudo pretende observar a atuação dos movimentos sociais que compõem a RJC no sentido de garantir a construção de representações que transcendam estigmas e preconceitos acerca dos jovens da periferia, disputando o consenso em torno da imagem e da identidade deste grupo na sociedade.

Tendo em vista que o poder comunicativo é o que liga o poder administrativo do aparelho estatal à vontade do cidadão, a RJC capacita os jovens da periferia a participarem da disputa na esfera pública e do processo de formação de vontades na sociedade, o que gera potenciais de poder e decisão. A capacitação política destes jovens por meio da participação na Rede Jovem de Cidadania possibilita sua atuação em esferas institucionais como o Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte, que discute políticas públicas para os jovens do município.

Contudo, mais do que analisar as conquistas materiais obtidas por este grupo, a gênese de leis que atendam às demandas dos jovens da periferia, este trabalho pretende perceber se, e em que medida, esta rede complexa de atores organizados da sociedade civil tem a possibilidade de contribuir na capacitação de seus integrantes para a superação de representações simbólicas depreciativas, preconceitos, estigmatizações e invisibilidade aos quais estão sujeitos.

O trabalho realizado pela Rede Jovem de Cidadania capacita centenas de jovens da capital mineira a realizar uma leitura crítica dos produtos midiáticos e, a tornarem-se, eles próprios, produtores de conteúdos para a grande mídia, o que é de extrema importância para um grupo alvo de exclusão simbólica. A RJC também se presta como exemplo empírico de que os atores fracos da sociedade civil – os sujeitos que não estão no centro



Neamp

do sistema político e, portanto, não detêm o poder de decisão acerca das questões administrativas e das políticas públicas –, quando organizados coletivamente, podem, por meio de um processo discursivo de formação da opinião e da vontade, disputar a reformulação dos quadros de sentido cristalizados e, dessa maneira, motivar convicções produzidas por processos comunicacionais intersubjetivamente compartilhados, garantindo uma nova percepção dos jovens da periferia acerca de si próprios.

O desenvolvimento deste trabalho se inicia com a definição do conceito de esfera pública apresentada por Jürgen Habermas em suas obras *Direito e democracia: entre faticidade e validade* e em *Further Reflections on the Public Sphere*, do livro *Habermas and the public sphere*, momentos em que o autor retoma parte da discussão proposta em sua obra clássica *Mudança estrutural da esfera pública*, revendo conceitos apresentados neste texto e dialogando com estudiosos e críticos de suas posições.

É em *Further Reflections on the Public Sphere* que o filósofo rebate críticas de pesquisadoras feministas em relação às potencialidades do conceito de esfera pública para a emancipação das mulheres e revisita as posições empírico-funcionalistas de Katz e Lazarsfeld⁶ apresentadas em *Mudança estrutural*, readequando seus posicionamentos a teorias que levam em consideração a atividade do sujeito receptor e a importância do caráter relacional para se compreender os processos comunicacionais. Ainda nestes livros, o autor apresenta um novo olhar sobre as capacidades emancipatórias concernentes à esfera pública e oferece um novo conceito para se analisar a sociedade civil.

Também faz parte desta primeira etapa de desenvolvimento uma análise das características específicas da cena midiática brasileira, o que se faz necessário para se compreender parte de seus limites e potencialidades, estabelecendo relações entre conceitos delineados por autores como Habermas, a partir de realidades diversas daquelas encontradas no Brasil.

Passa-se, então, a um breve histórico da AIC e da RJC, seguido pela discussão do conceito de rede e da importância de se entender tanto as interações cotidianas co-

6 A abordagem empírico-experimental de Katz e Lazarsfeld trabalha com uma concepção dos processos comunicacionais a partir do modelo de estímulo-resistência-resposta. Tal vertente do pensamento comunicacional enfatiza o papel do líder de opinião como intermediário entre a emissão das mensagens e o modo como elas serão apreendidas pelos receptores: a chamada comunicação em dois fluxos, que ainda entende o receptor como sujeito passivo (apesar das resistências) no processo comunicacional.



Neamp

presenciais episódicas ou organizadas, quanto o papel da mídia no estabelecimento dos fluxos comunicacionais. Em especial, procura-se perceber se há a instauração de um processo reflexivo que permita aos atores diretamente envolvidos na Rede Jovem reorientar os entendimentos acerca de quem são, como vivem e o que demandam os jovens das periferias de Belo Horizonte.

Com vista a um recorte mais apurado de um projeto que já conta com cerca de 500 produções audiovisuais veiculadas na mídia, foi tomado para análise empírica o vídeo *Mulher na Mídia*, que trata da representação do gênero feminino nos meios de comunicação. Pretende-se perceber os signos nas roupas, nos gestos, os enquadramentos, os planos: há algo de ruptura na linguagem utilizada? Os programas produzidos por uma comunidade específica (jovens da periferia) conseguem construir signos os quais sejam comungados por este grupo? Onde estão os signos caros aos jovens no programa? Qual a materialidade sógnica que aponta para o jovem da periferia como autor do produto televisivo? É a Rede Jovem de Cidadania, enquanto espaço de sociabilidade que produz compartilhamento, e, portanto, produtos simbólicos, exitosa no objetivo de produzir signos a partir de novos referenciais simbólicos, travando-se um jogo de posições acerca de quais quadros de sentido serão utilizados para representar estes jovens na mídia e, ainda, sobre quais serão os enquadramentos utilizados pela sociedade em geral para apreendê-los?

Procedimentos de Análise

A análise da atuação do Conselho de Mídias da Rede Jovem de Cidadania aconteceu por meio da observação participante. Durante o período de abril a outubro de 2007, tive a oportunidade de participar de 12 reuniões do Conselho, interagindo de maneira frequente e direta com os pesquisados, totalizando 48 horas. As reuniões aconteciam aos finais de semana, na sede da RJC. Desta forma, pude conhecer os modos de ação dos movimentos que compõem a Rede e recolher informações importantes para a produção deste trabalho. Ou seja, pude compreender como se dá o processo co-presencial de troca argumentativa que antecede a produção dos programas veiculados na Rede Minas



Neamp

de Televisão. No mesmo período fiz outras seis visitas à sede do movimento, onde pude compartilhar de reuniões menores com os membros da RJC.

Dentre os cerca de 500 vídeos produzidos pela Rede Jovem, tive a oportunidade de conhecer 60 deles, que refletem diversas dimensões dos discursos das periferias. Porém, a escolha para uma análise pormenorizada neste trabalho é do vídeo Mulher na mídia, que demonstra a visão que os membros da RJC têm acerca da representação da mulher nos meios de comunicação.

A partir da observação participante das reuniões do Conselho de Mídias da RJC foi percebido que os meios de comunicação e a representação das mulheres são dois temas que mobilizam grande parte dos membros da Rede Jovem. Por isso, o vídeo em questão serve como inferência inicial, porém, importante para análises de maior porte, do modo como o processo reflexivo ocorrido durante as reuniões do Conselho de Mídias é materializado na produção midiática da RJC.

Esfera pública e sociedade civil

Em *Direito e democracia: entre faticidade e validade*, Jürgen Habermas retoma a discussão acerca do papel da esfera pública proposta em *Mudança estrutural da esfera pública* e a define como “*uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos*” (HABERMAS, 2003, p. 99).

Nessa mesma obra, Habermas aponta para uma definição de sociedade civil diferente daquela da tradição liberal trabalhada por Hegel:

“A sociedade civil compõem-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar os problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas.” (HABERMAS, 2003, p.92)



Neamp

Dessa forma, Habermas redescobre o poder da sociedade civil e reconhece uma sensibilidade maior de sua parte para captar e identificar os novos problemas das sociedades contemporâneas, superando, ao menos neste quesito, a capacidade dos centros de poder. Afinal, é fato que são os atores periféricos, os representantes da sociedade civil, mais que o aparelho do Estado, que levantam problemas referentes à energia nuclear, ameaças ecológicas, gênero, poluição da água, juventude, exclusão simbólica (HABERMAS, 2003, p. 115).

Contudo, Habermas continua ciente de que a capacidade de introduzir temas na ordem do dia e de discuti-los, por meio de argumentos e contra-argumentos, de um intercâmbio de razões feito em público, até que gerem o consenso para a tomada de decisão, continua muito mais nas mãos do governo e da administração, ou seja, que os temas, os fluxos comunicacionais, em geral, são dirigidos do centro para a periferia social, numa direção centrífuga.

Cena midiática brasileira: potencialidades e entraves

No caso do Brasil, em especial, as dificuldades para se alcançar visibilidade aos discursos das minorias, gerando um compartilhamento de sentidos, uma troca argumentativa, que leve a um novo consenso entre os cidadãos iguais moral e politicamente, em sentido contrário ao que defende o *stablishment*, são maiores do que nos cenários de países desenvolvidos analisados por Habermas.

A grande mídia nacional conforma-se como um oligopólio, principalmente o meio televisivo. O espaço para a diversidade, portanto, encontra-se limitado. Exemplos de produções que representem uma ruptura de linguagem ou que se prestem à visibilidade de atores fracos e à disputa discursiva são minoritários na grade de programação. Os produtos regionais são exceção em um cenário onde Rio de Janeiro e São Paulo se constituem como os principais centros produtores do país. A audiência é extremamente concentrada: uma só rede de televisão chega a responder por mais da metade da audiência



Neamp

nos horários em que há mais aparelhos ligados⁷; além disso, empresas concessionárias de um canal de televisão são responsáveis concomitantemente pela produção e exibição de seu conteúdo.

Deve-se colocar que esta concentração do modelo brasileiro não pode ser explicada apenas pelas limitações de caráter técnico relativas à capacidade do espectro eletromagnético em um sistema analógico. Questões de ordem política, econômica, comunicacional e jurídica, ao longo de muitas décadas, teriam que ser analisadas para se apresentar as causas da concentração midiática no Brasil. Contudo, não é este o objetivo deste estudo.

Este trabalho busca demonstrar que, mesmo diante das características da mídia brasileira, é possível encontrar exemplos empíricos em que atores da sociedade civil se organizam coletivamente, rompem a barreira da invisibilidade e, mais do que isso, contribuem para a conformação de uma disputa de sentidos em torno das questões pertinentes ao seu universo de interesses. Mais ainda, pretende-se demonstrar como se dá o processo em que os atores fracos, simbolicamente prejudicados, nesse caso, os jovens estudantes das escolas públicas e moradores das periferias, conseguem gerar condições para um debate reflexivo, chegando a um ganho para suas causas.

Rede Jovem de Cidadania: uma rede por novos quadros de sentido

Para se compreender o atual estágio em que se encontra a RJC faz-se necessário um breve histórico da produção audiovisual da Associação Imagem Comunitária (AIC). A Associação nasceu com o projeto TV Sala de Espera, uma televisão comunitária, realizada de 1993 a 1997, na região nordeste de Belo Horizonte. Produzidos por moradores da própria regional, os programas tratavam do tema qualidade de vida e eram exibidos nas ante-salas dos centros públicos de saúde. Com alcance ainda muito reduzido, essa experiência serviu

7 A Rede Globo de Televisão, em junho de 2007, deteve 42% da audiência total, segundo dados do Ibope publicados pela Folha Online em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/ilustrada/ult90u309307.shtml>. A Rede Record, segunda colocada, obteve 7,4% da audiência no mesmo período. No horário nobre a emissora carioca chega a contar com mais da metade dos televisores sintonizados em sua programação, como no caso da novela *Senhora do Destino*, de 2004, que obteve média de 50,4%, segundo pesquisa do Ibope publicada pelo portal Terra, em 28 de novembro, no endereço: <http://exclusivo.terra.com.br/interna/0,,OI2107491-EI1118,00.html>



Neamp

para que, em junho de 2003, a produção da AIC chegasse à grade de programação da TV Horizonte (transmitida via cabo e por sinal aberto em UHF) e à TVC (canal comunitário da TV por assinatura da capital mineira). Tal expansão do projeto foi possível graças ao patrocínio da Petrobrás, que teve início em novembro de 2002.

Por não ser veiculado em um canal VHF, a produção audiovisual da Rede Jovem sofria de dificuldades de recepção, o que gerava uma menor visibilidade ao projeto. O problema se agravava pelo fato de a grande maioria dos atores diretamente envolvidos no projeto e sobre os quais ele se dedicava não terem acesso à TV a Cabo e ao Canal 19 (UHF); ainda mais em sociedades complexas como a brasileira, onde a visibilidade é garantida, em enorme medida, por meio do acesso à grande mídia. Já em 2005 a Rede Jovem de Cidadania aumenta seu potencial de alcance público e passa a ser transmitida pela Rede Minas de Televisão, atingindo, assim, muito mais famílias pelo sinal VHF. O programa é veiculado nos sábados, às 17 horas, com reapresentações nas segundas-feiras às 13 horas e 15 minutos, e nas quintas-feiras, às 18 horas e trinta minutos.

O longo período de tempo que demandou a estruturação da Rede Jovem de Cidadania até seu atual estágio vai ao encontro do que aponta a professora Rousiley Maia: “(...) a expansão de um movimento social não é algo que ocorra de modo automático, mas ao invés disso, pressupõe a mobilização de redes de comunicação informal dentre e entre os grupos sociais” (MAIA, 2004, p. 25).

São os mais de trinta movimentos sociais que compõem a RJC e seu Conselho de Mídias, dentre eles, o Grupo Cultural Encaixa Couro, que trabalha com música negra de raiz, o Grupo Negras Ativas e o Grupo Juventude Hip Hop, que conformam-se como *locus* de argumentação onde acontece um processo reflexivo. É preciso salientar que apenas parte deste processo torna-se visível no programa da RJC. Já que várias de suas etapas dão-se longe dos holofotes da mídia, em encontros informais ou fóruns organizados, ou seja, em microprocessos sociais, que fomentam e são fomentados, de maneira circular pela mídia.

Para se analisar as ações da RJC, é preciso deixar claro que a esfera pública, essa rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, tem uma dinâmica que acolhe fluxos comunicativos oriundos do centro do poder e também aqueles



Neamp

advindos da periferia. É por isso que em sociedades democráticas, como a brasileira, é possível falar em um deslocamento de quadros de sentido naturalizados e cristalizados na sociedade, principalmente, no âmbito da redescoberta do poder da sociedade civil, utilizando-se como exemplo a atuação da Rede Jovem.

Jovens, condições socioeconômicas precárias, estudantes de escolas públicas, moradores de periferia: em produções da grande mídia as chances de estes personagens protagonizarem as melhores e mais edificantes histórias, os heróis em primeiro plano são pequenas. A produção de um noticiário, por exemplo, atende a uma linha de produção em que especialistas, atores governamentais e a sociedade civil organizada têm muito mais chances de angariar visibilidade a seus discursos do que sujeitos atomizados, não-organizados da sociedade civil. Sem a possibilidade de tornar visíveis seus discursos, muito menos, de conseguir gerar uma publicidade no sentido forte a seus argumentos, mas, cientes de que a exclusão não é um fenômeno de natureza apenas material, sendo também simbólica, atores privados da sociedade civil têm buscado a organização coletiva para vencer os entraves da grande mídia. Assim, este estudo procurará perceber como os indivíduos alvos de prejuízo simbólico têm a capacidade de produzir contranarrativas que expressem maneiras de se reapropriar do que é produzido pelo sistema midiático por meio de táticas próprias e práticas cotidianas para questionar o próprio sistema e, indo além, garantir visibilidade a tais contranarrativas (M. DE CERTEAU *apud* MARQUES, 2007, p.34). É essa capacidade mesma de garantir visibilidade às falas miúdas, produzidas fora dos circuitos oficiais, ao burburinho das ruas, ao discurso que Habermas aponta como estando presente na esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua) e que fomenta de maneira circular os fluxos comunicacionais produzidos na esfera pública organizada (como as redes de interações simbólicas produzidas pelos atores coletivos da sociedade civil) e na esfera abstrata (a cena midiática) que se pretende analisar nesta pesquisa (HABERMAS, 2003, 107).

Contudo, constatar a existência de um discurso produzido por aqueles que não fazem parte das elites enunciantes não representa por si só um ganho, afinal, as minorias simbolicamente excluídas podem continuar falando a partir da representação estigmatizada que delas é feita (França, 2002, 42). Cabe aqui analisar, portanto, se



Neamp

determinados fluxos narrativos que ganham visibilidade na grande mídia e são produzidos por sujeitos prejudicados simbolicamente são capazes de deslocar quadros de sentido estigmatizados e cristalizados no senso comum, incitando a promoção de um processo reflexivo.

A RJC constitui-se, dessa forma, como a oportunidade que os jovens têm de publicizar seus argumentos, transmitir seu recorte de realidade, a partir de suas próprias experiências, a um público amplo e diversificado. Em um mesmo programa discute-se gênero, sexualidade, rap, grafite, mídia, religião, cultura, ideologia e demandas relacionadas ao combate à violência e ao primeiro emprego, tudo sob a perspectiva de jovens que são sujeitos de seu discurso. Esse é o retrato de uma periferia onde a alteridade convive em harmonia, mas, sem idealizações: não se escondem os problemas; contudo, são os próprios jovens que constroem e transmitem seus argumentos, sem paternalismos ou estereótipos.

Segundo Juarez Dayrell, professor da Faculdade de Educação da UFMG, em declaração ao Boletim Informativo da RJC, número 104, de 17 de julho de 2003:

“A Associação Imagem Comunitária, em seus dez anos de atuação, tem criado inúmeros espaços na mídia para que esses jovens se mostrem de maneira diferente. Assim, possibilita que construam uma imagem positiva, modificando a visão da sociedade e, principalmente, a noção que eles têm de si próprios” (DAYRELL, 2003).

Esse é justamente o ganho que um processo reflexivo, como o instaurado pela RJC busca conquistar. Deve-se ter em mente que a esfera pública se constrói a partir de trocas de experiências ocorridas em encontros cotidianos, seja em interações simples e espontâneas do mundo da vida, ou mesmo organizadas, como as reuniões do Conselho de Mídias da RJC - quando reúnem-se para uma troca argumentativa recursiva e co-presencial, pautada pelo princípio da publicidade, mais de 30 atores coletivos. Nessas interações são produzidos os fluxos comunicativos que vão sendo tematizados na esfera pública.

São essas redes comunicativas que interligam os sujeitos, atuando no sentido de propiciar a sociabilidade, possibilitando a construção coletiva de um universo simbólico



Neamp

entre os atores concernidos no processo. E é essa sociabilidade que apresenta-se como o “centro mesmo do processo reflexivo da dinâmica social” (MAIA *apud* GOMES, 2004, p. 20).

O ator crítico coletivo RJC é formado por vários outros atores coletivos e individuais, daí a pertinência do qualificativo “rede” para nomeá-lo, afinal, ele possibilita, por meio do Conselho de Mídias, a interação face a face mediada pela linguagem, leva à instauração de um processo reflexivo em torno de temas caros àquela coletividade, promove a reformulação dos sentidos compartilhados e altera a imagem que aqueles sujeitos têm de si mesmos, como comprovam as declarações de membros da RJC extraídas da página virtual da Petrobrás⁸, patrocinadora do projeto:

“Ser cidadão para mim é ter uma identidade, é saber quem eu sou, e saber meus direitos e respeitar os meus deveres. É poder aprender e passar adiante tudo que aprender. E eu posso atuar na Rede Jovem e levar tudo que aprendo aqui para o meu bairro”. (Elaine Santos, estudante participante da Rede)

“Eu quero mudar o ponto de vista que as pessoas têm da favela, mostrar que quem vive na periferia tem muitos sonhos e luta por eles. Quero contestar o preconceito que os demais têm em relação à favela, mostrando o lado que a mídia não mostra, que é o lado bom. E com isso desejo atingir a sensibilidade dos jovens e da sociedade para trabalhar mais com esse lado do nosso país”. (Charlene Duarte, estudante que atua na Rede Jovem)

A maturidade reflexiva alcançada pelas estudantes é mais uma prova do êxito do projeto que, além de propiciar sociabilidade e gerar reflexividade por meio das interações face a face, acelera os processos de trocas simbólicas, valendo-se da grande mídia para ampliar o potencial de visibilidade e reflexividade da Rede Jovem de Cidadania.

É importante salientar que a maior parte dos integrantes da RJC conta com experiências associativas antes mesmo de participar da Rede. Isso lhes garante maior capacidade crítica e independência discursiva em relação às falas institucionais produzidas pela Associação Imagem Comunitária. Dessa forma, o discurso dos jovens durante as reuniões do Conselho de Mídias representa, em geral, demandas e interesses do grupo ao

8 Depoimentos extraídos da página virtual:
http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/RedeJovemCidadania_dep.asp



Neamp

qual eles estão vinculados⁹. É a partir da troca argumentativa entre os diversos movimentos sociais, que podem, por exemplo, tratar de temas ligados à cultura negra, aos sujeitos sexualmente estigmatizados, à igualdade de gênero, a depender de sua atuação, que os jovens das periferias promovem o embate discursivo na RJC.

O projeto Rede Jovem de Cidadania configura-se, portanto, como exemplo de que o uso público da razão por públicos fracos, esse compartilhamento de sentidos com vista à produção de entendimentos não atrelados à ideologia dominante, pode ser empiricamente analisado mesmo com todas as barreiras e desigualdades existentes na mídia e na sociedade brasileira em geral. Afinal, a mídia, devido a seus processos intrínsecos de produção da notícia - como os critérios de noticiabilidade e o compromisso com o tempo - dificilmente dará voz a sujeitos atomizados, não-organizados, destituídos das prerrogativas que devem ser inerentes àqueles que pretendem alcançar a visibilidade midiática, cabendo, portanto, aos atores fracos se organizarem enquanto sujeitos críticos coletivos.

Ora, a partir da Rede Jovem de Cidadania é possível, então, perceber como as minorias, os grupos que não detém a hegemonia, podem a partir de sua organização enquanto atores coletivos, romper a barreira da invisibilidade, e projetar seu discurso na grande mídia, de modo a gerar um debate reflexivo, com vistas a ganhos relevantes de natureza simbólica.

A representação da mulher na mídia

A claquete anuncia o início do programa, um casal de jovens integrantes da RJC toma seu lugar em um cenário decorado por objetos triviais como espelho, leque, sapato alto, calcinha, celular, rosas e alguns cosméticos dispostos como que num quadro de inspiração surrealista. Pode-se notar que todos estes signos indiciais servem como pistas para o tema do programa: a representação da mulher na mídia.

É possível ainda perceber a presença do microfone boom no alto da tela. O que

9 A diversidade de movimentos sociais que compõe a Rede Jovem de Cidadania consta de nota de rodapé na página 2 deste trabalho.



Neamp

seria um erro para determinados padrões técnicos televisivos age como índice de uma outra estética, uma estética que permite o aparecimento da claquete, do boom e a repetição de cenas que não constariam de uma edição final asséptica. Neste programa, o espectador é a todo momento lembrado de que assiste a um produto construído para a mídia televisiva, não se cai na tentação de se tentar esconder tais elementos.

Durante a cena de abertura, que serve para apresentar a Rede Jovem de Cidadania ao público, uma gargalhada incontida de um dos apresentadores interrompe a gravação e ela é repetida. A manutenção desta tomada na versão final do programa serve como signo encarnado do caráter jovial e informal que deve permear toda a apresentação, como signo de uma “outra” estética, produzida a partir do lugar de fala de um grupo simbolicamente excluído, que não ocupa os espaços de visibilidade midiática. Afinal, um outro discurso deve estar acompanhado de uma outra estética imagética.

Um apresentador caracterizado por brincos, corrente no pescoço, faixa na cabeça e toda uma vestimenta que simboliza o universo jovem avisa: “No programa de hoje nós falaremos sobre a mulher na mídia e como elas se sentem representadas”. A jovem apresentadora que ostenta um pingente em formato de coração, um símbolo do amor romântico, que povoa de forma especial o universo imaginário das garotas em sua faixa-etária toma a palavra e informa: “Pois existem mulheres que pensam diferente e não querem se encaixar no papel que a mídia impõe. Mulheres que são um conjunto de corpo e cérebro e não apenas peito, perna e bunda”. Dito isso, a apresentadora da RJC já deixa claro qual o papel social que, na visão dos integrantes da Rede, cabe à mulher nos meios de comunicação. E os dois ainda interpelam as telespectadoras a refletirem a partir dos seguintes questionamentos: “E você, você se sente representada pela mídia? É a mulher que faz a mídia ou a mídia que faz a mulher?”

Corte seco: uma animação composta de recortes de materiais impressos substitui os dois apresentadores, utilizando uma técnica denominada stop motion. Ela consiste em fotografar objetos quadro a quadro, mudando pouco a pouco seu posicionamento. “Quando o filme é projetado a 24 fotogramas por segundo, temos a ilusão de que os objetos estão se movimentando”¹⁰. Um canto africano acompanhado por atabaques é a

10 Extraído de EBA. **Introdução**. Disponível em:



Neamp

trilha sonora, enquanto ilustrações de mulheres negras com roupas típicas do continente africano passeiam pela tela.

A música acompanha as mudanças de imagem: assim que ilustrações de mulheres com biótipo europeu e carregadas de referências estéticas renascentistas ocupam a tela, um canto sacro do Velho Continente é a trilha de fundo. Surge ainda uma mulher nua, de longos cabelos cor de fogo, envolta por maçãs, segurando uma dessas frutas, ao mesmo tempo em que, de maneira sensual, tapa os próprios seios. A maçã, em nossa cultura cristã, é símbolo do pecado, da luxúria. Estamos diante da representação de uma Eva dissimulada que oferece a fruta proibida a Adão e o leva a pecar, pura sensualidade, luxúria, transgressão. Eis a mulher pecadora seguida por imagens de outras mulheres nuas, inclusive em pleno ato sexual. Adiante, senhoras com roupas típicas de séculos passados dão lugar a mulheres com vestimentas das décadas de 1920, 30, 40, 50, 60, 70, até os dias atuais, num verdadeiro túnel do tempo da representação feminina hegemônica.

A partir do momento em que se inicia a série de imagens do século XX, são mostradas apenas mulheres jovens, brancas, a maioria com pouca ou nenhuma roupa e em poses de forte apelo sensual. Há ainda a Cinderela ao lado do príncipe encantado, a noiva em vestido branco, simbolizando o desejo de se encontrar um par romântico perfeito, o cavaleiro idealizado que está preso no imaginário feminino; e outra que se rende aos apelos da boa forma e usa uma malha de ginástica enquanto realiza exercícios físicos. Nenhuma está caracterizada como executiva, médica, advogada, ou foge ao padrão hegemônico de beleza.

As várias representações dominantes que a mulher recebeu da mídia ao longo de vários períodos aparecem neste túnel do tempo animado. De Marilyn Monroe, que encarna a loira sexy e fatal, a outras atrizes de Hollywood com um perfil bem próximo, esbanjando sensualidade, a animação chega aos dias atuais já embalada pela música *Eguinha Pocotó*, de autoria de MC Serginho. O homem de maior destaque na montagem aparece apalpando as nádegas de uma jovem de vestido curto. A rotação do funk que serve de tema para a mulher representada pela mídia contemporânea diminui, o som começa a

<http://www.eba.ufmg.br/midiaarte/quadroaquadro/stop/princip1.htm> Acesso em 16 de novembro de 2007.



Neamp

ficar distorcido, torna-se incômodo. Por fim, as mulheres são representadas por esqueletos, fantasmas de si mesmas, seres desfigurados, deformados, assim como o funk que as embala. Novo corte: uma jovem da RJC aparece na rua, com microfone em punho, indagando os transeuntes com a seguinte questão: “Qual mulher você acha legal na mídia?”.

O uso de gírias, de uma linguagem informal como a utilizada pela jovem repórter, caracteriza todos os programas da RJC. Assim demonstra Laiara Amorim, uma das integrantes do projeto, ao falar para a página virtual da Petrobrás: “Como somos jovens, somos espontâneos, falamos a nossa língua. E o público-alvo não é só o jovem. É mídia da comunidade para a comunidade”¹¹.

As respostas à indagação são bastante variadas. Faz-se interessante notar que uma das entrevistas tem como cenário uma banca de revistas, onde se pode ver várias revistas dirigidas ao público feminino, ostentando nas capas fotografias de belas mulheres com corpos esculturais, enquanto um entrevistado não consegue lembrar o nome da mulher que admira na mídia. As chamadas das publicações diziam respeito à dieta, exercício físico, decoração e relacionamentos amorosos, temas que, segundo os quadros de sentido dominantes e naturalizados na sociedade, despertam grande interesse no universo feminino. Já os hipóícones fotográficos em questão atuavam no sentido de impor um padrão hegemônico de beleza feminina à sociedade, como será, mais à frente, abordado por uma das entrevistadas do programa, a coordenadora de Ações Afirmativas da UFMG, em sua primeira fala transcrita para este trabalho.

Uma das mulheres interpeladas, uma jovem com os cabelos pintados de loiro e a barriga à mostra diz gostar da Xuxa e da Angélica, apresentadoras que abusaram de roupas sensuais e de programas que acrescentaram pouco ou quase nada à grade de televisão que não fosse um entretenimento repleto de clichês e carente de maiores atributos em termos de estética ou de conteúdo durante suas carreiras, e dá uma explicação um tanto quanto controversa para suas escolhas: “Angélica, Xuxa, não sei... Essas pessoas assim que não

11 Depoimentos extraídos de: PETROBRAS. **Rede Jovem de Cidadania**. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/social/29_11_2006.asp> Acesso em 15 de junho de 2007.



Neamp

exploram seu corpo, mas sim os seus programas de uma forma legal, de uma forma educativa e que fazem o bem pras pessoas”.

Já um entrevistado da terceira idade afirma não se ater a nomes em suas escolhas, nem mesmo a qualquer talento, apenas à constituição física, “coisificando-as” enquanto objetos em exposição para os homens: “Todas as que são bonitas eu gosto. Eu gosto de todas... Sendo bonitas, eu gosto de todas. Eu não tenho, assim, uma preferência por nomes, até porque têm umas que eu nem sei o nome delas, mas eu gosto de ver o visual delas”. Outros entrevistados, ainda, citaram jornalistas e entrevistadoras como Marília Gabriela e Fátima Bernardes.

O cenário agora é um salão de beleza especializado em cortes afro. Ao lado da entrevistada, que ocupa o centro do vídeo, encontra-se uma mulher negra, portanto, que foge ao padrão hegemônico de beleza, tendo seu cabelo trançado. Mais ao fundo dois secadores de cabelo profissionais servem como índice da localização da externa. Assim, os objetos que compõem a locação são elementos de significação, que dialogam com o texto falado, pois, nenhum lugar parece ser mais pertinente para problematizar o padrão estético hegemônico da mulher comum, da mulher ordinária na mídia e suas implicações na formação identitária deste grupo do que tal cenário. A convidada a discorrer sobre estas questões é a coordenadora de Ações Afirmativas da UFMG, Nilda Lima Gomes:

“Eu acho que a mulher na mídia ainda aparece com um padrão de beleza, padrão estético único, muito homogêneo. O padrão branco ainda é privilegiado, você tem uma ditadura da magreza e da beleza que migra dos espaços dos modelos, das manequins para as mulheres comuns; e isso aí, de alguma forma, constrói alguma coisa no imaginário social de mulheres comuns, de mulheres do dia-a-dia, que começam a se julgar baseadas nesses padrões de beleza, de corpo, de magreza”.

Um dos mais interessantes quadros do programa chama-se *Debate no meio da rua*. Ele consiste na realização de debates entre pessoas sentadas em cadeiras dispostas nas faixas de pedestre, enquanto o sinal que regula o tráfego de carros está vermelho. O tempo



Neamp

do sinal dá a dinâmica do debate, que é ágil e aproveita bem a exigüidade e a efemeridade do tempo na televisão. Assim que o sinal abre, os participantes pegam seus bancos e correm em direção ao passeio. Ele representa uma troca argumentativa dinâmica, bem apropriada ao ritmo televisivo. O movimento de câmera e todos os elementos do quadro estão adaptados à experiência na modernidade tardia, que é composta por fragmentos, com pouco tempo para a reflexão e a contemplação, assim como o é o próprio meio televisivo.

Esse quadro criado por Warlei Bombi, apresentador do programa, é uma produção típica de um jovem que trabalha com novas formas de funcionamento dos sentidos. Ele foi construído em uma época de corpos inquietos, em que as experiências, em grande medida, são mediadas pelas máquinas de imagens, principalmente a televisão. *O Debate no meio da rua* é produto de um mundo em que o conhecimento encontra-se cada vez mais difuso, desarticulado, fragmentário, assim como as próprias falas dos participantes.

Se se entende que o ato de dar nome ao mundo, de conhecê-lo e tomá-lo para si acontece por meio de uma dimensão sensível da existência, por meio da experiência cotidiana, e se esta experiência é reordenada e estilhaçada na e pela modernidade tardia, é de se esperar uma nova ordenação das formas de sentir. *O Debate no meio da rua* é, portanto, exemplo de uma criação de alguém que nasceu com seus sentidos determinados pela lógica fragmentária da televisão, por novas formas de experimentar o mundo, pelas experiências reordenadas na e pela modernidade.

A pergunta é: “Então, galera: essa coisa de padrão de beleza, quem aqui já fez algum sacrifício ou conhece alguém que já fez algum sacrifício pra ficar bonita?” Logo surge a primeira resposta que demonstra como as experiências midiaticizadas ajudam a conformar o *self* e a pautar as experiências vividas: “Não eu não fiz não, mas têm mulheres que ficam até anoréxicas de tanto fazer regime, vomitam, passam mal pra ficarem iguais a essas mulheres das novelas”. “Ah! Eu vivia na academia, malhava o dia inteiro, ia pra academia umas três horas e saía de lá umas 10 horas, vivia fazendo chapinha no cabelo, aí um dia eu me toquei”. Outra participante completa: “Eu também conheço gente que ficou dias sem comer assim e acabou indo pro hospital por causa do padrão de beleza da mulher na mídia”.



Neamp

A relevância estrutural que as experiências midiáticas detêm na constituição das identidades é grande, apesar de elas atuarem de forma diversa das experiências vividas na construção do projeto simbólico do indivíduo. As experiências midiáticas, deslocadas no tempo e no espaço, ganham maior relevância na tessitura da narrativa da própria identidade, na medida em que sua importância adquire um caráter central na vida do sujeito. O tempo diário que uma das entrevistadas do programa afirma dedicar às quase interações mediadas dá bem a medida de uma mulher para quem a mídia assume um lugar central de suas experiências cotidianas: “Assisto tudo. Tudo, assim, que passa eu estou assistindo, qualquer canal”.

Contudo, essa mesma mulher, negra, bem acima de seu peso, percebe que as representações do gênero feminino na mídia são idealizações distantes de sua realidade. A indagação é a seguinte: “Que tipo de mulher na televisão você acha que se parece com você?”. E a resposta: “Ah difícil viu... Geralmente na televisão elas são mais saradas, mais malhadas”.

A especialista da UFMG continua em suas declarações que ajudam a iluminar as repercussões das representações midiáticas hegemônicas para os grupos alvo de exclusão simbólica:

“A gente vive aqui no Brasil um padrão estético real que é o padrão negro e o padrão mestiço, mas ao mesmo tempo idealizamos, enquanto nação brasileira, e desejamos um padrão estético, um padrão de beleza ideal que é o branco europeu. Isso traz complicações em vários setores, isso traz complicações na construção de outro imaginário social positivo”.

Ao ser indagada sobre sua opinião acerca das mulheres representadas pela mídia hoje, uma das integrantes da RJC responde de forma jocosa, utilizando-se da ironia para desconstruir o discurso midiático hegemônico:

“Eu acho que a mulher na mídia exerce um papel fundamental. O que seria das propagandas de cerveja se não houvesse mulher Nossa Senhora! Das propagandas de absorvente se não houvesse mulher?”



Neamp

Seria um desastre, seria inútil, né? Mesmo porque nós, né gente, somos a maioria da sociedade, né!”

Pode-se observar, a partir de tal afirmativa, que a conformação de atores privados individuais da sociedade civil em atores coletivos atende às necessidades de eles se capacitarem para uma leitura crítica desses sistemas de signos predispostos à polissemia. É, justamente, nesse sentido que U. Eco propõe uma solução de guerrilha para a questão do poder dos meios de comunicação. Essa solução dar-se-ia pela educação crítica do receptor em instituições da sociedade civil, nos moldes do que promove a RJC.

Ao citar a representação da mulher no universo publicitário a jovem faz referência às mulheres hiper-reais dos cartazes de cerveja. É a tentativa dos publicitários de fazerem com que signos simbólicos sejam reconhecidos como ícones, afinal eles apresentam a si mesmos e, assemelham-se ao seu objeto. No caso da mulher hiper-real da publicidade de cerveja, a representação da mulher, de alguma forma, ao menos parece ser esse o desejo dos publicitários, deveria superar o seu próprio objeto, a mulher real. Atuaria, portanto, como um atalho semiótico para aumentar as vendas de um produto. Um símbolo nunca pode indicar uma coisa particular, ele denota um geral e gera como interpretante um argumento; enquanto que o ícone não necessita da reflexão, pelo contrário, ele opera por meio da sensação e da intuição, ele não está preocupado em produzir conclusões lógicas, mas a intuir, a sentir coisas sobre o objeto significado, daí o pretense atalho semiótico.

E a capacidade crítica do receptor que exerce uma leitura oposicional das mensagens midiáticas aparece mais uma vez na reflexão sobre o seguinte questionamento: “Mas você acha que o papel da mulher é valorizado na mídia?” A resposta: “Muitas vezes não. Porque muitas vezes a mulher pra aparecer ela tem que estar dançando, ela tem que estar seminua na tela”.

Nova animação, o tema é o mesmo daquela que aparece no início do programa e que funciona como introdução e resumo de todo o vídeo: a representação da mulher na mídia. Dessa vez, contudo, a técnica da animação e a forma de tratar o conteúdo mudam. A alteridade aparece: mulheres de diversas etnias, idades, constituições físicas, representantes do que a coordenadora de Ações Afirmativas da UFMG chama de “padrão



Neamp

estético real”, se posicionam sobre uma esteira rolante que as leva para dentro de uma máquina, numa referência clara ao modelo industrial de produção. Instantaneamente, todas as mulheres que passam pela geringonça surgem padronizadas, loiras, cabelo liso, uma roupa da moda a realçar um modelo de corpo valorizado em nossa sociedade.

Como é possível perceber, a máquina de produzir em série mulheres padronizadas representa a mídia, trazendo para o mundo da animação gráfica parte da descrição que Adorno traçou da Indústria Cultural.

Contudo, é importante problematizar a visão dos meios de comunicação exposta pela RJC. Afinal, a mídia não é um bloco monolítico, ao contrário, os meios de comunicação social podem servir à diferença e ao embate. A mídia está em constante diálogo com a sociedade, que pauta e é pautada pelos meios de comunicação. É justamente essa potencialidade emancipadora da mídia que a Rede Jovem de Cidadania representa ao conseguir veicular sua produção audiovisual na Rede Minas de Televisão.

Considerações Finais

Nesse momento do trabalho, é possível perceber como à RJC pode caber a mudança de um cenário em que o jovem da periferia não tem acesso ao lugar de fala privilegiado, ao mesmo tempo em que, nos discursos oficiais, sua imagem é da ordem de uma representação dada por outros sujeitos, pelas elites enunciadoras. A elas sempre coube construir a imagem deste grupo social a partir de seus próprios referenciais e interesses.

É este discurso e esta estética da diferença, construídos a partir de um outro lugar de fala, a partir de referências e enquadramentos que não aqueles utilizados pelas elites para representar os jovens carentes e demais grupos simbolicamente excluídos, que alcança a condição de visibilidade na grande mídia por meio da RJC, permitindo que seja invertido o processo centrífugo dos fluxos comunicacionais.

E é esta visibilidade alcançada por uma imagem construída a partir de outros referenciais simbólicos que amplia a possibilidade de se alterar o discurso hegemônico



Neamp

praticado em relação aos grupos marginalizados, sejam os jovens, os pobres, as mulheres, os negros. Afinal, as identidades, as representações, as imagens e os referenciais simbólicos socialmente construídos estão em permanente processo de transformação, dependendo da organização dos jovens da periferia a mudança dos quadros do sentido, dos discursos, das representações, das imagens e identidades pejorativas construídas a seu respeito. Esse é o jogo de posições que está sendo travado.

Deve-se, para melhor participar deste embate simbólico, perceber que o signo está impregnado de sentido em si, antes mesmo de ser gerado qualquer interpretante. Contudo, é pertinente lembrar que o signo contribui para produzir o contexto, ao mesmo tempo em que o contexto sócio-cultural também determina o sentido do signo. Uma mensagem sóica não é completamente fechada, nem completamente aberta, ela é polissêmica, algumas mais, outras menos, mas todas assim se fazem. O homem é um ser simbólico e o símbolo é apreendido dentro de uma cultura. E são esses símbolos naturalizados e cristalizados, que guardam em si fundamentos indexicais e icônicos e que geram outros símbolos *ad infinitum*, que devem ser alvo de reflexão e desnaturalização, para que se rompam os estereótipos e os estigmas.

É uma tarefa inquietante cumprir os objetivos deste estudo em tão poucas páginas, apresentando um projeto tão rico como a Rede Jovem de Cidadania, para verificar em que medida os sujeitos simbolicamente prejudicados podem, quando organizados coletivamente, se apropriar dos meios de comunicação e garantir publicidade a seus discursos, gerando um processo reflexivo na esfera pública, que resulte em ganhos efetivos para os sujeitos concernidos.

Contudo, tal tarefa torna-se necessária visto as potencialidades deste projeto. A RJC obtém êxito não só ao gerar publicidade a seu discurso, atuando como contraponto ao que normalmente se vê na mídia relacionado ao cotidiano dos jovens da periferia; como também possibilita que esses mesmos jovens tornem-se produtores do material simbólico que irá atingir uma imensidão de pessoas por meio da Rede Minas de Televisão.

E, mais ainda, a possibilidade de fazer com que os problemas cotidianamente vivenciados pelos jovens da periferia no âmbito de suas relações pessoais, sejam politizados e transformados em reivindicações públicas é um dos principais méritos deste



Neamp

projeto; que, devido a sua riqueza de ação, apresenta-se como exemplo empírico que merece novos estudos à luz da redescoberta do poder da sociedade civil e do entendimento de que é possível aprimorar a democracia brasileira, quando são colocados para debate público os problemas pertinentes aos jovens simbólica e economicamente excluídos.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO IMAGEM COMUNITÁRIA. Disponível em: <http://www.aic.org.br/rede>>
Acesso em 20 de novembro de 2009

EBA. Introdução. Disponível em:
<www.eba.ufmg.br/midiaarte/quadroquadro/stop/princip1.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2007.

FERNANDES, Adélia Barroso. *O papel reflexivo da mídia na construção da cidadania: o caso do Movimento Antimanicomial – 1987 a 1997*. (1999). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FOLHA ONLINE. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u309307.shtml>>.
Acesso em: 10 de dezembro de 2007

FRANÇA, Vera Regina Veiga (2002). “Discurso de identidade, discurso de alteridade: a fala do outro”. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; VAZ, Paulo Bernardo; SILVA, Regina Helena Alves da; GUIMARÃES, Cesar Geraldo (orgs.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte, Autêntica.

GOMES, Edison. *Rede Jovem: Um lugar de Comunicação e Sociabilidade*. (2004). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



Neamp

GOMES, Wilson (1999). “Esfera pública política e media II”. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (orgs.). *Práticas discursivas na cultura contemporânea*. São Leopoldo: Unisinos.

HABERMAS, Jürgen (1992). “Further Reflections on the Public Sphere”. In: Calhoun, C. (ed). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: Mit Press,.

HABERMAS, Jürgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HABERMAS, Jürgen (1997). *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MAIA, Rousiley C. M (2004). “Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública”. IN LEMOS, André et al. (orgs.). *Mídia. BR. Livro da XII Compós*. Porto Alegre: Sulina.

MUNDIN, Pedro Santos. *Das rodas de fumo à esfera pública: o discurso de legalização da maconha nas músicas do Planet Hemp* (2004). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PETROBRAS. *Rede Jovem de Cidadania*. Disponível em:
<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/social/29_11_2006.asp
> Acesso em 2 de maio de 2007

PETROBRAS. *Programa Petrobras Fome Zero: desenvolvimento com cidadania*
Disponível em:
<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/PetrobrasFomeZero/RedeJovemCidadania_dep.asp>. Acesso em: 5 de maio de 2007.



Neamp

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. *Padrão PUC Minas de Normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias*. Belo Horizonte, 2007.

Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 5 de maio de 2007.

REDE JOVEM DE CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.rede.aic.org.br/boletim/>>.

Acesso em 25 de novembro de 2009

TERRA. <<http://exclusivo.terra.com.br/interna/0,,OI2107491-EI1118,00.html>> Acesso em 10 de dezembro de 2007.

THOMPSON, J. B (2002). *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*.

Petrópolis: Editora Vozes.



Neamp

Des-construção urbana ou direito à periferia? Violações no centro de São Paulo e metrópole insustentável

Francisco de Assis Comarú*

Resumo: O artigo trata da relação entre políticas urbanas e sociais, respeito aos direitos humanos e sustentabilidade na metrópole paulistana. Abordam o caso das ações em curso por parte, principalmente, do governo local, com relação ao centro de São Paulo, que têm produzido a expulsão ou forçado o deslocamento das famílias de baixa renda e grupos vulneráveis para periferias distantes ou mesmo outras cidades. Realiza-se um breve aprofundamento do caso da moradia e dos catadores de materiais recicláveis, bem como um apanhado dos direitos violados. Uma das principais referências para o texto é o Dossiê sobre violações dos Direitos Humanos produzidos pelo Fórum Centro Vivo de São Paulo. Ao final questiona-se a associação entre sustentabilidade, direitos e cidadania.

Palavras-chave: centro de São Paulo; políticas urbanas e sociais; direitos humanos; sustentabilidade e metrópole; cidadania.

Abstract: This article examines the relationship between urban and social policies, with respect to human rights and sustainability in the metropolis of São Paulo. It focuses on the case of local government actions in the centre of São Paulo city that have generated the expulsion of low-income families and vulnerable groups to the outskirts or other cities. It includes a brief analysis of the case of housing and recycling workers, as well as, the violation of human rights. One of the main references for this text is the Forum Centro Vivo's dossier on human rights violations in the centre of the city. It concludes by querying the link between sustainability, rights and citizenship

* Engenheiro Civil pela E. E. Mauá, Mestre em Engenharia Urbana pela EPUSP, Doutor em Saúde Pública pela FSPUSP. É prof. Dr. Adjunto do Centro de Engenharia e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC e membro da coordenação no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.



Neamp

1. Contexto de Insustentabilidade metropolitana

As políticas e as ações urbanas implementadas na metrópole paulistana, em particular na sua região central, nos últimos anos estão na contramão do que constituiria um processo de inclusão sócio-espacial, construção de cidadania e sustentabilidade urbano-ambiental. Diversos fatos recentes apontam para a tendência de agravamento da situação urbana e socioambiental, sob vários pontos de vista. Este processo demanda uma urgente reflexão teórica, bem como ação sóciopolítica, numa perspectiva de rediscussão de paradigmas, princípios, valores e conseqüente revisão e readequação de instrumentos, mecanismos e políticas públicas.

Como já é bastante difundida no meio técnico e científico, a urbanização do final do século XX e início do século XXI constitui-se num fenômeno global. Cerca de 19 megacidades no mundo possuíam mais de 10 milhões de habitantes em 2004. Nesta lista constam aglomerados como México, Seul, Nova York, São Paulo, Bombaim, Délhi, Jacarta, Daca, Calcutá, Cairo, Manila, Karachi, Lagos, Xangai, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Teerã, Istambul, Pequim. A maior parte delas localiza-se nos países do Terceiro Mundo. *“Desde 1970, o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita”*. (Davis, 2006).

Um pesquisador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que o mercado habitacional formal do Terceiro Mundo raramente oferece mais de 20% do estoque de residências. Assim, nestas megacidades a maior parte da população recorre aos expedientes dos loteamentos clandestinos, irregulares, favelas, autoconstrução ou cortiços (Davis, 2006). Isto mostra que a urbanização recente resume-se principalmente à “urbanização da pobreza” (Maricato, 2001).

Num âmbito de descrição geral Davis (2006) mostra de que forma o processo de urbanização e precarização do habitat urbano se multiplica em todos os continentes, particularmente os subdesenvolvidos. O autor nos mostra também a relação intrínseca do processo de precarização da vida urbana com o as políticas econômicas no final do século XX – “a crise mundial da dívida externa do final da década de 1970 e a subsequente reestruturação das economias do Terceiro Mundo sob a liderança do Fundo Monetário Mundial (FMI) nos anos 1980”.



Neamp

Neste particular Altvater (1995) em seu estudo sobre a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema capitalista fordista de base fossilista, nos lembra que, de 1970 a 1980 as dívidas externas cresceram enormemente nos continentes menos desenvolvidos: de 16 a 130 bilhões de dólares na América Latina; de 4 a 56 bilhões de dólares na África Setentrional e Oriente Próximo; de 5 a 41 bilhões de dólares na África SubSaariana; de 3 a 47 bilhões de dólares na Europa Oriental; de 6 a 51 bilhões de dólares na Ásia Oriental. Pode-se afirmar que muitas conseqüências reais do endividamento e da reestruturação saltam aos olhos, outras provavelmente, ainda estão por vir.

No Brasil diversos autores mostram o estágio de crise e déficit de urbanidade (e civilidade) que atingem nossas cidades. O país sofreu durante o século XX um processo sem precedentes de “construção de cidades” (Maricato, 2001) relacionados ao processo de industrialização, aos movimentos migratórios, à ausência de alternativas de sobrevivência digna no campo.

Os déficits nacionais em termos de necessidades de moradia, saneamento e transportes são alarmantes. Constata-se que há carências de moradia para cerca de 7,2 milhões de famílias, sendo 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais. Com relação ao déficit habitacional qualitativo, pode-se dizer que 10,2 milhões de moradias carecem de pelo menos um dos serviços públicos – abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo ou energia elétrica – com 60,3% destas moradias nas faixas de renda de até 3 salários mínimos (Ministério das Cidades, 2004).

As áreas urbanas do país convivem com 18 milhões de pessoas sem acesso aos abastecimentos públicos de água, 93 milhões sem coleta adequada de esgotos, 14 milhões sem coleta de lixo. Cerca de 70% do esgoto coletado é despejado “in natura” nos rios, mares e corpos d’água.

Do ponto de vista da mobilidade e dos transportes, cerca de 33 mil pessoas são mortas e 400 mil são feridos por acidentes de trânsito por ano no país. Quantitativamente os acidentes de trânsito constituem o 2º maior problema de saúde pública do país. Devido aos congestionamentos nas grandes e médias cidades são perdidos 258 milhões de litros de combustíveis, 123 mil toneladas de monóxido de carbono são lançados na atmosfera.



Neamp

As perdas equivalem a 2% do PIB (Ministério das Cidades, 2004). Na cidade de São Paulo, em alguns bairros de periferia mais de 50% das viagens são feitas a pé, constituindo o que o professor Milton Santos definiu como “exílio na periferia” (Maricato, 2001).

O Brasil possui atualmente 27 regiões metropolitanas oficialmente reconhecidas com cerca de 70 milhões de habitantes. A exemplo de outras regiões metropolitanas do país, a metrópole paulistana tem sofrido alterações muito significativas nas últimas décadas sob diversos aspectos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano de 2000 a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) apresentava uma população de 17.878.703 habitantes e em 2006 cerca de 19.235.000 habitantes. Seguindo a tendência das demais regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, a RMSP, tem apresentado ligeiro declínio de sua taxa de crescimento populacional.

No caso do Estado de São Paulo tem-se verificado aumento significativo das taxas de crescimento populacional nos municípios e regiões periféricas das regiões metropolitanas, com destaque para os casos da RMSP e Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

Nota-se pelos dados dos Censos do IBGE das últimas décadas, que há diferenças muito díspares entre as taxas de crescimento de diferentes municípios no interior da região metropolitana de São Paulo. O mesmo se dá com relação a diferentes distritos e subprefeituras do município de São Paulo.

Do ponto de vista espacial, verifica-se, para a metrópole paulistana como um todo que a tendência geral tem sido a ocorrência de um aumento das taxas de crescimento populacional nos municípios mais periféricos e um declínio constante das taxas de crescimento do município central – o município de São Paulo. Conforme enfatiza Taschner (2001) *“as taxas de crescimento do município sede da metrópole são muito mais declinantes que as dos outros municípios da região metropolitana”*.

Ainda segundo Taschner (2001) *o fator que mais pesou para a estagnação da população paulistana foi o deslocamento de antigos moradores da cidade para o entorno da capital*. Não é a toa que a região que mais cresceu no Estado foi o cinturão de



Neamp

municípios da Grande São Paulo, com saldo positivo migratório de 440 mil moradores entre 1991 e 1996.

Este fenômeno se repete em outras metrópoles no país. De acordo com o Ministério das Cidades (2004), nos últimos anos, a população total das sete maiores regiões metropolitanas oficiais cresceu 30%, enquanto que a população de seus municípios-sede cresceu menos que 5%. *Em alguns casos a população do município central diminuiu.*

Este quadro acentua a tendência de manutenção do padrão periférico de crescimento. Segundo Taschner (2001) o fenômeno que já era evidente nos anos 1980 tornou-se mais acentuado nos anos 1990: *os moradores mais pobres são impelidos para regiões cada vez mais distantes, tanto para o entorno da capital, como para cidades limítrofes.* Segundo a autora a concentração da pobreza está na periferia: *40,7% dos chefes de famílias com renda de até 1 salário mínimo moram no anel periférico do município de São Paulo, assim como 34% dos que se declaram sem renda* (Taschner, 2001).

O município de São Paulo apresentou uma população de 9,8 milhões de habitantes em 1996. Em 2000 apresentava população de 10,4 milhões de habitantes (IBGE, 2006). O município sede apresentou taxas anuais médias de crescimento de 1,15% entre 1980 e 1991, de 0,91% entre 1991 e 2000 e de 0,60% entre 2000 e 2005.

Localidade	Período		
	1980-1991	1991-2000	2000-2005
RMSP	1,86	1,68	0,6
São Paulo	1,15	0,91	0,6
Itapeverica da Serra	3,97	4,79	4,69
Embu Guaçu	4,97	5,3	4,45
Santana de Parnaíba	12,71	8,11	5,82
Caieiras	4,08	6,92	5,05
Arujá	7,2	5,26	4,4

Fonte: Fundação Seade: www.seade.gov.br

Já a Grande São Paulo cresceu nos mesmos períodos de 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2005 com taxas médias de 1.86%, 1.68% e 0.60% apresentando um ligeiro e constante declínio de sua taxa anual.

Observando-se a tabela 1, nota-se mais claramente o fenômeno do padrão periférico de crescimento da metrópole. Por meio da tabela pode-se notar que há uma



Neamp

tendência de queda das taxas de crescimento, mesmo nos municípios que apresentam taxas muito elevadas nos últimos anos como Santana do Parnaíba com 12,71%, 8,11% e 5,82% nos períodos de 1980-1991, 1991-2000 e 2000-2005 respectivamente (Tabela 1).

Outros municípios, apesar de um declínio sutil no último período analisado demonstram que ainda passam por um processo de crescimento bastante intenso com taxas praticamente constantes (e entre 4% e 5% ao ano) nos últimos 25 anos como é o caso de Itapeverica da Serra (Tabela 1).

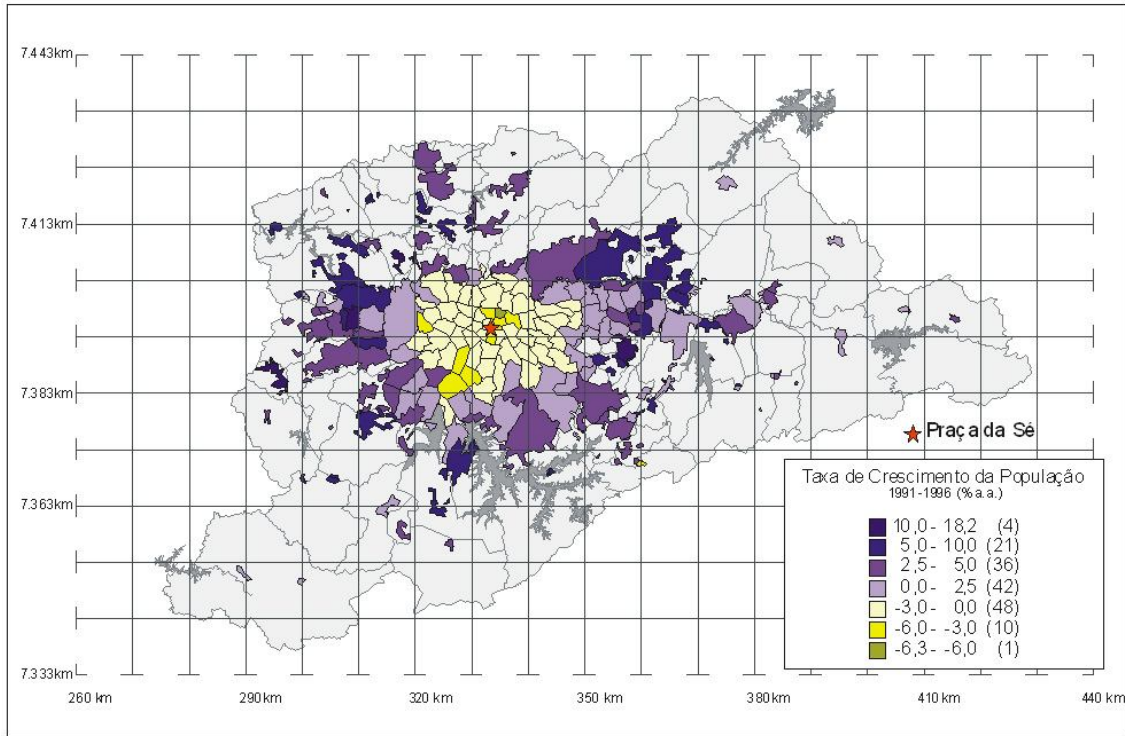
Se analisarmos os diferenciais das taxas de crescimento interno ao município de São Paulo, reforça-se a tese do padrão periférico de crescimento muito mais elevado, quando comparado às regiões centrais.

De fato, ao analisar o crescimento populacional no município de São Paulo, verifica-se a repetição do mesmo fenômeno numa escala mais reduzida. Nota-se uma grande diferença entre as taxas de crescimento dos distritos (e subprefeituras) mais periféricos e os distritos mais centrais. Os distritos mais periféricos têm crescido com taxas de até mais de 4% ao ano, enquanto uma quantidade muito significativa dos distritos pertencentes ao centro expandido tem apresentado taxas negativas de crescimento, ou seja, tem diminuído sua população.

Observando os mapas a seguir, produzidos com dados do IBGE e Fundação Seade, percebe-se espacialmente a discrepância entre diferentes municípios na escala da RMSP e entre as subprefeituras do município central. As regiões mais centralizadas e bem servidas de infra-estrutura, serviços e equipamentos, perdem população, e as regiões mais periféricas, em geral, com maiores carências de infra-estrutura e serviços que tem sofrido um intenso aumento populacional nos últimos anos.



Mapa 1 - Taxas Médias Geométricas de Crescimento Populacional na (1991-1996), segundo divisão distrital da RMSP de 1991.



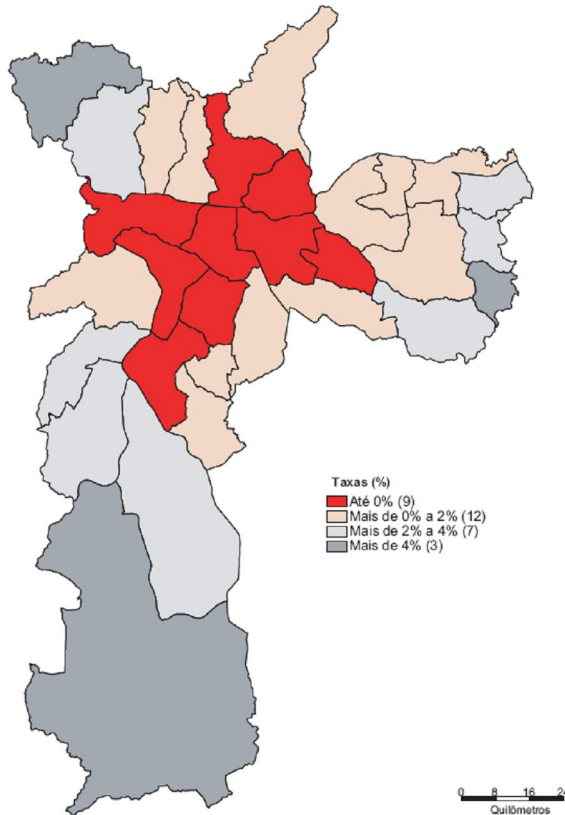
Fonte: FIBGE: Tabulação Especial dos Censos Demográficos e Schiffer (2004).

Mapa 2 – Taxa anual de crescimento populacional segundo subprefeituras de São Paulo



Neamp

Taxa Anual de Crescimento Populacional,
segundo Subprefeituras
Município de São Paulo
1991-2004



Fonte: Fundação Seade.

Os dados do Seade (2006) mostram claramente que todas as subprefeituras localizadas na porção mais central do município apresentam taxas negativas de crescimento populacional, ou seja, têm perdido população nos últimos anos.

Como se vê, a discussão dos problemas metropolitanos contemporâneos passa pelas temáticas do aumento da segregação sócio-territorial e da precariedade nas condições de vida sob diversos pontos de vista. Diversos estudos e autores discutem a relação entre o fenômeno da precarização nas periferias com aumento da violência, o agravamento do problema habitacional e exclusão do acesso a oportunidades de trabalho, renda e escolaridade (Ministério das Cidades 2004; Taschner 2001; Maricato 2001).

Além disso, fica cada vez mais clara a relação entre a problemática social e a



Neamp

questão ambiental. Alves (2005) no seu trabalho sobre vulnerabilidade sócio-ambiental na metrópole paulistana mostra que há indícios muito significativos de correlações entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade ambiental.

Diversos estudiosos do ambientalismo reconhecem a interdependência entre os ecossistemas e entre as comunidades e o modo de vida e a organização social e econômica (Sorrentino, 2001; Whately e Cunha 2006).

Sobre o fenômeno de segregação em São Paulo e sua interrelação com a dinâmica populacional, Taschner (2001) discorre: *o processo de segregação tem-se aprofundado, no quadro de uma metrópole complexa (...) observa-se a concentração da propriedade privada e a polarização crescente do ponto de vista social (...) a polarização se expressa em níveis muito desiguais de renda, educação formal e qualificação profissional e se reflete de várias formas na cidade. Neles observa-se, de forma cada vez mais acentuada, a presença de espaços residenciais e comerciais exclusivos, a privatização de espaços públicos, com o “fechamento” de ruas e praças para garantir a segurança de setores da população ameaçados pelas “classes perigosas”. Tal privatização dos espaços públicos pode ocorrer tanto em áreas centrais, onde residem os maiores percentuais de famílias de alta renda, como em áreas menos segregadas (...) onde a presença acentuada da pobreza constitui ameaça às famílias de “renda média” que, muitas vezes, “expulsas” das áreas centrais devido aos valores imobiliários incompatíveis com seus salários, reproduzem nos novos locais de residência os processos vigentes nas áreas mais valorizadas.*

Há também uma considerável literatura nacional e internacional da área de saúde pública que discute as evidências de correlações entre diferentes causas dos agravos em saúde e a multicausalidade do processo saúde-doença (Carta de Otawa 1984; Westphal 1997; WHO 1998; OPAS 2002; Comarú 2004).

Pesquisas interdisciplinares recentes realizadas no litoral do Estado de São Paulo (Comarú, 2004) reforçam as evidências de relações entre condições precárias de moradia, saneamento, transportes e mobilidade e indicadores de morbidade e mortalidade – por meio de grande incidência de agravos do aparelho respiratório, doenças infecto-contagiosas (em especial as hidrottransmissíveis) e mortes por causas externas (tais como atropelamentos, acidentes de trânsito e homicídios).



Segundo o Ministério das Cidades o aumento da violência nas metrópoles guarda fortes relações com os processos de segregação sócio-territorial em curso, que separam classes e grupos sociais em espaços de abundância e de integração, de um lado, e em espaços de concentração de população vivendo simultâneos processos de exclusão social (Ministério das Cidades, 2004).

Os bairros periféricos e favelas concentram uma população submetida a múltiplos processos de fragilização e vulnerabilidade. A noção de *vulnerabilidade* geralmente é definida como uma situação em que estão presentes três elementos (ou componentes): exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco (Moser, 1998 apud Alves 2005).

Pesquisadores do Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cebrap) mostram que *“na Região Metropolitana de São Paulo, a despeito da elevação dos indicadores sociais médios das periferias, nas duas últimas décadas, constata-se a existência de grandes diferenciais de condições de vida e de acesso a serviços públicos, com a presença de áreas extremamente pobres e carentes de equipamentos e serviços, espalhadas por toda a periferia metropolitana. Assim, sob padrões médios de atendimento muito melhorados, existiriam situações de extrema pauperização e péssimas condições sociais e exposição cumulativa a diversos tipos de risco”* (Torres e Marques, 2001).

No caso da metrópole paulistana, de acordo com dados da PNAD-IBGE de 1998, cerca de 1,7 milhões de pessoas (nada menos que 10% da população da RMSP), com renda familiar inferior a 2 salários mínimos, não tem acesso à moradia nas áreas periféricas mais tradicionais e mesmo em favelas mais consolidadas, sendo obrigadas a residir nas franjas e interstícios urbanos mais precários, geralmente em áreas de risco ambiental, com péssimos indicadores sociais e sanitários (Torres e Marques, 2001).

De fato, *“o nível dos problemas sociais e ambientais de determinadas áreas é impressionante, superpondo, em termos espaciais (e sociais), os piores indicadores socioeconômicos com riscos de enchentes e deslizamentos de terra, um ambiente intensamente poluído e serviços sociais (quando os há) extremamente ineficientes”*. Assim, em alguns espaços da periferia, encontramos uma intensa concentração de indicadores negativos, que sugerem a presença de “pontos críticos” de vulnerabilidade



Neamp

social (e ambiental), e revelam a existência de uma espécie de “*periferia da periferia*” (Torres et al., 2003: 5).

Segundo Guimarães Neto (2007) “*no Brasil, os problemas têm um fundo social muito grande. Em São Paulo, por exemplo, há coincidência geográfica entre os indicadores de mortalidade infantil e de homicídio. Exagerando: em certos lugares, se você não morre no primeiro ano de vida, morre até os 15 anos como vítima da violência*”.

Assim, não obstante tenha ocorrido uma melhora sensível em alguns indicadores sociais e econômicos nas duas últimas décadas da região metropolitana, como por exemplo, diminuição do analfabetismo, aumento da esperança de vida, aumento quantitativo do atendimento de serviços de água e esgotos, assiste-se à estagnação e até piora de outros indicadores, ou mesmo aumento da complexidade de certos problemas.

A problemática da moradia nas regiões mais centrais, particularmente os cortiços, a ocupação de áreas de mananciais, a precarização do emprego, o subemprego e o desemprego, o aumento da violência medido pelas taxas de homicídios, bem como do fortalecimento das formas de organização do crime, revelam que na metrópole, ainda há muito que fazer em termos de construção de uma sociedade mais justa, pacífica e sustentável.

Do ponto de vista do problema dos assentamentos humanos pode ser afirmar, ainda que de forma empírica, que a complexidade aumentou consideravelmente nas últimas décadas. As favelas se verticalizaram mais. Tem ocorrido aumento de densidade urbana nas áreas mais periféricas, bem como maior pressão sobre as áreas de mananciais e proteção ambiental. Encontram-se cortiços dentro das favelas e loteamentos periféricos, e novas favelas surgem nos interstícios dos conjuntos habitacionais populares construídos nos últimos anos nas regiões periféricas. Além disso, a atuação das lideranças sociais e comunitárias, movimentos sociais e organizações não governamentais tem se tornado mais difícil em razão da existência cada vez mais generalizada das organizações ligadas ao tráfico de drogas. No dizer de algumas lideranças, o tráfico “*compete com muita vantagem*” com as frágeis alternativas de organização popular e geração de trabalho e renda promovidos com apoio de programas públicos, movimentos sociais ou ONG’s. Algumas lideranças tiveram que abandonar suas comunidades expulsas pelos mecanismos



Neamp

das “novas organizações” do crime e da violência.

Enquanto isso assistimos as regiões mais consolidadas, com maior potencial e melhor servidas de infra-estrutura no maior aglomerado urbano da América Sul com centenas de milhares de imóveis vagos ou ociosos, perder população permanente nas últimas décadas, enquanto as periferias desprovidas de infra-estrutura, serviços e emprego decente incham e espriam-se indefinidamente, inclusive, sobre as áreas de proteção ambiental.

Do ponto de vista dos movimentos sociais nota-se que a partir do final dos anos 1990 abandonam a estratégia de ocupação de glebas e terrenos em distritos periféricos e iniciam a ocupação em imóveis vazios e/ou abandonados na região central da cidade como forma de pressionar os governos por políticas de habitação e inclusão nestas regiões. De 1997 a 2004 por volta de 44 (quarenta e quatro) ocupações foram realizadas nos distritos centrais da cidade. Destas, em cerca de 18 (dezoito), as famílias foram atendidas de alguma forma, seja por meio de projeto e reforma do próprio prédio, atendimento em outro imóvel de habitação social, por meio de Carta de Crédito ou Bolsa Aluguel (LABHAB FAUUSP; Lincoln Institute of Land Policy, 2006).

Desde então muitos despejos e reintegrações de posse foram realizados. Em compensação alguns poucos projetos habitacionais foram materializados e uma ínfima parcela da população foi atendida.

Constata-se também que, no caso do município de São Paulo, as áreas de atuação mais intensa do mercado imobiliário com produção privada de residências coincide em boa parte, justamente, com as regiões onde está ocorrendo diminuição da população permanente. Os mecanismos de planejamento e gestão da cidade se mostram insuficientes - neste momento, potencializam ainda mais o poder de atuação de proprietários e empreendedores do setor urbano-imobiliário capitalista.

Assiste-se a um fenômeno contínuo em que, de um lado, porções mais qualificadas da metrópole contam com centenas de milhares de imóveis vagos (em alguns distritos centrais como Barra Funda e Belém existiam em 2004, respectivamente, cerca de 558 mil e 391 mil m² de terrenos vazios¹²; além disso, somente nos distritos Sé e República

12 Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento da PMSP – Sempla / TPCL (2004).



Neamp

existem cerca de 45 mil unidades residenciais vazias¹³), com boa parte dos postos de trabalho (somente na Subprefeitura Sé concentram-se cerca de 600 mil empregos que correspondem a quase 25% do total de empregos formais de São Paulo); e com grande concentração de serviços e equipamentos públicos. De outro lado, observa-se o intenso aumento populacional nas periferias do município central e nos municípios periféricos da metrópole, muitas vezes, por famílias de baixa renda.

2. De volta à periferia: investimento público, violência e violações

Boa parte dos dados a seguir tem como fonte o Dossiê Denúncia: Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo elaborado pelo Fórum Centro Vivo¹⁴ de São Paulo (FCV).

O FCV desde a sua fundação tem passado por desafios e lutas importantes no que tange a necessidade de democratização do centro da cidade. Entretanto, durante as reuniões semanais no início de 2005 muitas lideranças de movimentos sociais, moradores e trabalhadores do centro da cidade relatavam inúmeros casos de violências e violações que estavam ocorrendo na região, afetando, principalmente a população de mais baixa renda: os moradores de rua os catadores de materiais recicláveis, os moradores dos cortiços e sem-teto, os trabalhadores ambulantes e as crianças e adolescentes em situação de rua.

Após um sem número de relatos resolveu-se, por unanimidade, organizar, sistematizar e relatar os casos de violências e violações de direitos na perspectiva de produzir um documento que registrasse as ocorrências e pudesse servir de instrumento, tanto para divulgação dos fatos ocorridos, quanto para denúncia e demanda por políticas públicas urbanas e sociais inclusivas.

Foi realizado um trabalho de cerca de 9 (nove) meses de consultas, coleta e sistematização de dados de matérias de jornais, entrevistas, vídeos, documentos oficiais

13 São Paulo, Plano Diretor Estratégico (Cartilha de Formação), Gabinete do Vereador Nabil Bonduki. São Paulo: CEF, 2ª.ed. revisada, 2003.

14 O FCV é uma articulação de entidades e movimentos criada em 2000, com o objetivo de aglutinar um conjunto de atores institucionais como movimentos sociais, organizações não governamentais, grupos de teatro, coletivos de arte e mídia, institutos, bem como pessoas físicas, lideranças, militantes, ativistas, professores, estudantes, pesquisadores na luta pelo direito ao centro da cidade entendido como direito à moradia, ao trabalho, ao lazer, ao uso democrático do espaço público, à acessibilidade ampla, à história e memória enquanto patrimônio vivo, à produção fruição e circulação dos bens culturais, à informação e à participação na gestão da cidade (FCV 2006).



Neamp

que serviram para redigir o documento. O trabalho contou com a participação de inúmeras pessoas de diversas entidades de direitos humanos, institutos de pesquisas, organizações não governamentais, universidades, movimentos sociais. Além das lideranças e ativistas que prestaram depoimentos importantes, diversos profissionais contribuíram com o trabalho tais como advogados, arquitetos, engenheiros, jornalistas, assistentes sociais, educadores, artistas, entre outros.

3. Os Direitos Sociais Econômicos e Culturais no Centro

O Dossiê do FCV¹⁵ foi organizado em 7 (sete) capítulos, abordando em igual número de temáticas envolvidas nas denúncias. Cinco deles tratam dos grupos ou segmentos diretamente atingidos pelas ações levadas a cabo pelos governos locais: sem-teto, população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, crianças e adolescentes em situação de rua, trabalhadores ambulantes. Há ainda 2 (dois) outros capítulos que tratam da criminalização dos movimentos sociais, lideranças e defensores dos direitos, e dos retrocessos na democratização da gestão da cidade. O Dossiê apresenta ao final de cada capítulo um resumo sistematizado de quais direitos foram violados, bem como um conjunto de recomendações e proposta de políticas, programas e projetos públicos (FCV, 2006).

A luta pela democratização do centro da cidade – entendida como o direito de morar, circular, trabalhar e desfrutar da área mais bem servida de infra-estrutura, serviços e empregos da metrópole – vem de longa data. O Movimento pela Reforma Urbana no Brasil luta desde a década de 1980 pelo reconhecimento do acesso de todos e todas às riquezas e potencialidades das cidades, conquistado em 2001, com o reconhecimento do Direito à Cidade Sustentável na legislação brasileira¹⁶. (FCV, 2006).

Do ponto de vista da atuação dos governos locais, diversas propostas e projetos de “revitalização” do centro vêm sendo discutidos, amadurecidos e, parcial ou pontualmente, implementados há vários anos. Recentemente a gestão Marta Suplicy (2001/2004) definiu,

15 Para consulta no sitio: http://www.polis.org.br/tematicas.asp?cd_camada1=13&cd_camada2=156

16 Lei Federal 10.257/01, que regulamentou os capítulos 181 e 182 da Constituição do Brasil, conhecida como Estatuto da Cidade.



Neamp

como uma de suas atuações prioritárias, o Programa de Ação Centro, tendo conseguido aprovar um financiamento de US\$ 100 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Apesar dos valores significativos e de aspectos “positivos” previstos como a instituição de canais de interlocução e participação¹⁷ e a previsão de produção de habitação social no centro¹⁸, o programa, quando anunciado, foi alvo de críticas de entidades e movimentos sociais participantes do FCV, por diversas razões. Por exemplo, a prioridade dada à valorização imobiliária como indicador de sucesso do programa, bem como a baixa proporção de recursos destinados a programas e projetos de inclusão social dos grupos mais vulneráveis, comparativamente aos outros investimentos urbanos previstos.

Recentemente, também foi aprovado um projeto com financiamento da União Européia para programas sociais no centro da cidade. Este programa foi estruturalmente alterado nas últimas negociações, em 2005 e deixará de contribuir no atendimento habitacional da população de baixa renda do centro (FCV, 2006). Seu foco consistirá em ações de atendimento, assistência social e cursos rápidos de treinamento. O mesmo é visto por muitos técnicos e lideranças de movimentos sociais como assistencialista e superficial para lidar com os enormes desafios sociais da região.

A atual gestão Serra-Kassab, desde o início de 2005, demonstra que possui objetivos e forma de atuação distinta da gestão anterior, reduzindo em muito o diálogo com os segmentos populares e organizados (...), sem que com isso estejamos sublinhando que a gestão anterior foi isenta de muitos equívocos. No entanto a gestão atual tem violado algumas conquistas básicas e importantes para o avanço da participação direta e da democratização da cidade. (...) Cortou canais de participação instituídos e vem realizando inúmeras e sistemáticas ações que têm como conseqüência o deslocamento e a expulsão da população mais vulnerável, mais pobre, com indícios de produção do

17 O Programa instituiu a Coordenação Executiva Provisória da Ação Centro e o Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro, ambos no âmbito do Programa de Ação Centro. O FCV, assim como outras entidades, a exemplo da Associação Viva o Centro, tinha assento nesta Coordenação Executiva Provisória, que deveria viabilizar a eleição de um conselho ou de coordenações por meio de processo participativo. A partir da mudança da gestão da prefeitura, em 2005, não mais foram convocadas as reuniões desta Coordenação, nem do Fórum de Desenvolvimento.

18 Por meio do Programa Morar no Centro, coordenado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo



Neamp

*fenômeno da gentrificação*¹⁹, bem como limpeza, de caráter não só físico, mas também social (FCV, 2006).

A título de exemplo, nota-se que a atuação repressiva e violenta da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar ganhou muito mais peso dentro deste contexto, com o acirramento das tensões sociais na região e o aumento da violência institucional. Ações como as observadas no despejo da ocupação Plínio Ramos, na Operação Limpa no bairro da Luz e no Glicério, além dos espaços públicos em geral, como baixos de viadutos (construção de rampas e muros), praças, parques (gradeamento, cercamento e instalação de câmeras) e calçadas, têm afetado diretamente o cotidiano e a sobrevivência dos grupos mais vulneráveis, como catadores e catadoras de materiais recicláveis, a população de rua, crianças e adolescentes em risco, moradores e moradoras de cortiços e habitações precárias, trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, além de profissionais do sexo, *gays*, lésbicas (FCV, 2006).

Outras ações verificadas, como a interrupção de programas sociais habitacionais em curso (por exemplo, o Programa Morar no Centro) e a oferta generalizada de verba de atendimento para que os mais pobres deixem os lugares que ocupam e voltem às suas cidades de origem (ou às periferias da metrópole), contribuem para dificultar ainda mais a democratização e o livre acesso, a circulação, fruição e o uso do centro da cidade por todos e todas, como previsto em lei. Este texto versará de forma mais detalhadas sobre o caso de duas temáticas contidas nas denúncias do Fórum Centro Vivo: dos sem teto / moradia e dos catadores de materiais recicláveis.

3.1 O caso dos Programas de Habitação e os Sem-Teto

3.1.1 Paralisação e mudança radical de programas em curso

A paralisação de programas e projetos públicos em curso constitui uma prática comum no âmbito dos governos brasileiros nas últimas décadas, particularmente no que tange o setor de habitação e desenvolvimento urbano. Reflete, em parte, a fragilidade das políticas de Estado diante das ações e programas de governo. Diversos trabalhos já

19 “Gentrificação” tem origem na palavra inglesa *gentry* (pequena nobreza, elite) e se refere diretamente ao processo de substituição da população mais pobre pela de mais alta renda em determinadas regiões da cidade.



Neamp

abordaram, direta ou indiretamente, a questão da descontinuidade dos programas públicos de habitação e os prejuízos sociais, econômicos e políticos decorrentes (Ronconi, 1995; Maricato, 1997; Comarú, 1998).

O caso da paralisação dos mutirões auto-geridos ou co-geridos produzidos no período de 1989/1992 (Gestão Luiza Erundina) é emblemático por constituir-se numa situação em que um significativo conjunto de obras e projetos habitacionais foram interrompidos, sob suspeita de não prestação de contas e desvio de recursos públicos. Após muitas análises técnicas e contábeis, muito desgaste das associações de moradores, do Fórum dos Mutirões e assessorias técnicas, observa-se que nada foi comprovado que justificasse as ações de paralisação. Conclui-se que, por trás de argumentos supostamente técnicos encontram-se motivações partidárias e ideológicas (Maricato 1997; Comaru 1998, Ronconi 1995).

Nesta direção a atual gestão da prefeitura de São Paulo, a exemplo de muitos governos locais e regionais brasileiros, paralisou diversos programas e projetos habitacionais de interesse público e social voltados principalmente para a população de baixa renda no centro da cidade de São Paulo. Entre os programas paralisados ou fortemente alterados, destacam-se: Programa Ação Centro, Programa Morar no Centro, Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat, Programa Bolsa Aluguel, Programa de Locação Social, Mutirões Autogestionários (FCV, 2006).

A paralisação de programas em andamento tem conseqüências drásticas para milhares de pessoas. Sabe-se que o processo de estudos preliminares de viabilidade, formulação, implementação e gestão de um programa público têm um custo bastante elevado. Dependendo da sua complexidade envolve uma quantidade significativa de pessoas, entre técnicos da administração direta, empresas públicas, empresas contratadas, organismos não governamentais, consultores. Quando o programa ou os projetos possui como diretriz a participação da população na sua formulação ou implementação, os custos, bem como o número de pessoas envolvidas e o desgaste são ainda maiores.

Este é o caso do Programa Perímetros de Reabilitação Integrada do Habitat (PRIH's). Nos bairros da Luz e do Glicério após um intenso processo de mobilização de praticamente todas as entidades locais no planejamento participativo das ações – que



Neamp

levaram a produção de projetos e início de obras, decidiu-se pela paralisação, uma vez que o prefeito mudou. Estas decisões e suas conseqüências precisariam ser computadas e avaliadas quantitativa e qualitativamente, de modo a instruir o debate público e as futuras tomadas de decisão.

O caso das ameaças e da paralisação do Programa Bolsa Aluguel (que posteriormente teve intervenção do Ministério Público de São Paulo) gerou inúmeros problemas para as famílias beneficiárias, para os proprietários dos imóveis e para as imobiliárias. Como sempre os mais prejudicados tendem a ser os que possuem menos capacidade de se defender, no caso a população de baixa renda.

No Programa Locação Social, em alguns conjuntos construídos e entregues à população para moradia como o Conjunto Parque do Gato e o Conjunto Olarias, ocorreu uma série de conflitos e desgastes devido ao não cumprimento das obrigações assumidas pela SEHAB/COHAB²⁰ na gestão anterior, com relação à gestão dos equipamentos, gestão condominial e educação ambiental. Ocorreram inadimplência com relação aos pagamentos das contas de água e esgotos e energia elétrica. Ausência de pára-raios no conjunto, bem como iluminação nas escadas de emergência. Ausência de manutenção dos elevadores, que neste caso é atribuição da prefeitura. Neste processo de abandono criam-se condições para o aumento do descrédito no poder público, nos políticos, nos técnicos e nas lideranças comunitárias, que de alguma forma, também acreditaram, participaram e apoiaram a iniciativa pública.

É muito difícil mensurar os reais prejuízos para as famílias e para as comunidades destes tipos de paralisação. A desorganização e desarticulação conseqüente descredenciam lideranças locais, abrem espaço para o caos, diminuição da coesão social e a desconfiança generalizada. Organizações criminosas ligadas aos entorpecentes encontram mais facilidade de atuação nas comunidades em processo de desarticulação. Famílias que não se adaptam às mudanças, muitas vezes mudam de endereço e perdem uma oportunidade, no mais das vezes, única, de conquista da moradia digna e de perspectiva de estabilidade. Crianças perdem o ano escolar e a fragilidade da situação potencializa até

20 Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo e Companhia Metropolitana de Habitação.



Neamp

distúrbios psicológicos nos chefes de famílias. O que poderia ser um processo de inclusão sócio-econômica e perspectiva de conquista da cidadania impulsionado pelo poder público transforma-se em desgaste humano e sóciopolítico; em prejuízos materiais e em desperdícios financeiros.

O período de transição entre duas gestões diferentes tende a caracterizar-se por um grande conjunto de obras inauguradas e entregues, típico do calendário de trabalho dos governos no nosso país. Também a experiência empírica mostra que quando a administração municipal nova entende que deve paralisar obras, programas e projetos, os problemas socioambientais e econômicos se agravam principalmente para a população de mais baixa renda.

Nestes processos verificam-se evidências muito fortes de que o poder público comete uma série de faltas em termos de discriminação da população de baixa renda *mediante a restrição de acesso e a interrupção de programas e projetos de interesse público na região central da cidade, como o caso de projetos habitacionais de interesse social, desrespeita assim o direito à cidade e à moradia adequada desta população. O atendimento exclusivo desta população em regiões periféricas e desprovidas de infraestrutura e serviços básicos pode caracterizar discriminação por parte da administração pública.* (FCV 2006).

A interrupção do atendimento no caso de alguns programas se deu sem garantia de alternativa habitacional, expondo muitas famílias a situações de risco e despejos forçados, em especial crianças, contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente, e idosos, contrariando o Estatuto do Idoso (FCV 2006).

Foi violado um direito relativamente novo²¹ (e ainda muito pouco reconhecido), mas muito reivindicado pelos movimentos urbanos contemporâneos que é o Direito à Cidade, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as

21 Segundo o Prof Carlos W. P. Gonçalves (2001) a partir de 1789, “com a Revolução Francesa funda-se a idéia de que todos os homens e mulheres são iguais (...) ninguém tem sangue azul (...). Todos podem ter tudo o que todos tem. Ou podem pleitear. Aqui se funda a idéia central para qualquer democracia, que é a de que homens e mulheres têm direitos, podem e devem inventar novas normas e novos direitos”. Assim, pode-se dizer que é da natureza da democracia a revisão, a invenção e a instituição de novos direitos.



Neamp

presentes e futuras gerações. Como pode-se concluir, parte significativa da população paulistana tem sido privada do Direito à Cidade, em especial às expulsas da região onde moram ou as que deixam de ser atendidas por programas públicos que foram interrompidos. *As ações em curso impedem o acesso à região consolidada da cidade, onde, além da proximidade à oferta de trabalho, poderiam realizar plenamente seu direito à cidade pelo acesso à infra-estrutura e aos serviços básicos, bem como aos equipamentos comunitários de lazer e cultura.* (FCV 2006).

De acordo com o Fórum Centro Vivo o governo local violou também outro novo direito que é o Direito à Gestão Democrática da Cidade, *correspondente à participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.* Com a extinção do Conselho Executivo Provisório do Programa Ação Centro, do Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro e do Fórum de Movimentos do Centro, concomitantemente com a interrupção dos programas habitacionais, sem qualquer tipo de consulta ou negociação de alternativas adequadas aos seus beneficiários, e seguindo o mesmo raciocínio anterior vemos violado mais este direito.

Em síntese, uma leitura mais detalhada e rigorosa destes processos mostra que um conjunto importante de direitos individuais e coletivos foi violado tais como: Violação do Direito à Igualdade e Não Discriminação prevista no artigo 5º do caput da Constituição Federal; a Violação do Direito a Gestão Democrática da Cidade previsto no Art. 2. II da Lei Federal 10.257/2001; a Violação do Direito à Cidade Sustentável previsto no Art. 2. I da Lei Federal 10.257/2001 e a Violação do Direito a Moradia Adequada previsto no art 6º da Constituição Federal (FCV 2006).

3.1.2 Reintegrações de posse e despejos

Os anos de 2005 e 2006 foram exemplares em termos de reintegrações de posse e despejos no centro da cidade. Inúmeros imóveis que estavam há muitos anos abandonados e ociosos, como antigos prédios comerciais e residenciais, galpões de fábricas desativadas e que foram ocupados por movimentos sociais de moradia, tiveram suas reintegrações de posse expedidas pelo Poder Judiciário. O Estado brasileiro que deve zelar e garantir os



Neamp

direitos fundamentais individuais e coletivos tais como o direito a propriedade, os direitos sociais, entre os quais o direito a moradia, ao trabalho, acentua, neste caso, sua ação *vis a vis* à garantia apenas ao direito de propriedade, justamente, e inclusive aos maus proprietários – aqueles cuja propriedade não cumpre uma função social²².

Ocorreram desde 2005 as reintegrações de posse das ocupações da Rua Plínio Ramos, Rua Tenente Pena, Rua Paula Souza, Rua do Ouvidor, bem como recorrentes ameaças de despejo na ocupação da Av Prestes Maia e junto aos moradores da Vila Itororó no bairro da Bela Vista e da Vila Monumento no Ipiranga, sem falar de dezenas de cortiços despejados²³.

Chama a atenção a violência com que foram realizadas as reintegrações de posse destes casos. Particularmente o caso da Rua Plínio Ramos é paradigmático do ponto de vista dos limites a que se pode chegar a atuação da polícia militar e a tentativa desesperada de resistência dos moradores do prédio – em boa parte mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos. A violência institucional torna-se visível; a vulnerabilidade dos grupos mais pobres – neste caso organizados - também.

A apuração do Fórum Centro Vivo mostrou que em graus mais ou menos graves foram violados diversos direitos, tais como o Direito a Moradia Adequada (art 6o. da Constituição Federal); o Direito à Cidade (art. 2º, inciso I, da Lei n. 10.257/2001); o Direito à Igualdade e Não Discriminação (artigo 5o do caput da Constituição Federal); o Direito à Liberdade de Ir e Vir (artigo 5º da Constituição Federal); o Direito de Acesso à Justiça (art. 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal) ; o Direito das Crianças e dos Adolescentes a serem tratadas com absoluta prioridade (art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8069/1990); o Direito do Idoso à condições de moradia digna (art. 37 do Estatuto do Idoso – Lei Federal n. 10.741/2003).

22 É o caso, por exemplo, do Edifício da Av. Prestes Maia, ocupado pelo MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro que já teve sua reintegração de posse deferida varias vezes pelo poder judiciário – e só não foi executada a pedido da polícia militar, por falta de condições de segurança – e cujo proprietário possui dívida junto a prefeitura de São Paulo de cerca de 5 milhões de reais – o equivalente ao valor estimado do imóvel.

23 Não existem dados confiáveis sobre o numero de cortiços em São Paulo, muito menos sobre o número de despejos que ocorrem mensalmente na cidade. No entanto o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que presta assessoria jurídica a famílias sob risco de despejos e reintegrações trabalha atualmente com mais de 100 processos de cortiços sob sua defesa.



Neamp

3.2 Os catadores de materiais recicláveis no centro de São Paulo

A cidade de São Paulo produz aproximadamente 15 mil toneladas de resíduos por dia, segundo informações da prefeitura (2005). Desta produção, 18 toneladas vão para a coleta seletiva feita pelo poder público. Menos de 2% de todo o material coletado pelas empresas concessionárias são reciclados (FCV 2006).

Consta que pelo menos desde meados dos anos 1980 há grupos de educadores e militantes que, por meio das pastorais sociais e outras organizações (como a OAF – Organização do Auxílio Fraternal e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) trabalham sistematicamente com a população de rua e com catadores de materiais recicláveis. Vem desta época os primórdios da organização desta categoria de trabalhadores.

A coleta seletiva na cidade recolhe cerca de 70 toneladas/dia de resíduos destinados para catorze centrais de triagem, onde se realizam a separação, o pré-beneficiamento e a comercialização. As outras mais de mil toneladas/dia são predominantemente coletadas por milhares de catadores e catadoras de materiais recicláveis, organizados ou não em cooperativas, associações, grupos que ganham a vida por meio desse trabalho (FCV 2006).

No período de 2001/2004 três importantes cooperativas de reciclagem formadas por catadores na região consolidada da cidade já vinham trabalhando com diversas dificuldades (como financiamento, por exemplo), mas com avanços importantes do ponto de vista de reconhecimento público e capacidade de organização numa perspectiva de constituírem-se numa alternativa ao modelo tradicional baseado na coleta não seletiva, terceirizada e centralizada em grandes contratos com proeminentes e tradicionais empreiteiras. São elas a Coorpel (Luz), a Recifram (Glicério) e a Coopamare (Pinheiros).

Além do avanço importante que significa uma organização descentralizada e associativa de reciclagem de resíduos sólidos as cooperativas de catadores representam também uma perspectiva real de inclusão sócio-econômica por meio da geração de trabalho e renda para milhares de pessoas que historicamente dependem e sobrevivem da atividade da “catação”²⁴.

24 Obviamente que questões como a compatibilização do uso das vias públicas pelos “carrinheiros” além dos automóveis, ônibus, caminhões, e demais veículos é uma questão que merece ser mais estudada e melhor equacionada numa metrópole como São Paulo.



Neamp

Por meio de interesse da prefeitura no período 2001/04 iniciaram-se negociações com as três cooperativas na perspectivas de criação de uma Central de Triagem: a Coopere Centro, localizada na Subprefeitura da Sé. *Mais de quinhentos catadores trabalham hoje com a coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis em núcleos da Central de Materiais Recicláveis da Região Central de São Paulo, a Central Coopere. São mais de 5 mil em atividade só no centro e cerca de 20 mil em toda a cidade, segundo estimativa do Instituto Pólis (FCV 2006).*

Em São Paulo, a gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), foi o primeiro governo municipal que não tratou os catadores como marginais, como havia ocorrido no Governo Jânio Quadros e como ocorreu nos anos seguintes, durante as gestões dos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta (FCV 2006).

A ação mais efetiva do poder público, na perspectiva da inclusão dos catadores, como profissionais da coleta seletiva e da reciclagem, ocorre com a organização e mobilização do Comitê Metropolitano de Catadores, em 2000. Este comitê foi composto inicialmente por representantes de catadores e técnicos da Coorpel e Coopamare e das entidades apoiadoras – Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e Organização de Auxílio Fraternal, do Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste e do Fórum Recicla São Paulo. Estas redes, a custo de muito trabalho, construíram propostas para a implantação de um sistema público de reaproveitamento de resíduos com inclusão dos catadores (FCV 2006).

Criou-se o Programa de Coleta Seletiva Solidária, que previa a implantação de 31 centrais de triagem – locais para separação dos materiais recicláveis coletados pelo sistema público a serem operadas por cooperativas de catadores, formadas por trabalhadores que já atuavam de forma organizada. Foram construídas quinze novas cooperativas que integraram diretamente setecentas pessoas no programa até o final de 2004 (FCV 2006).

Registre-se que existem catadores que atualmente (2007) atingem renda mensal de cerca de R\$ 800,00 por mês por meio da atividade nas cooperativas de reciclagem.

3.2.1 Expulsão, restrição, ameaça de despejo e à autonomia



Neamp

A partir de 2005 os catadores organizados e os não organizados começaram a sentir mais dificuldades de relacionamento e diálogo com o poder público municipal. Sob nova orientação política e administrativa a prefeitura realiza diversas ações no sentido de desestruturar o trabalho realizado pelas cooperativas e catadores.

A prefeitura lançou propostas de que as cooperativas localizadas nas regiões mais centrais fossem deslocadas para a Vila Maria – zona bem mais periférica. Diversas iniciativas das subprefeituras procuraram desalojar a Coopamare da sua sede atual (sob o viaduto Sumaré em Pinheiros).

Arbitrariamente, foram apreendidos carrinhos utilizados pelos catadores na região central. Tendo em vista a mobilização da categoria, das entidades e de alguns veículos de comunicação, posteriormente houve afirmações do secretário municipal de Serviços, no sentido de que as carrocinhas poderiam continuar no centro²⁵. Esta e outras afirmações marcaram um recuo do governo municipal – visto também que em setembro de 2005, ao anunciar uma ampla pesquisa sobre o perfil dos carroceiros em São Paulo, o secretário municipal do Trabalho, ainda trabalhava com a diretriz de barrar as carrocinhas no centro, inviabilizando a atuação das cooperativas independentes e dos carroceiros avulsos (FCV 2006).

Em setembro de 2005 o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis entrou com Representação junto ao Ministério Público do Trabalho contra a prefeitura alegando que suas ações estariam violando os direitos fundamentais dos catadores, impedindo-os de trabalhar e estimulando a retirada de carroças com a transferência dos núcleos existentes para o Bairro da Vila Maria (FCV 2006).

Após a realização de audiências públicas propostas e mediadas pelo Ministério Público e pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal (das quais a prefeitura faltou reiteradas vezes) representantes do governo municipal concordaram em dialogar e discutir a possibilidade de participação dos catadores no processo de coleta e reciclagem na região central da cidade – algo que por ora tem feito mais parte do discurso, que da prática.

25 Notícia do Tribunal de Contas do Município, setembro de 2005. Ver: www.tcm.sp.gov.br/noticias/col_lixo.htm.



Neamp

Direitos violados

Constata-se no caso dos catadores de materiais recicláveis que diversos direitos legalmente constituídos foram parcial, ou totalmente violados, como o direito ao trabalho, o direito à Cidade sustentável, o Direito à Igualdade e Não Discriminação e o Direito de Liberdade de Ir e Vir (FCV 2006).

Registra-se que o trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis têm sido reconhecido por inúmeros advogados, ambientalistas, pedagogos, engenheiros, arquitetos e pesquisadores como portador de capacidade de contribuir para a problemática ambiental e promover a inclusão e geração de renda.

A percepção geral dos movimentos sociais e entidades populares é que por trás das violações destes direitos, escamoteiam-se visões conservadoras de políticas públicas; formas autoritárias de implementação de projetos e ações públicas; baixo grau de tolerância com os grupos vulneráveis e de baixa renda; baixa capacidade de resolução de conflitos por meio do diálogo e mediação; bem como descaso ou desconhecimento dos direitos individuais e coletivos instituídos na República Federativa do país.

4. Á guisa de conclusão: é possível sustentabilidade sem direitos e cidadania?

A análise dos dados mostra que o fenômeno do esvaziamento constante dos distritos centrais nas últimas décadas, de um lado, e o aumento populacional nos distritos e municípios periféricos da metrópole, de outro, não se constitui problema menor, ao contrário, demarca claramente uma perspectiva de insustentabilidade, por meio de maior comprometimento do sistema de transportes, maior tempo despendido no percurso para o trabalho, maior segregação sócio-espacial e impacto ambiental.

Não consiste objeto deste artigo analisar o comportamento dos proprietários de imóveis na região central. De qualquer forma, empiricamente, o que se nota é um conjunto heterogêneo de situações que resultam em ociosidade, subutilização, abandono e não cumprimento da função social da propriedade urbana, como estabelecido pelo Estatuto da Cidade. Por outro lado, o processo de renovação urbana e de novos investimentos tem se acelerado em inúmeros bairros consolidados. Salta aos olhos os novos lançamentos e



Neamp

empreendimentos imobiliários voltados para classe média alta em distritos como Pinheiros, Cambuci, Aclimação, entre outros – que tendem a elevar os preços gerais nas circunvizinhanças.

Harvey (2005) em seus estudos sobre a geografia da acumulação capitalista frisa que *“o desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir estes investimentos para abrir espaço novo para a acumulação”*.

Assim, se os mecanismos próprios do mercado imobiliário não tendem naturalmente à inclusão sócio-espacial, nem a uma ocupação racional do ponto de vista econômico e ambiental – a experiência empírica tem mostrado que, muito pelo contrário, deve-se fazer valer um papel protagonista e presente do Estado, principalmente numa sociedade tão caracterizada pela desigualdade.

Os movimentos sociais urbanos, por outro lado, em muitas situações possuem a clara percepção de que a conquista da cidadania passa pela conquista da moradia. Aliás, o significado de cidadania numa perspectiva mais progressista pressupõe além de pertencimento à condição de nacionalidade e direitos civis e políticos, o reconhecimento dos direitos sociais, econômicos e culturais. Uma formulação interessante consiste em que a cidadania é também um conceito coletivo e dinâmico: *“na medida em que conquisto graus mais elevados de cidadania aumenta meu compromisso com a difusão deste valor republicano ou deste atributo da sociedade democrática”*. Observa-se que algumas formas de atuação, organização social e popular transpiram este espírito por meio de suas práticas.

As ações registradas pelo Dossiê do Fórum Centro Vivo, por sua vez, revelam no seu conjunto ameaças e paralisação de programas e projetos, despejos e reintegrações de posse, violência institucional da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana contra a população de rua, os catadores de materiais recicláveis, os trabalhadores ambulantes, crianças e adolescentes – ações que possuem alvos e objetivos claros.

O fechamento e gradeamento de praças e áreas públicas como baixos de viadutos; a instalação de câmaras de vídeo para controle do espaço público; a abertura dos tradicionais calçadões para uso de automóveis no centro histórico (contrariando



Neamp

recomendações da Organização Mundial da Saúde); o fechamento de canais de participação instituídos como conselhos e comitês, a tentativa de remoção das cooperativas de catadores para regiões mais periféricas mostram claramente o propósito de retirar a população mais pobre da região central, impelindo-a para zonas mais periféricas da metrópole e até mesmo para outras regiões do país.

A necessidade de investimentos públicos e privados (que atendam o interesse público e o desenvolvimento econômico e social) visando uma melhor abordagem do fenômeno do esvaziamento populacional de regiões bem dotadas de infra-estrutura, paralelamente ao inchamento das periferias metropolitanas, bem como o desenvolvimento de mecanismos mais eficazes; estratégias de planos e gestão para reversão destes processos, pode ser amparado por argumentos de diferentes ordens: respeito aos direitos e diretrizes instituídos na legislação federal, promoção da saúde e prevenção de doenças, preservação e sustentabilidade ambiental, racionalidade econômica, interesse público e social.

No que tange a produção de conhecimentos, resta examinar e compreender de forma mais aprofundada os fenômenos urbanos econômicos, políticos, sociais e culturais aqui descritos e sumariamente analisados. Não apenas para o caso da metrópole paulistana, mas também de outras regiões urbanizadas do país, bem como megacidades do sul, como esforço intelectual e orgânico de construir cidades e sociedades mais sustentáveis e contendo o máximo possível o potencial processo de instalação da barbárie urbana e do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

5. Referências Bibliográficas

ALTVATER, E. **O preço da riqueza. Pilhagem ambiental e nova (dês) ordem mundial.** Editora da UNESP, 1995.

ALVES, H.P.F. Vulnerabilidade sócio-ambiental na metrópole paulistana: uma análise das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. In: XI Encontro da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em, Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). **Anais.** Salvador, 2005.

ARANTES, O.; VAINER, C. MARICATO, E. **A cidade do pensamento único.**



Neamp

Desmanchando consensos. Petrópoles, RJ: Vozes, 2000.

BIDOU-ZACHARIANSEN, Catherine (coord.) **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.

BÓGUS, L.; TASCHNER, S.P. **Cadernos Metrôpole. Desigualdade e Governança: Como anda São Paulo.** No. Especial. São Paulo: EDUC, 2006.

Brasil, Estatuto da cidade (2001). **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que estabelece as diretrizes gerais da política urbana.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, (Realização: Instituto Polis). 2001. 273p.

Brasil, Ministério das Cidades. **Política nacional de desenvolvimento urbano.** Cadernos do Ministério das Cidades. Brasília, 2004.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

Carta de Otawa. Declaração adotada na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986). In: Ministério da Saúde. **Revista Promoção da Saúde. Experiências Saudáveis.** Ano 1. no. 1. ago/out, 1999.

Comarú, F.A. **Intervenção habitacional em cortiços na cidade de São Paulo: o mutirão Celso Garcia.** Dissertação de Mestrado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1998.

Comarú, F.A. **Políticas de habitação e desenvolvimento urbano em municípios saudáveis: o caso de Bertioga.** Tese de Doutorado. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2004.

Davis, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo, 2006.

Earle, L. **Literature review on citizenship** (mimeo). London, 2007

Frúgoli Jr, H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole.** São Paulo: EDUSP, 2006.

FVC. Fórum Centro Vivo. **Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas.** Dossiê Denúncia. São Paulo, 2006.
[http://www.polis.org.br/tematicas.asp?cd_camada1=13&cd_camada2=156]

Gonçalves. C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de



Neamp

racionalidade. In: Sorrentino, M. (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ: Fapesp, 2001.

Guimarães Neto, E. **Os atos fundadores**. Entrevista à Folha de São Paulo, Caderno Mais. 18/02/2007. São Paulo, 2007.

Harvey, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: annablume, 2005

LABHAB FAUUSP; Lincoln Institute of Land Policy. Observatório do uso do solo e da gestão fundiária do centro de São Paulo: análise dos instrumentos urbanísticos e tributários. **Relatório Final**. São Paulo, 2006.

Maricato, E. **Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana**. São Paulo: Vozes, 2001.

Maricato, E. **Enfrentando desafios. A política desenvolvida pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo 1989/1992**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1997.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. **Municípios e comunidades saudáveis. Guia dos prefeitos para promover qualidade de vida**. Versão em português. Washington, 2002.

Ronconi, R.L.N. **Habitações construídas com gerenciamento pelo usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão**. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 1995.

Santos, A. L.; Comarú, F.A. Piccini, A. Vitale, L. et. Al (orgs.). Requalificação de Cortiço. O projeto da Rua do Ouvidor, 63. **Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço**. São Paulo: FAUUSP: Annablume, 2002.

Schiffer, S. A Dinâmica urbana e socioeconômica da Região metropolitana de São Paulo: 1975-1975. In: Schiffer, S. (org et. al.) **Globalização e estrutura urbana**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

Sorrentino, M, (coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001, 229p.

Taschner, S.P. Um olhar sobre o urbano: políticas públicas em São Paulo. In: Sorrentino, M. (org.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade** – São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

Teixeira, A.C.; Comarú, F. A; Cymbalista, R.; Sutti, W. Conflitos em torno do direito a



Neamp

moradia na região central de São Paulo. In: **MAPAS, Monitoramento Ativo da participação da sociedade. Relatório de Projeto.** Rio de Janeiro: Ibase: Action Aid: Ford Foudation, 2005.

Torres, H. e Marques, E. (2001). “Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, no 4. Torres, H., Marques, E., Ferreira, M.P. e Bitar, S. (2003). “Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, IEA - USP v.17 no 47.

Whately, M.; Cunha, P.M. **Guarapiranga 2005: como e por que São Paulo está perdendo este manacial: resultados do diagnóstico sociambiental participativo da bacia do Guarapiranga.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.

Wesphal, M.F. Municípios Saudáveis: aspectos conceituais. In: **Saúde e Sociedade.** Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e Associação Paulista de Saúde Pública. v.6, n.2 (jan/jul, 1997), São Paulo, 1997.

WHO - World Health Organization. **Social Determinants of Health. The solid facts.** European Regional Office, 1998.

Sítios consultados

<http://www.ibase.br/mapas/> (20/12/2006)

www.seade.gov.br (23/05/2006)



Neamp

Desafios para a análise do jornalismo internacional

Fhoutine Marie Reis Souto *

Resumo: O presente artigo tem por objetivo debater os desafios para a pesquisa do jornalismo internacional no Brasil. A análise deste tipo de cobertura deve levar em conta as especificidades do jornalismo internacional brasileiro, como o uso cada vez maior da Internet, entrevistas feitas à distância e a relação dos profissionais que trabalham nessas editorias com as agências de notícias. Por outro lado, o trabalho do correspondente também encontra algumas dificuldades, como a dependência de fontes oficiais e o controle de informações por parte de governos nos casos de conflitos bélicos, como os atentados de 11 de Setembro de 2001 e a invasão do Iraque, em 2003.

Palavras-chave: jornalismo internacional, conflitos bélicos, controle de informação.

Abstract: The present article has for objective to debate the challenges for the research of the international journalism in Brazil. The analysis of this type of covering must take in account the characteristics of the Brazilian international journalism, as the growing use of Internet, long distance made interviews and the relation of the professionals with the agencies of notice. On the other hand, the work of the correspondent also finds some difficulties, as the dependence of official sources and the control of information on the part of governments in the cases of warlike conflicts, as the attempted of 11 of September of the 2001 and invasion of Iraq, in 2003.

Key-words: international journalism, warlike conflicts, informational control.

Introdução

Desde a década de 1990 os movimentos sociais globalizados começam a ganhar destaque nos meios de comunicação, através das coberturas de manifestações como as de Seattle, Gênova, Florença e Porto Alegre. Nas duas últimas décadas o papel da mídia na formação da opinião pública internacional tem se revelado cada vez mais importante.

* Jornalista, mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte Mídia e Política (NEAMP). E-mail: fhoutinemarie@uol.com.br



Neamp

Conforme define Margarethe Steinberger (2003: 24), a nova ordem internacional é uma ordem internacional midiática. A indústria cultural e os meios de comunicação de massa que têm papel fundamental na batalha por “corações e mentes”, pois a sociedade civil global vem se configurando cada vez mais como um ator político influente do qual as lideranças políticas não podem prescindir do apoio social necessário à consolidação de seus projetos.

O cientista político norte-americano Joseph Nye (2002) chamou este processo de “revolução da informação”, movimento que se baseia nos rápidos avanços tecnológicos da informática, comunicação e softwares que reduziram drasticamente o custo no processamento e na difusão da informação. Esta mudança está modificando a natureza dos governos e da soberania, aumentando o papel dos agentes não-estatais. Isso significa que a política externa está deixando de ser campo exclusivo dos governos, pois a velocidade do tempo da Internet significa menos controle dos governos sobre suas agendas. Ainda que muitos governos controlem o acesso dos cidadãos à rede mundial de computadores, os usuários mais habilidosos conseguem driblar essas restrições. Contudo, a revolução da informação traz em si um paradoxo a respeito do fluxo crescente de informação, o “paradoxo da abundância”.

A abundância de informação leva à escassez de atenção. Quando confrontados com um volume excessivo de informação, é difícil saber no que devemos nos concentrar. A atenção, não a informação, passa a ser o recurso escasso, e quem adquire poder são os mais capazes de distinguir os sinais valiosos em meio à celeuma. Aumenta a procura por editores, por aqueles que filtram e pelos que selecionam as informações, e esta é uma fonte de poder para os que têm condições de nos dizer em que prestar atenção. O poder não converge necessariamente para aqueles que podem produzir ou reter informação. (...) no fluxo de informação o poder é de quem tem capacidade de editar e validar com autoridade a informação, selecionando tanto o que é correto quanto o que é importante. (NYE, 2002: 121)

A cobertura jornalística realizada em países como o Brasil se vê então diante das



Neamp

possibilidades trazidas pela revolução da informação e por este paradoxo que lhe é inerente. A pesquisa em Comunicação e áreas afins sobre este tipo de cobertura que traduz o mundo para o público brasileiro é importante para compreender a formação da opinião pública sobre eventos cuja repercussão e impactos há muito deixaram de estar circunscritos ao espaço territorial do Estado-nação. A análise do jornalismo internacional deve, então, levar em conta as peculiaridades deste campo e as condições de produção na notícia desta editoria em nossas redações.

Para analisar o produto do jornalismo é preciso, em primeiro lugar, ter a noção de campo social que esta área representa, com suas relações de força, lutas internas e estratégias. O campo jornalístico deve ser visto, como sugere Bourdieu (1997), como um microcosmo que possui leis próprias e deve ser compreendido a partir de suas especificidades e não a partir de fatores externos. Se o discurso deve ser lido em sua superficialidade, como afirma Foucault (2005)²⁶, a análise das singularidades que marcam o campo jornalístico, em especial o jornalismo internacional produzido no Brasil, ajuda a entender as condições de produção de tal discurso.

A cobertura internacional nos jornais brasileiros

“Da redação”

Um problema que atinge a imprensa latino-americana em geral é o fato dos jornalistas da área internacional na maioria das vezes não terem acesso direto aos fatos que relatam. Com o número de correspondentes pequeno e a maior parte do trabalho

26 Em um trabalho anterior (SOUTO, 2009) apresentei uma proposta de análise do discurso jornalístico a partir de Michel Foucault. Essa concepção diz que o discurso deve ser analisado pelo que se manifesta em sua superfície por meio de procedimentos de exclusão, interdição e rarefação. Não caberia ao pesquisador descobrir um sentido oculto no discurso, mas o que nele está expresso: quem são os sujeitos que falam, quais são os assuntos que ganham visibilidade na mídia, o tipo de saber que é reforçado. Contudo, acredito que a noção de como os discursos são produzidos é importante para este tipo de análise, uma vez que os sujeitos falantes no jornalismo internacional estão sujeitos aos limites do cotidiano das redações, como a dependência das agências de notícias, dependência de fontes oficiais de informações e outros fatores.



Neamp

sendo feito da redação, as “fontes” acabam sendo as agências internacionais de notícias, especialmente na mídia impressa (STEINBERGER, 2003). Deste modo, o trabalho nas editorias que cobrem assuntos internacionais consiste basicamente na reciclagem da informação para convertê-la aos padrões de cada veículo.

No cotidiano de nossas redações, a ‘checagem’ das informações nas fontes primárias é praticamente nula, e sua reciclagem por outro lado, é intensa; em geral, a Internet, as rádios e a televisão tomam a dianteira, ficando os jornais com mais tempo para ‘cozinhar’ os fatos, isto é, contextualizá-los e interpretá-los (STEINBERGER, 2003:30).

Além do processo de contextualizar e reinterpretar os fatos, as grandes empresas jornalísticas costumam dar preferência a articulistas e comentaristas estrangeiros que assinam textos em grandes jornais e revistas como *The New York Times*, *Newsweek*, etc. Steinberger acrescenta que os editoriais dos jornais brasileiros acrescentam muito pouco e que faltam fontes alternativas de informação. Outra característica deste tipo de cobertura é a dependência das fontes oficiais, como assessorias de imprensa de governos e agentes envolvidos nas notícias.

Ao ler os jornais, é fácil identificar o reflexo desses discursos institucionais na cobertura do noticiário internacional. No tratamento dos fatos as matérias refletem claramente essas fontes discursivas institucionalizadas. Há os interesses da política externa dos países envolvidos no fato, que se expressam através dos discursos da diplomacia; há os interesses econômicos, que se expressam através das autoridades governamentais da área; há opiniões supostamente independentes dos “observadores” internacionais; e, na eventualidade de guerra, há avaliações da ordem estratégico-militar (STEINBERGER, 2003: 27).

A participação de correspondentes e enviados especiais existe, mas é restrita aos grandes veículos e a algumas ocasiões (Olimpíadas, Copa do Mundo, eleições). Há três décadas *O Estado de S. Paulo* mantinha uma equipe de dez correspondentes internacionais permanentes; a *Folha*, sete. Os problemas financeiros das empresas jornalísticas surgidos nos anos 80 (que se arrastam até os dias atuais) tiveram como consequência imediata a redução desses efetivos. Uma parcela maior das tarefas necessárias à produção e ao



Neamp

fechamento das editorias de política internacional passou a ser feita por jornalistas que atuam dentro das redações.

As mudanças econômicas e as inovações tecnológicas das últimas décadas promoveram transformações significativas no cotidiano das redações e perfil do profissional jornalista. A alta rotatividade de profissionais nas redações e o advento da Internet, somados ao endividamento progressivo dos jornais desde a década de 1970 deram origem a outro tipo de profissional e a outro tipo de cobertura. Ao mesmo tempo em que houve a diminuição de salários e a saída dos profissionais mais velhos e melhor remunerados, aumentou a exigência pela qualificação dos jornalistas que ingressam nas redações. Segundo Natali (2003), esse processo fez com que as empresas passassem a exigir mais dos redatores das editorias internacionais, levando a uma demanda crescente por melhor qualificação dos profissionais que atuam nesta editoria. A Internet teve papel fundamental neste novo jornalismo internacional, fazendo com que “o redator abandonasse seu papel passivo diante dos telegramas das agências”, dando a ele “um poder de intervenção inimaginável na elaboração mais pessoal de um texto noticioso” (NATALI, 2003: 57). Se as agências internacionais pensam em um cliente abstrato ao redigirem seus despachos, a competência jornalística consistiria em “colocar uma linda cereja no bolo” antes de servi-lo ao leitor.

Até o início dos anos 90, a receita pra incrementar esse bolo tinha limitações de ingredientes. Eram anuários ou almanaques com dados políticos, econômicos e históricos de cada país, era a leitura de grandes reportagens ou artigos de fundo em publicações estrangeiras que tinham um custo elevado de assinatura e chegavam com grande atraso às redações daqui, eram arquivos de recortes ou bibliotecas. A Internet traz tudo isso. E traz bem mais (NATALI, 2003: 57).

Natali afirma que o uso da Internet não substitui a existência de uma boa rede de correspondentes, o problema pode ser compensado por profissionais familiarizados com os múltiplos recursos disponíveis na rede mundial de computadores. Ele acrescenta que



Neamp

essa “reviravolta qualitativa” beneficiou também outras editorias do jornal, embora as editorias de política internacional tenham diante de si um potencial infinitamente maior. Nesta mesma linha, Buarque (2008) afirma que diante da falta de acesso direto aos acontecimentos cotidianos, o bom jornalismo internacional brasileiro deve se concentrar no diferencial, a análise fundamentada, apresentar aos leitores a opinião dos temas em discussão. Sem sair da redação, a forma de se ter acesso a essas pessoas é por Internet ou telefone.

No mundo ideal, nos manuais de jornalismo usados nas faculdades de comunicação e redações, o repórter deve ter tempo para apurar uma reportagem, pesquisar o assunto, sair à rua e entrevistar as pessoas envolvidas no tema (...). No mundo real, (...) são poucos os repórteres que saem de suas mesas de trabalho. Há, é verdade, repórteres especiais de jornais e revistas dedicados a uma apuração mais profunda (...) Mas a maioria dos jornalistas de redação quase nunca sai à rua e acaba apurando tudo do escritório, com acesso a telefone e computador (BUARQUE, 2008:13).

O autor considera que a apuração feita à distância pode até ser algo que prejudique a reportagem factual, que precisa de observação, porém não é algo que impossibilite o jornalismo de análise, no qual o foco está apenas nos entrevistados e no que eles têm a dizer. Ele acrescenta que a prática do jornalismo lida com uma série de desafios e dificuldades que normalmente são ignorados pela teoria dessa forma de comunicação social e pela crítica acadêmica. No dia-a-dia, sob pressão de prazos, acúmulo de tarefas, cobranças variadas, impossibilidade de locomoção e mesmo falta de recursos muitas vezes é impossível fazer o ideal. Os profissionais da comunicação realizam seu trabalho da forma possível.

b) O front externo

O jornalista que tem acesso direto aos fatos que relata também encontra limitações como o controle de informações promovido por governos. Há algumas décadas o controle



Neamp

da cobertura de conflitos internacionais passou a fazer parte das estratégias dos países envolvidos nas disputas. Paula Fontenelle (2004) explica que a guerra do Vietnã foi uma linha divisória na história da participação da mídia em guerras, moldando em diversos países os investimentos em relações públicas e propaganda. A divulgação de número de mortos e descrições a respeito dos resultados das operações do exército gerou grande impacto na opinião pública. O governo norte-americano responsabilizou a imprensa e desde então o controle da mídia em situações semelhantes passou a ter destaque nos Estados Unidos e em outros países. A expressão “Síndrome de Vietnã” se tornou uma referência ao “medo que um governante tem de não convencer a população devido a uma cobertura contrária da mídia” (FONTENELLE, 2004: 26).

Uma nova fase do controle da cobertura jornalística em conflitos foi inaugurada na Guerra do Golfo, em 1991. Neste período o controle dos jornalistas foi tão intenso que a operação de mídia ficou conhecida como “Operação Mordaça no Deserto” (uma referência ao plano militar “Tempestade no Deserto”). A campanha de mídia empreendida pelo governo estadunidense visou minimizar as iniciativas de cobertura independentes e toda a informação repassada aos correspondentes vinha dos militares.

A estimativa é que cerca de dois mil correspondentes foram enviados ao Golfo, dos quais mil e duzentos eram americanos. A maioria foi retirada do Iraque antes do início da guerra. O Pentágono estabeleceu que dois grupos de dezoito repórteres fariam a cobertura, mas as organizações de mídia pressionaram o governo, que acabou acrescentando onze grupos de sete jornalistas para acompanhar os acontecimentos. De início, apenas as duas maiores equipes tinha acesso aos campos de batalha (FONTENELLE, 2004: 28).

Durante a guerra contra o Iraque os governos americano e britânico conduziram uma campanha de comunicação que envolvia repórteres enlistados²⁷ – que acompanhavam as tropas nos campos de batalha, correspondentes no Centro de Mídia do

27 Em inglês, a palavra usada para designar esse tipo de repórter é *embedded*, que numa tradução próxima significaria “acamado”. A idéia era de correspondentes que dormissem e acordassem com os soldados. Havia 700 jornalistas enlistados nas tropas dos exércitos britânico e norte-americano.



Neamp

Comando Central, em Doha, Qatar, e bases nacionais para coordenação da campanha. Em algumas situações os militares forneciam informações inexatas aos repórteres deliberadamente para “levantar a moral dos soldados; abalar a confiança do governo iraquiano ou simplesmente criar uma situação que fortaleceria sua campanha de guerra” (FONTENELLE, 2004: 54). Havia também normas estabelecidas pelo Departamento de Defesa Americano e Ministério de Defesa Britânico sobre o tipo de informação que não poderia ser revelada na cobertura, como número de tropas, navios e aviões; nome e localização de instalações militares ou imagens que as identificassem; informações sobre táticas e operações futuras; imagens de prisioneiros de guerra que possibilitassem identificação.

Para José Arbex Júnior (2001), a cobertura do conflito foi marcada pela “espetacularização” da notícia ou o “showrnalismo”, ou seja, o uso das mesmas táticas dos shows midiáticos na formatação das notícias. A possibilidade de crítica ou apontamento de possíveis falhas no combate dos soldados estadunidenses foi totalmente eliminada pelo governo daquele país pela criação de *pool* de controle da mídia e dos repórteres presentes no Iraque. O *pool* consistia na censura de imagens e reportagens com soldados ou em locais considerados zona de guerra. Os jornalistas podiam entrevistar apenas oficiais instruídos e visitar instalações previamente escolhidas pelo Pentágono.

A cobertura do 11 de Setembro também passou pela estratégia de informação do governo dos Estados Unidos, demonstrando a relação entre o governo norte-americano e as empresas de mídia. Arbex ressalta que a mídia daquele país, que costuma se apresentar como defensora dos valores democráticos da civilização ocidental pouco comentou a destruição militar das instalações da rede árabe de televisão *Al-Jazeera* em Cabul tão logo as tropas americanas entraram no Afeganistão.

Logo após o atentado, a grande mídia inteira, da CNN às redes brasileiras, começou a fazer uma campanha pela guerra. A primeira vinheta da CNN dizia “America Under Attack” (América sob ataque), dando a impressão de que se tratava de uma guerra convencional (...) No dia 12 de setembro os jornais exibiam fotografia de página inteira de soldados americanos



Neamp

empunhando a bandeira dos Estados Unidos (como fizeram no Brasil praticamente todos os veículos da “grande imprensa”) (ARBEX, 2001: 8).

Arbex afirma que a atuação da mídia foi fundamental para a criação de um “clima patriótico” que posteriormente foi aproveitado pela extrema-direita daquele país para aprovar a concessão de “poderes ilimitados” ao presidente a fim de combater o terrorismo. Esta visão é partilhada por Dorneles (2002), que considera a cobertura do pós-11 de Setembro o episódio “mais censurado, autocensurado e distorcido” de que se tem notícia na história da imprensa em frentes de guerra.

Logo depois da divulgação do primeiro vídeo com pronunciamentos de Bin Laden, a assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, conversou com diretores das redes de tevê e dos principais jornais e revistas. Todos se comprometeram a não divulgar na íntegra os vídeos seguintes. Conforme matéria publicada pelo jornal francês *Libération*, a CNN ‘prometeu até aconselhar-se com as autoridades no futuro’ (DORNELES, 2002: 20).

Com base em um estudo das matérias publicadas em quatro grandes jornais (*O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil*) e três revistas nacionais (*Veja, Época e IstoÉ*) durante o período de um ano após os atentados de 11 de Setembro, o jornalista afirma que pouca coisa foi publicada na imprensa brasileira sobre o controle de informações veiculadas pela mídia que estava sendo feito pelo Pentágono. O fato foi condenado pela organização Repórteres Sem Fronteiras, que classificou os Estados Unidos como um dos países que prejudicam a liberdade de imprensa, declarando que desde o 11 de setembro se constatava esta ameaça devido à “censura oficial de imagens e opiniões e à autocensura motivada pelo patriotismo” (DORNELES, 2003: 26).

A estratégia do governo norte-americano para conquistar o apoio mundial incluía três escritórios batizados de Centros de Influência Estratégica que funcionavam em Washington, Londres e Islamabad. Eles tinham a incumbência de disseminar dados de interesse dos Estados Unidos e de reagir imediatamente às declarações de Bin Laden. Dorneles relata ainda que o cinco meses após os atentados o presidente Bush anunciou a criação do Escritório de Comunicações Globais, que de acordo com o então porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, buscaria “explicar o que é a América e os motivos pelos quais



Neamp

ela faz o que faz”. Um dos resultados disso é que os jornais e revistas publicaram matérias muito parecidas, baseadas em agências e notícias e utilizando informações do Pentágono e de fontes oficiais.

Conclusão: o jornalismo e a construção de universais

Mayra Rodrigues Gomes afirma que assistimos na imprensa a uma perpétua “procissão de verdades, sempre em dissonância”. Contudo, por muitas que sejam as verdades o que importa é ver que cada uma delas funciona em seu tempo e lugar para a construção do verdadeiro, dando a impressão de que existe uma verdade em sua plenitude. Os discursos se constroem como fundamento e justificativa para as regras, enquanto as expressam também as legitimam.

O que a mídia faz ao reunir o seu coro de verdades que no fim vão soar em uníssono – a verdade da norma jurídica, da religião, do saber técnico-científico – como uma apresentação do mundo nos moldes em que este deve ser vivido, o que passa necessariamente por uma educação dos sentidos, valores e da razão (GOMES, 2003:44).

Tendo como ponto de partida a idéia de que nomear é isolar campos e não um instrumento de “representar o mundo como ele é”, o conjunto de nomeações tem então como efeito o desenho de um mundo a ser visto. Nesta configuração de mundo chama atenção a constância com que algumas palavras aparecem nos noticiários. A reincidência não ocorre como efeito simples de uma realidade vivida, mas como repetição incessante do que é necessário reter e fixar.

No caso do jornalismo internacional é importante estar atento, não apenas à constância com que algumas palavras aparecem no noticiário, mas como a seleção de pauta desta editoria mantém em evidência alguns assuntos entre uma infinidade de outros possíveis. Ainda que falte ao jornalista acesso direto a muitos dos fatos que relata, sobram informações de diversos países, inclusive sobre América Latina, oriundas das agências internacionais de notícias. Porém uma rápida olhada nas páginas dedicadas aos assuntos



Neamp

de política internacional já mostra que o mundo a ser visto concentra-se nos países mais ricos do globo, uma opção que é feita talvez inconscientemente pelos editores e redatores diante o enorme fluxo de informações em que são imersos diariamente.

De acordo com Deleuze e Guattari (1997), a filosofia da comunicação se esgota na procura de uma opinião universal liberal como consenso. A comunicação não cria conceitos; ela é feita de opinião. Toda opinião é política no sentido que exprime funções gerais em estados particulares. A opinião é em sua essência vontade de maioria e, portanto, só pode falar em nome de uma maioria: será verdadeira a opinião que coincida com a do grupo ao qual se pertencerá ao enunciá-la (DELEUZE & GUATTARI, 1997: 190).

Para eles, não falta comunicação em nossa sociedade, nem falta uma outra comunicação. A comunicação está sempre em excesso. O que nos é falta é resistência ao presente para não nos agarramos a idéias prontas. E é precisamente por meio das idéias prontas que operam os meios de comunicação. Os jornais procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar. A linguagem não é informativa ou comunicativa, mas a transmissão de palavras de ordem. A linguagem não é feita para transmitir informações ou mesmo para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer.

Isso pode ser percebido nos informes da polícia ou do governo, que pouco se preocupam com a verossimilhança ou com a veracidade, mas definem muito bem o que deve ser observado e guardado. (...) A linguagem não exige mais do que isso. (...) A informação é apenas o mínimo estritamente necessário para a emissão, transmissão e observação das ordens consideradas como comandos (DELEUZE & GUATTARI, 2007: 12).

Esses aspectos não se situam na lingüística. Eles remetem diretamente à política, à necessidade de verificar como a política trabalha a língua por dentro, fazendo variar não apenas o léxico, mas a estrutura e todos os elementos de frases. É importante frisar que



Neamp

esta proposição metodológica nada tem a ver com ideologia, pois para estes autores não existe nem nunca existiu ideologia. A literatura, considerada um agenciamento, está em conexão apenas com outros agenciamentos e escrever nada tem ver com significar, e é antes disso, cartografar regiões. O que a imprensa faz são recortes do mundo a ser visto, sem, contudo, que esses recortes caracterizem a dominação de uma classe sobre a outra ou um projeto de manipulação que precisa ser “descoberto” nas entrelinhas do texto jornalístico.

Endossando esta percepção acerca da comunicação e da linguagem, proponho que a análise do jornalismo internacional seja feita considerando as regras imanentes do deste campo, as limitações que fazem parte do cotidiano desta editoria e que aos poucos produzem um desenho de mundo a ser visto. Nesta proposta de trabalho o que mais interessa é o como da notícia e não a busca de sentidos ocultos no texto jornalístico, algo que estaria por trás da notícia. Mais importante é verificar como os jornais são produzidos, como trabalha o jornalista na redação ou no exterior, como se dá a seleção de pauta independente dos limites do cotidiano das redações.

Bibliografia

ARBEX JR. José. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BUARQUE, Daniel. *Por um fio – O mundo explicado por telefone*. Rio de Janeiro: Multifoco Editora, 2008.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia Vol. 2*. São Paulo: Editora 34, 2007.



Neamp

_____. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1997.

DORNELES, Carlos. *Deus é Inocente: a imprensa, não.* São Paulo: Editora Globo, 2002.

FONTENELLE, Paula. *Iraque – A guerra pelas mentes.* São Paulo: Sapienza, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural pronunciada no Collège de France em 2 de dezembro de 1970.* São Paulo: Loyola, 2005.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar.* São Paulo: Hacker : Edusp, 2003.

NATALI, José Batista. *Jornalismo Internacional.* São Paulo: Contexto, 2003.

NYE, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano.* São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SOUTO, Fhoutine. *Depois da queda das torres: os atentados de 11 de setembro nos jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S. Paulo.* Dissertação de mestrado. PUC/SP, 2009.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia – jornalismo e imaginário internacional na América Latina.* São Paulo: Editora Cortez-Fapesp, 2005.



Neamp

A Violência Doméstica nas Relações Lésbicas: Realidades e Mitos

Daniella Tebar Avena *

Resumo: A violência revela-se de diferentes formas, em diferentes circunstâncias e com diversos tipos de atos violentos dirigidos a crianças, mulheres, idosos e outros indefesos. Violência doméstica, violência de gênero e violência contra mulheres são termos utilizados para designar este grave problema que degrada a integridade da mulher. Pode manifestar-se através de violência física, violência psicológica, violência sexual, violência econômica e violência no trabalho. O presente artigo tem como objetivo analisar os conceitos acerca da violência doméstica, problematizando-os para a realidade lésbica, com o intuito de averiguar a conceituação do tema, bem como sua realidade nacional e mitos relacionados a temática, a proteção jurídica destas homossexuais e as alternativas para repensar este problema social.

Abstract: Violence reveals itself in different ways, in different circumstances and with several ways of violent acts directed to children, women, elderly and other undefended people. Domestic violence, gender violence and violence against women are terms used to denominate this serious problem which degrades the integrity of woman. It can manifest through physical violence, psychological violence, sexual violence, economical violence and violence at work. The present article has as an objective to analyze the concepts of the domestic violence, proposing it to the lesbians reality, with the intention of investigating the theme conception, as well as its national reality and myths related to the thematic, the juridical protection of these homosexuals and the alternatives to rethink this social problem.

Introdução

Estabeleceu-se o dia 25 de novembro como dia de luta contra a violência contra a mulher. Neste dia, estatísticas da violência masculina contra as mulheres são apresentadas e campanhas são realizadas apontando o problema e sugerindo sugestões. No entanto, um tipo de violência contra as mulheres – considerado até mais nefasto que a violência masculina - geralmente é deixado de lado nestas abordagens. Trata-se da violência que as

* Graduada e especialista em Turismo pela UFPR, Mestre em Hospitalidade pela UAM e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-sp. E-mail: daniellatebar@hotmail.com



Neamp

mulheres cometem contra as próprias mulheres, seja a violência mais generalizada - da tristemente célebre inimizade feminina - seja a violência doméstica entre mulheres.

Este assunto é um tanto indigesto para muitas mulheres, pois esta violência pode deixar marcas ainda mais profundas que a violência masculina, na medida que suas vítimas não têm a quem recorrer nos suportes do apoio externo – familiares, ou instituições. Os homens violentos contam com o movimento feminista em seus calcanhares e, apesar de forma ainda precária, as mulheres heterossexuais dispõem das delegacias das mulheres e da proteção da hetero-normalidade para se amparar. Já no caso das lésbicas, a situação se complica ainda mais.

Algumas destas mulheres já viveram o paradoxo de ter, como molestadoras, lésbicas que se dizem feministas (sic) e que contam com a indulgência do movimento de mesmo nome para cometer seus abusos. Outras que procuraram apoio em delegacias da mulher tiveram que encarar uma segunda violência, além da já sofrida: a violência do preconceito contra a homossexualidade.

Este artigo busca analisar a situação da violência doméstica entre lésbicas brasileiras, com o intuito de averiguar a conceituação do tema, bem como sua realidade nacional, a proteção jurídica destas homossexuais e as alternativas para repensar este problema acerca da violência doméstica.

1. A violência doméstica: conceitos e realidades

Define-se como violência doméstica qualquer agressão física, sexual ou psicológica entre casais, que através desta violência um dos indivíduos tenta estabelecer o controle e poder sobre seu parceiro (Farley, 1992).

Geralmente, a violência doméstica não se caracteriza apenas num ato isolado, mas em uma série de eventos ocorridos, que se repetem de forma cíclica. Ela também está ligada a uma história de violência prévia, ou seja, tanto agressores como vítimas podem ter sido agredidos ou terem visto familiares sendo agredidos. Outros fatores podem ser citados aqui: abuso de álcool e drogas, doenças mentais, baixa auto-estima, diferenças de poder e status entre o casal, entre outros.



Neamp

Violência doméstica é a violência, explícita ou velada, praticada dentro de casa, usualmente entre parentes. Inclui diversas práticas, como a violência e o abuso sexual contra as crianças, violência contra a mulher, maus-tratos contra idosos, e a violência sexual contra o parceiro.

Pode ser dividida em violência física — quando envolve agressão directa, contra pessoas queridas do agredido ou destruição de objectos e pertences do mesmo; violência psicológica — quando envolve agressão verbal, ameaças, gestos e posturas agressivas; e violência sócio-económica, quando envolve o controle da vida social da vítima ou de seus recursos económicos. Também alguns consideram violência doméstica o abandono e a negligência quanto a crianças, parceiros ou idosos.

Estatisticamente a violência contra a mulher é muito maior do que a contra o homem. Em geral os homens que batem nas mulheres o fazem entre quatro paredes, para que não sejam vistos por parentes, amigos, familiares e colegas do trabalho. A maioria dos casos de violência doméstica são classes financeiras mais baixas, a classe média e a alta também tem casos, mas as mulheres denunciam menos por vergonha e medo de se exporem e a sua família.

A violência praticada contra o homem, embora incomum, existe. Pode ter como agente tanto a própria mulher quanto parentes ou amigos, convencidos a espancar ou humilhar o companheiro. Também existem casos em que o homem é pego de surpresa, por exemplo, enquanto dorme.

É mais frequente o uso do termo "violência doméstica" para indicar a violência contra parceiros, especialmente contra a mulher. A expressão substitui outras como "violência contra a mulher". Também existem as expressões "violência no relacionamento", "violência conjugal" e "violência intra-familiar".

A violência doméstica conjugal é causada especificamente pela escolha de um parceiro em agir de forma agressiva com relação ao outro. Uma série de factores pode levar a essa decisão, mas apenas no caso de compulsão incontrolável é que esses factores podem eliminar a possibilidade de mudança de comportamento do agressor.

Os motivos da violência doméstica não são necessariamente machucar o parceiro. Ao invés disso, geralmente se relacionam a manter um poder e controle sobre a vítima.



Neamp

Existe sim violência doméstica (ou seja, dentro da própria casa) entre lésbicas. Muitas desconhecem que em uma relação dessa natureza possa existir esse lado negro da subjugação, da anulação do próprio ser humano, da intimidação, da dor e do silêncio. O raciocínio simples é de que quem ama, seja um casal heterossexual ou homossexual, não se agride. Não deveria haver espaço para agressões no amor.

A situação mais comumente encontrada é aquela em que o relacionamento começa de forma amorosa e carinhosa, mas em um dado momento a tensão aumenta entre os parceiros até a agressão física. Neste momento o agressor se mostra arrependido e se inicia uma fase de “lua-de-mel” entre o casal. A vítima acredita que a violência que sofreu foi um incidente e nunca mais ocorrerá, porém é só aparecer um novo momento de tensão que a violência novamente explode. A partir deste momento, a violência se torna mais constante e gradualmente mais grave (Walker).

O agredido se sente isolado, vulnerável e preso àquela situação, tendendo a trivializar a situação e justifica o comportamento do agressor. Já o agressor, muitas vezes, nega seu ato de violência e sua responsabilidade, culpando a vítima por esta situação acontecer (Walsh, 1996).

É impossível discutir a violência doméstica sem discutir os papéis de gênero, e se eles têm ou não têm impacto nessa violência. Algumas vezes a discussão de gênero pode encobrir qualquer outro tópico, em razão do grau de emoção que lhe é inerente.

Quando as mulheres passaram a reclamar por seus direitos, maior atenção passou a ser dada com relação à violência doméstica, e hoje o movimento feminista tem como uma de suas principais metas a luta para eliminar esse tipo de violência. O primeiro abrigo para mulheres violentadas foi fundado por Erin Pizzey, nas proximidades de Londres, Inglaterra. Isso aconteceu na década de 1960. Pizzey fez certas críticas a linhas do movimento feminista, afirmando que a violência doméstica nada tinha a ver com o patriarcado, sendo praticada contra vítimas vulneráveis independentemente do sexo.

A violência doméstica no Brasil, principalmente entre lésbicas, é pouquíssimo documentada e não existem pesquisas e estatísticas oficiais sobre a temática. Vale ressaltar a dificuldade de realizar um levantamento destes dados, primeiramente porque não existem dados confiáveis sobre o número da população homossexual e também a crença



Neamp

de que este tipo de violência só aconteça entre casais heterossexuais, onde o homem é sempre o agressor.

Outro ponto é que a violência doméstica entre casais gays só começou a ser estudada na década de 90 nos Estados Unidos e Europa (no caso dos heterossexuais ela é pesquisada desde 1970) e ainda muita resistência em se falar deste assunto. Atualmente, a questão tende a sair da esfera do desconhecido, ao se desfazer dois mitos: o estereótipo de socialização da mulher (naturalmente, elas são não-violentas) e a visão idílica das relações lesbianas (seriam relações entre iguais, fora de toda forma de poder). O mito existe e seu objetivo é silenciar aquilo que a violência nas relações lesbianas desmascara. Acreditava-se que as lésbicas estavam imunes. Afinal, não estão.

De forma geral, pode-se dizer que o preconceito sexual que os homossexuais sofrem afeta diretamente a violência doméstica que cometem ou sofrem. Vários exemplos podem ser citados, como o parceiro que sofre a violência e tem dificuldade de encontrar apoio externo (família, instituições e organizações) e também pode-se citar a falta de preparo do apoio externo para com estas situações.

As lésbicas também são vítimas de ataques de ciúmes doentios, de problemas psicológicos graves, de demonstrações de poder dolorosas e de manipulações psicológicas. A violência de um ponto de vista feminista é definida como a tradução do controle e do poder exercido sobre alguém.

Esta definição, como todas as que se referem às correntes feministas – está ligada à dominação masculina. Quando se tomam consciência da forma como é definida a violência nas relações lesbianas, encontram-se pontos comuns entre elas, mas também algumas diferenças: “Uma lésbica sofre violência quando começa a temer sua companheira, quando modifica seu comportamento por causa de abusos sofridos ou do medo de abusos futuros, quando desenvolve uma consciência particular ou adota tipos de comportamento destinados a evitar a violência e isto contra seus próprios desejos e preferências”. O poder e o controle podem se estabelecer sem agressão física, por meio de agressões psicológicas ou verbais. (Centre de Santé des Femmes de Montréal, 1995 : P.9)

De forma geral, a violência doméstica entre casais homossexuais é um tema cercado de mitos. Dois principais deles é que a violência é sempre cometido por um homem contra



Neamp

uma mulher e o outro é relacionado a duração dos relacionamentos homossexuais.

Primeiramente, aceitar que o homem pode ser vítima de agressão contraria todos nossos estereótipos sobre a masculinidade. E assim sendo é muito comum aceitar que o homem seja violento e sempre esteja apto para se defender. Já no caso das lésbicas, entender a agressão fica ainda mais difícil, pois as mulheres são consideradas submissas e não-violentas e também esbarra no discurso de igualdade de poderes dos movimentos feministas.

Assim, vale lembrar que a violência é uma disputa por poder e não um problema de gênero. Mesmo quando duas pessoas são do mesmo gênero, diferenças de poder existem e podem ser usadas como mecanismos para controlar o parceiro.

Estes mitos, somados à definição da violência doméstica como um problema heterossexual e às campanhas de educação voltadas somente para heterossexuais, fazem com que homossexuais que se encontram em situação de violência doméstica tenham dificuldades em definir seus problemas de relacionamento. Além disso, a falta de modelos saudáveis de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo permite aos agressores convencer as vítimas de que este é um comportamento normal. A vítima é levada a crer que este problema é um reflexo de sua falta de experiência ou entendimento de relações homossexuais (Lehman, 1997).

O outro ponto se refere a facilidade que os homossexuais têm para um termino de relacionamento. Pode-se dizer, de forma geral, que indivíduos não familiarizados com a dinâmica inerente ao fenômeno da violência doméstica com frequência acham inconcebível continuar um relacionamento assim que a primeira agressão começa. Porém, pode parecer simples, mas abandonar um parceiro agressor requer auto-estima, coragem, auto-confiança e apoio externo, elementos que provavelmente foram, pouco a pouco, minados pelo agressor. Além disso, abandonar o agressor também impõe pensamentos como deixar pra trás casa, objetos pessoais, emprego e cidade. Assim, sair de uma relação em que existe a violência doméstica significa, na maioria dos casos, revelar sua orientação sexual para uma série de indivíduos, atitude muito difícil de ser tomada por alguns homossexuais por não contar com a ajuda de familiares, local de trabalho e organizações.

Alguns acreditam também que por não haver uma situação legal de união, casais



Neamp

homossexuais tenham mais facilidade para abandonar o parceiro. Porém vale lembrar que casais homossexuais se envolvem tão intensamente nas relações como os heterossexuais, muitos se envolvem financeiramente com seus parceiros, compram ou adquirem imóveis e bens em conjunto tornando esta situação complicada juridicamente.

1.1 O papel do ciúme na violência doméstica entre lésbicas

O ciúme pode externar-se por muitas formas de emoções como a ira, humilhação, ansiedade, tristeza, ódio, decepção e vergonha. Com elementos assim tão vagos e pessoais, o ciúme é um sentimento complexo, que desafia uma investigação científica.

O relacionamento sexual leva a um instinto de posse-posse do corpo, das atitudes e do pensamento do(a) parceiro(a). Quando existe a posse de algo se tenta esconder, não expor, não ser visto ou tocado por outros, principalmente se este outro for do mesmo sexo.

O ciúme nem sempre vem de fora para dentro, pode fazer o caminho inverso e vir de nossas inseguranças, fantasias e medos. Ele ameaça e pode até levar ao rompimento de relações afetivas. No relacionamento amoroso sempre se pensa no ser amado, no que já foi vivido, na troca de carinho e de prazer, sempre construindo e reconstruindo a relação no pensamento, garantindo assim que se continue investindo no futuro dessa relação, muitas vezes “idealizando”. É que as relações podem dar errado, pois sobre elas são colocadas uma grande gama de expectativas em relação ao outro, pois o que foi “idealizado” não corresponde à realidade.

Uma relação amorosa não se sustenta só com sonhos, ela é baseada, principalmente, com a realidade, com a troca, com o relacionamento em si. A relação idealizada deve estar de acordo com a realidade e, para que isso aconteça, os indivíduos passam a buscar sinais do amor, provas, atos e gestos amorosos. Quando as pessoas não encontram a maneira imaginada, cria-se o ambiente favorável para a instalação do ciúme, que traz junto a possível introdução de um “terceiro” na relação.

Com o surgimento de um terceiro na relação, ou a simples possibilidade, conduz a alguns tipos de reação e de tentativa de resolução. Um desses tipos é o “*tipo heróico*” aquele que aceita e admite o interesse e até mesmo o amor do seu par por outra pessoa,



Neamp

tendo como fala: “Pode ir, se é isso que você quer” ou mesmo “Tudo bem, contanto que você seja feliz”.

Mesmo estando com raiva, magoado ou mesmo com ódio, tenta superar, se submetendo a tentar ser do “jeito” que a pessoa amada deseja, ou no mínimo do jeito que ele acha que o “amado” gostaria, passando a imitar e ter como modelo o “terceiro”. Neste caso, quando a relação termina, a pessoa sente-se obrigada a desistir da “amada”, e muitas vezes o faz sentindo muita raiva, mágoa e até ódio. Sua reação é de destruir o passado, as lembranças, as memórias, os presentes, tendo em seguida a apatia e até mesmo a depressão.

Outro tipo é o “*passional*” sua característica é baseada na exclusividade do prazer. Por exemplo: “Só ela me dá prazer”, “Sem ela não vivo”, não é apenas uma busca, é muito mais do que isso, chega a ser uma necessidade, passando do desejo, do prazer, para a dependência e necessidade. Este tipo acontece na esfera do pensamento, então muitas vezes a introdução do “terceiro” é fantasiosa, só acontece na fantasia, sem correspondência na realidade. O ciúme neste tipo é muito forte e persecutório, podendo tornar a vida da “amada” um verdadeiro inferno.

Existe ainda a “*paixão unilateral*” que se estabelece na eminência de uma separação e o que o ciúme se instala imediatamente, pois a pessoa vive o tempo todo achando que vai ser abandonada, rejeitada, trocada, descartada. A “amada” passa a ser a única fonte de prazer. “Prefiro morrer a perder a pessoa amada”. A pessoa passa a se menosprezar, se desqualificar, passando a achar qualquer pessoa melhor e mais interessante do que ela. Acha que só ela ama e que só ela sofre.

Já em relação à “dosagem” do ciúme, pode-se citar em três graduações de ciúmes (HORPACZKY, 2005). O ciúme normal, aquele em que a pessoa fica triste, tem sentimento de perda ou mesmo pensa ter perdido o “amado”, causando dor e sofrimento. A pessoa sofre uma ofensa ao seu narcisismo e sua auto-estima fica comprometida. Pode também se sentir responsável pelo rompimento e fica ainda mais deprimida. Essas situações podem ser reais e atuais, mas não são sempre racionais, porque muitas vezes podem ter suas raízes em fases mais infantis.

No ciúme projetado a sua característica é a própria infidelidade praticada por um



Neamp

dos parceiros ou no desejo de ser infiel. Não se pode descartar que a fidelidade sempre estará sujeita à tentações, pressões e cobranças. As pessoas que tendem a projetar o ciúme sempre estão negando seus desejos, suas dificuldades ou até mesmo suas infidelidades. Quanto mais sentem essa pressão, mais elas suspeitam da fidelidade do “amado” e assim aliviam sua própria consciência.

A terceira gradação é o ciúme delirante, classificado nas formas da paranóia. É a gradação mais forte, chega a ser patológico. Nesse tipo, o ciumento transforma a relação dual em triangular e o “amado” passa a ser objeto de ressentimento, de frustrações atuais ou do passado, o “amado” passa a ser a parte ruim da pessoa. Nesse nível, o ciumento se sente enganado, abandonado, e começa a criar uma realidade cheia de histórias e mentiras, passa a acreditar nessa realidade e começa a reagir. As formas de contra-ataque podem ser das mais brandas até as mais violentas. O ciumento vai envolvendo o “amado” nas suas histórias, confundindo-o, criando pseudo provas com interpretações delirantes. “Estou sendo traído”.

Um manual sobre o tema violência doméstica lançado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) faz lembrar que entre casais de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais também podem ocorrer ameaças, humilhações, tapas e até mortes — nada diferente do que ocorre entre alguns casais heterossexuais.

Números não oficiais divulgados pelo GGB estimam que mais de uma centena de gays, lésbicas e travestis (GLTs) são assassinados por ano, no Brasil. Segundo Luiz Mott, professor da Universidade Federal da Bahia e fiador desses números, entre cinco e dez desses casos seriam de amantes que mataram parceiros.

2. A lei Maria da Penha

Está afirmado em lei federal que as uniões homoafetivas constituem entidade familiar. A Lei 11.340/96, chamada Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher, modo expresso, enlaça as relações homossexuais. Isto está dito no seu artigo 2º: “Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia,



Neamp

orientação sexual [...] goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana”. O parágrafo único do artigo 5º afirma que independem de orientação sexual todas as situações que configuram violência doméstica e familiar.

No momento em que é afirmado que está sob o abrigo da lei a mulher, sem se distinguir sua orientação sexual, alcançam-se tanto lésbicas como travestis, transexuais e transgêneros que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio. Em todos esses relacionamentos, as situações de violência contra o gênero feminino justificam especial proteção.

No entanto, a lei não se limita a coibir e a prevenir a violência doméstica contra a mulher independentemente de sua identidade sexual. Seu alcance tem extensão muito maior. Como a proteção é assegurada a fatos que ocorrem no ambiente doméstico, isso quer dizer que as uniões de pessoas do mesmo sexo são entidade familiar. Violência doméstica, como diz o próprio nome, é violência que acontece no seio de uma família.

Diante da expressão legal, é imperioso reconhecer que as uniões homoafetivas constituem uma unidade doméstica, não importando o sexo dos parceiros. Quer as uniões formadas por um homem e uma mulher, quer as formadas por duas mulheres, quer as formadas por um homem e uma pessoa com distinta identidade de gênero, todas configuram entidade familiar. Ainda que a lei tenha por finalidade proteger a mulher, fato é que ampliou o conceito de família, independentemente do sexo dos parceiros. Se também família é a união entre duas mulheres, igualmente é família a união entre dois homens. Basta invocar o princípio da igualdade.

A partir da nova definição de entidade familiar, não mais cabe questionar a natureza dos vínculos formados por pessoas do mesmo sexo. Ninguém pode continuar sustentando que, em face da omissão legislativa, não é possível emprestar-lhes efeitos jurídicos.

O avanço é muito significativo, pondo um ponto final à discussão que entretém a doutrina e divide os tribunais. Sequer de sociedade de fato cabe continuar falando, subterfúgio que tem conotação nitidamente preconceituosa, pois nega o componente de natureza sexual e afetiva dos vínculos homossexuais. Com isso, tais uniões eram relegadas ao âmbito do Direito das Obrigações, sendo vistas como um negócio com fins lucrativos. No final da sociedade, procedia-se à divisão de lucros mediante a prova da participação de



Neamp

cada parceiro na formação do patrimônio amealhado durante o período de convívio. Como sócios não constituem uma família, as uniões homoafetivas acabavam excluídas do âmbito do Direito de Família e do Direito das Sucessões. Esta era a tendência majoritária da jurisprudência, pois acanhado é o número de decisões que reconheciam tais uniões como estáveis.

A eficácia da nova lei é imediata, passando as uniões homossexuais a merecer a especial proteção do Estado (CF, art. 226). Em face da normatização levada a efeito, restam completamente sem razão de ser todos os projetos de lei que estão em tramitação e que visam a regulamentar, a união civil, a parceria civil registrada, entre outros. Esses projetos perderam o objeto uma vez que já há lei conceituando como entidade familiar ditas relações, não importando a orientação sexual de seus partícipes.

No momento em que as uniões de pessoas do mesmo sexo estão sob a tutela da lei que visa a combater a violência doméstica, isso significa, inquestionavelmente, que são reconhecidas como uma família, estando sob a égide do Direito de Família. Não mais podem ser reconhecidas como sociedades de fato, sob pena de se estar negando vigência à lei federal. Conseqüentemente, as demandas não devem continuar tramitando nas varas cíveis, impondo-se sua distribuição às varas de família.

Diante da definição de entidade familiar, não mais se justifica que o amor entre iguais seja banido do âmbito da proteção jurídica, visto que suas desavenças são reconhecidas como violência doméstica.

Considerações Finais

Levando em consideração o preconceito sexual existente em nossa sociedade, muitos não acreditam em relações homossexuais duradouras e estáveis, e admitir que alguns destes casais possam estar envolvidos em situações de violência doméstica torna-se inconcebível. Pode-se somar a isso, um pacto de silêncio da comunidade homossexual em relação à este tema, pelas questões já apontadas aqui como a discriminação e o medo dos homossexuais reforçarem – assumindo a violência doméstica – o estereótipo de que a



Neamp

homossexualidade é uma doença ou perversão.

Diante desta situação, muitos fatores fazem com que a violência doméstica entre homossexuais não seja reconhecida. E assim como os heterossexuais, tendem a negar a existência da agressão e raramente procuram ajuda, por medo da revelação de sua sexualidade e situação. Desta forma, evitam procurar ajuda policial, psicológica, legal ou médica por medo por medo do preconceito e discriminação.

Conclui-se que apesar deste problema ter caráter muito sério, o preconceito faz com que as vítimas homossexuais não tenham acesso aos programas de apoio que necessitam para saírem destes relacionamentos. Sem campanhas de informação adequadas e imagens positivas de relacionamentos homossexuais, aliados ao silêncio da comunidade em discutir a temática, muitas vítimas acabam por não reconhecer seus relacionamentos como agressivos e não buscam ajuda devida.

Desta forma, neste momento é importante o reconhecimento da visibilidade homossexual brasileira, tão falada na atualidade decorrente da Parada Gay de São Paulo, e que se lute também para reconhecer as relações onde existe a violência doméstica, desenvolvendo pesquisas e serviços para esta população atualmente desamparada de serviços de apoio.

Referências Bibliográficas

Brasil. Constituição Federal (1988). Lei 11.340/96.

Centre de Santé des Femmes de Montréal (1995). *Démystifions la violence entre lesbiennes*.

FARLEY, N. *Same Sex Domestic Violence* (1992). In S. H. Dworkin & F. J. Gutierrez (eds.). *Counseling Gay Men and Lesbians: journey to the end of the rainbow*.

HORPACZKY, Kátia Cristina. *Quem ama tem ciúmes?* Artigo publicado no site WWW.espacogls.com.br, (consultado em 25/07/2005).

LEHMAN, M. *At the end of the rainbow: a report on a gay male domestic violence and abuse* (1997). No prelo.



Neamp

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo* (2003).

Rio de Janeiro: Ed. Caravansarai.

WALKER, Lenore. *The Battered Woman* (1979). New York: Harper Colophon Books.

WALSH, F. *Partner abuse* (1996). Buckingham, Open university Press.



Neamp

Discursos de violência e não-violência na mídia policial televisiva

João Medeiros Barata*

Resumo: Com base em programas policiais da televisão, principalmente o *Brasil Urgente*, o autor busca compreender como são promovidas práticas de violência e de não-violência em tais programas, de maneira a difundir uma prática moral específica, por meio do discurso.

Palavras-chave: violência, *Brasil Urgente*, televisão, indivíduo perigoso.

Abstract: Based on television shows that cover police actions, with more emphasis on the *Brasil Urgente* show, the author intends to comprehend how are promoted some violence practices at the same time that non-violence practices are spread, in order to promote a specific moral practice, through the discourse of the program.

Key Words: violence, *Brasil Urgente*, television, dangerous individual.

A cobertura televisiva das ações policiais e das diversas manifestações de violência propaga certa forma de discurso que merece ser analisado cuidadosamente. Tratam-se de perspectivas relacionadas à violência, justiça, valores morais e práticas que são transmitidas por meio de seu discurso. Desta maneira, esta área, a mídia policial televisiva, expõe tensões que se referem, do ponto de vista de seu discurso, ao que é aceitável e razoável e do que não é aceitável, sendo prontamente execrável, condenável. Entre os programas desta natureza, optei por trabalhar com o *Brasil Urgente*, por este programa estar no ar desde 2003, por ser transmitido a todo o Brasil, e, por seu apresentador ser um conhecido âncora de tal tipo de programa desde 1996. Com base em dezessete programas do *Brasil Urgente* que foram coletados entre 15/8/2008 e 10/9/2008, buscarei compreender a promoção de certos discursos de violência e de não violência perpetrados por seu apresentador, enquanto promoção de uma prática discursiva marcadamente moralista.

De maneira a entender a propagação de discursos de violência e não-violência no

* Mestrando em Ciências Sociais pela PUCSP. E-mail: joaombarata@gmail.com



Neamp

programa citado, é importante retornar à construção foucaultiana do que é o *anormal* e o discurso de *normalização* que o segue. No curso ministrado no início de 1975, no Collège de France, Michel Foucault buscou vislumbrar a constituição do *anormal* e da anormalidade com base em relatórios psiquiátricos obtidos até meados da década de 1950. A partir de tais análises, Foucault observa que são raros os discursos que reúnem três propriedades, sendo estas: o poder de determinar a justiça, um poder de vida e morte; em seguida, a propriedade de possuir, da instituição judiciária, um discurso de verdade, produzido com estatutos científicos *eruditos* e pessoas qualificadas tecnicamente; finalmente, a produção de um cálculo de pena, sendo este vinculado ao cálculo produzido pelas provas reunidas e seu peso para a consumação da culpa ou acusação.

Para Foucault, a geração de discursos possuidores de tais propriedades possui algumas conseqüências. Em primeiro lugar, a idéia de que há uma proporcionalidade entre o crime e o rigor da pena a ser aplicada, demonstrando assim, uma modulação no rigor ou atenuação do mesmo de acordo com a produção de provas de acusação e dos valores demonstrativos destas mesmas provas. Neste momento, faz-se cada vez mais necessário a intervenção dos depoimentos dos próprios policiais, bem como de peritos e especialistas, estabelecendo assim, uma relação íntima entre *verdade* e *justiça*: esta relação acaba por se tornar um pressuposto radical da racionalidade jurídica, trazendo esta ao campo do discurso cientificamente construído e legitimado.

No que se refere a tal movimento, Foucault observa que ocorre a desqualificação do produtor da prova, por estas não mais se constituírem a partir de quem as produziu, mas, pelo contrário, as provas são parte dos mecanismos de poder, não podendo ser produto de um mero acidente, mas de sua própria engrenagem. Isto significa que, de tal perspectiva, há a incontornabilidade da verdade produzida pelas próprias provas, ou, a inevitabilidade do choque frontal com o poder dotado de provas: isto, então, promove a propagação, a geração de efeitos de poder específicos.

Um aspecto relevante que deve ser levado em consideração é o desdobramento do procedimento do exame psiquiátrico, bem como sua utilização por parte da justiça e também, ainda que de outra maneira, por programas como o *Brasil Urgente*.

Com relação ao exame psiquiátrico, Foucault salienta que este produz a



Neamp

conjugação de qualquer delito com outros comportamentos e atitudes, que, de um ponto de vista moral, já são *degeneradas*, tornando-se assim, matéria punível. Isto tem a função de repetir a infração, de maneira a constituir um traço individual com base em qualificações morais e éticas, fazendo com que seja facultada, ao exame psiquiátrico, a capacidade de constituir um duplo psicológico-ético de um delito: assim, pune-se não somente o crime, mas a conduta desviante em qualquer medida. Disto decorre a formação de um homem que não é capaz de se integrar ao resto do mundo, expondo a criminalidade sob um ponto de vista psicológico-moral.

Isto significa que agora se pode legitimar, com o aval do conhecimento científico, a extensão do poder de punir. Outra função deste exame, como já mencionado previamente, é a conjugação do crime com o delinqüente, fazendo com que o último possa ser responsabilizado, pelo estabelecimento de antecedentes que corroboram a penalidade, indicando assim *tendências* de criminalidade baseadas na idéia de faltas que não constituem propriamente uma infração, fazendo com que o indivíduo se pareça com o seu crime. Tal semelhança forma, em um indivíduo, um defeito moral que reconstrói o crime, inserindo-o em uma trama, a qual é correlativa a própria infração com base em antecedentes desviantes. É a este indivíduo que se dirigem as técnicas de correção e reinserção.

Para Foucault, este é um objetivo das técnicas de correção e reinserções próprias das prisões, mas vale ressaltar que este é um momento onde está evidente o movimento da constituição do *médico-juíz*, por envolver o saber psiquiátrico, médico, e jurídico-legal. É de tal perspectiva que são fundamentadas as bases da formação da psiquiatria, sendo a sanção penal relacionada à técnica de poder, constituindo a emergência das técnicas de normalização: um julgamento *ético-médico-moral*, cuja performance reside no exame feito por um especialista.

Para que pudesse chegar ao problema do *anormal*, Foucault inicia sua análise pelo já mencionado exame médico-legal, uma vez que não se constitui crime nem delito se o indivíduo estiver em um estado considerado de *demência*. Desta maneira, o exame serve para determinar *demência* ou *sanidade*: se o patológico entra em cena, a criminalidade sai. Isto concede, à instituição médica, o lugar da justiça em caso de loucura cientificamente



Neamp

comprovada. Tal movimento constitui um *continuum médico-judiciário* que substitui a exclusão recíproca entre o discurso médico e o judiciário por o que Foucault nomeou como *dupla qualificação médica-judiciária*. Tal qualificação implica que instituições tidas como punitivas, ou mesmo terapêuticas almejem, em última instância, combater o *perigo* e o *indivíduo perigoso*. Este referido indivíduo, o *perigoso*, não é exatamente doente, nem propriamente criminoso. A existência do perigo, aliado à *perversão*, constituem não somente o núcleo teórico fundamental do exame médico-legal, mas justificam e fundam a própria cadeia de instituições voltadas a combatê-los, por constituírem o problema central dos *perigos sociais*. A idéia de perversidade, como mostrada em diversos exemplos por Foucault, foi progressivamente introduzida no exame médico-legal com caráter marcadamente moral, por meio de análises de especialistas médicos que observaram comportamentos essencialmente infantis com traços patológicos que permitiu a existência de uma ponte entre tal discurso e as práticas de punição, permitindo a interpenetração de práticas e discursos médicos e jurídicos.

Sendo assim, as noções de perigo e perversão permeiam este *continuum* institucional. Perigo por, genericamente, justificar a existência de tal cadeia de instituições, e aos indivíduos perigosos se dirigir; e perversão, por permitir a já mencionada interpenetração discursiva e de práticas, dos campos médico e jurídico. Foucault observa que as noções de perversidade e perigo são continuamente reativadas através de diferentes instituições, que patologizam o crime, que promovem o intercâmbio de papéis entre o juiz e o médico e a ativação da caracterização do indivíduo perigoso: esta é a base da *modernização* da justiça francesa, em que juízes reivindicavam a medicalização das funções e capacitação jurídico-médica para a tomada de decisões de justiça. Um dos desdobramentos mais marcantes de tal modernização foi o exame de todos aqueles que cometessem alguma infração por um perito médico, que assinala bem a fusão dos saberes médico e jurídico com vistas à extensão do poder de punir.

No que se refere à construção dos *anormais*, Foucault ressalta que é a estes que se destina o exame médico-legal. Por ser capaz de, por meio de gradações estabelecidas, discernir o *normal* do *anormal*, o exame possui, não somente um poder de normalização, mas a capacidade de intervenção naqueles que desviam de seus padrões, por meio de



Neamp

instituições de controle dos *anormais*.

Baseado nisto, Foucault procede à genealogia de tais instâncias de controle, salientando que o modelo anterior, de práticas de exclusão, desapareceu em fins do século XVIII. A partir daí, nota-se um movimento de caráter inclusivo, com policiamento minucioso, como se a cidade agora estivesse em estado de *peste*: isto significa uma nova organização do poder, contínuo e ininterrupto, onde não mais se busca expulsar, mas de estabelecer, o mais claramente possível, presenças determinadas. Desta maneira, as diferenças sutis se tornam mais observáveis, o que contribui para a individualização e subdivisão do poder, com vistas à maximização da saúde e da vida, por meio de um exame perpétuo, com regras e normas de saúde definidas. Além de demonstrar a crescente ramificação capilar do poder, tais práticas demonstram a substituição da *lepra* enquanto procedimento de exclusão e isolamento dos doentes) pela *peste* (que fabrica e se multiplica a partir de seus próprios efeitos), enquanto meio de controle político.

Neste processo está contida a invenção de novas técnicas positivas de poder que promovem a normalização. Por normalização entenda-se um princípio de qualificação e correção, uma técnica essencialmente positiva de intervenção e transformação, um poder normativo, fazendo com que tal poder não seja exclusivamente, ou, essencialmente, negativo, repressivo: um poder que almeja incluir incessantemente tem de se colocar positivamente diante de seus súditos. Isto significa que se trata de um poder inventivo, que funciona somente vinculado a formação de um saber específico, uma vez que este é um efeito e uma condição para seu exercício, sendo assim, uma concepção positiva dos mecanismos de poder.

Como já previamente dito, a emergência de tais técnicas de normalização teve como finalidade a contenção, o domínio, das *anomalias*. Para ilustrar tal movimento, Foucault utiliza três elementos que foram descobertos, colonizados, codificados e absorvidos pela construção discursiva fundamentada no exame médico-legal. Em primeiro lugar, o *monstro humano*: trata-se de uma categoria que evoca a violação não somente das leis da sociedade, mas também da natureza. Desta maneira, seu campo de aparecimento é *jurídico-biológico*, combinando o impossível com o proibido: não está somente fora da lei, mas representa uma forma natural de *contranatureza*, conjugando o cosmológico e o



Neamp

anticosmológico.

O segundo elemento analisado por Foucault é o *indivíduo a ser corrigido*. Trata-se de um indivíduo típico dos séculos XVII e XVIII, que advém do contexto familiar, dotado de seu poder interno e gestão econômica próprias. O local de geração deste elemento são as instituições de controle costumeiras nesta época: a escola, a oficina, a rua, a igreja. Vale ressaltar que este elemento é mais comumente encontrado do que o anterior por estar bem próximo à regra, à norma, ao ordenamento proposto por tais instituições de controle político: o que acaba por definir o *indivíduo a ser corrigido* é o fato de que este necessita de intervenções, procedimentos, técnicas, com vistas a sua correção, constituindo assim um suporte *positivo* para os anormais.

O terceiro elemento visto por Foucault é o *onanista*, ou, o masturbador. Seu campo de emergência é a família, e seu domínio, privado: o quarto, a cama, o corpo. O onanista é o indivíduo entendido como universal por deter um segredo universal compartilhado, entretanto incomunicável: isto se torna a *raiz* para uma diversidade de males. De tal sorte que o anormal constituído no século XIX descende destes três indivíduos: isto pulveriza a aceção de anormalidade em uma variedade de aparelhos e instituições retificadoras, com base no intercâmbio e superposição das características *anormais* previamente expostas, redistribuindo os poderes que investem em direção aos corpos.

Sendo assim, o anormal foucaultiano deriva das três categorias previamente expostas. Entretanto, Foucault nota, no século XIX, a elaboração de uma nova teoria referente à *monstruosidade*, com base na mudança de concepções acerca dos hermafroditas. Estes eram considerados monstruosos por terem os dois sexos, revelando assim, uma associação, marcadamente carnal, com o demônio cristão: via de regra, tal *infração* era motivo para a condenação à morte. Contudo, sobre a nova concepção de monstruosidade, Foucault escreve: “Desaparece portanto a monstruosidade como mistura dos sexos, como transgressão de tudo o que separa um sexo do outro. Por outro lado – e é aí que vamos encontrar no início do século XIX – não há mistura de sexos: há tão somente esquisitices, espécies de imperfeições, deslizes da natureza.” (Foucault: 2001: 91).

As condenações aos hermafroditas que decorrem desta nova racionalidade punem pelos atos perversos cometidos. Desta maneira, a condenação é provocada por um desvio de



Neamp

comportamento, e não de natureza: isto significa o deslocamento do *natural* ao *moral*, sendo daí passível de punição, por constituir uma monstruosidade de conduta. É esta nova *monstruosidade*, essencialmente criminosa, que se torna o princípio de uma nova economia do poder de punir, que recai sobre o monstro moral.

É neste contexto, o da nova monstruosidade descrita por Foucault, que se insere a cobertura das ações policiais pela televisão. O aspecto mais relevante desta nova forma de exercício do poder é seu caráter contínuo e permanente, não sendo mais ritual como anteriormente, no sentido do ritual de suplício público que ocorria. Isto significa uma penetração total do poder em todos os aspectos da vida, fundamentados em vigilância e controle, sendo a lei infalível àqueles que a desrespeitarem.

Como já mencionado antes, no que tange a construção do *anormal*, o esforço normalizador do poder concentrou-se não somente em trazer ao cotidiano da população o caráter moralmente condenável e bárbaro dos monstros. Tal esforço é notável por operar também uma passagem essencial: trazer os grandes e aterradores monstros para a esfera dos pequenos monstros, o que acaba por convertê-los ao domínio da anomalia notada claramente em indivíduos, construído assim, a ponte entre o *monstro* e o *anormal*, cristalizando o problema da monstruosidade criminal.

No movimento que trouxe os grandes monstros à esfera do cotidiano, podemos situar a mídia policial televisiva, e, mais especificamente o programa *Brasil Urgente*. Para quem assiste ao programa, o mundo se assemelha a um catastrófico e dramático espetáculo, povoado pelos já descritos *anormais*, que continuam a cometer crimes, hediondos, pela ótica de seu apresentador.

Um aspecto interessante notado a partir do levantamento realizado durante a pesquisa por amostragem de programas é que puderam ser construídas algumas *oposições binárias de conteúdo e caráter moral*, estabelecidas pelo apresentador, que gostaria de me ater neste momento. A relevância de tais oposições se dá, principalmente, por estas serem amplamente utilizadas pelo apresentador no *Brasil Urgente* para emitir suas opiniões e juízos. Entre elas, as idéias de *bons aposentados x velhos safados*, *menores abandonados x menores infratores* e *boas mães x más mães*. A partir de tais oposições binárias, é possível traçar uma linha que as separa, entre os



Neamp

representantes do que chamaremos de *boa sociedade*, defendida pelo apresentador em oposição aos representantes da *má sociedade*, eternos sujeitos aos ataques de fúria de Datena.

Nos 17 programas pesquisados, pude notar um grande enfoque em crimes como seqüestros, casos de pedofilia, infanticídios, e outros crimes hediondos. É possível identificar, por meio das oposições binárias mencionadas anteriormente, os temas e os limites existentes no conteúdo do discurso do apresentador José Luís Datena no *Brasil Urgente* bem como a construção do anormal e seu caráter normalizado: não somente a criação de tais categorias, mas, especificamente, a defesa do apresentador à *boa sociedade*, e a condenação proferida à *má sociedade*.

Primeiramente, gostaria de exemplificar com a oposição *menor infrator x menor abandonado*. Nos programas pesquisados, o apresentador demonstra preocupação para com os menores abandonados por o que chama de *políticas esdrúxulas*²⁸ por parte dos governantes. Tais menores, de acordo com a fala do próprio apresentador, estão sujeitos a maus tratos, pedofilia e estão deixados a sua própria sorte.

Em contrapartida, existem *outros* menores, os *canalhas, infratores*²⁹, que de acordo com Datena são defendidos por *direitos humanos*³⁰. Esta oposição foi lembrada por o tema dos *menores* ser recorrente no programa. Especificamente, gostaria de citar o caso de duas crianças que fugiram de casa e se apresentaram ao conselho tutelar local. Depois deste ocorrido, as crianças foram mandadas de volta para casa, onde foram mortas e esquartejadas pelos pais. Este foi um caso em que Datena se apoiou para fazer sua crítica às autoridades e a defesa de tais *menores*. Em outras situações, como no caso do *maníaco de Guarulhos*³¹, o qual cometeu seu primeiro crime aos 17 anos, o apresentador rapidamente o alça ao patamar de *frio, cruel, psicopata*³².

Desta maneira podemos notar que a linha que separa, no caso dos *menores*, a *boa* da *má sociedade*, como vista por Datena, é se são vítimas de diversos tipos de violência, como as

28 Programas de 25/8/08 e 9/9/08.

29 Programa de 9/9/08.

30 *Idem*

31 A partir do programa de 2/9/08, cobertura constante deste caso.

32 Leandro Basílio Rodrigues, *o maníaco de Guarulhos*, pode ter matado até 50 pessoas – Programa de 5/9/08.



Neamp

mencionadas acima, ou, se colaboram para tal violência, como no caso do *maníaco de Guarulhos*.

Uma outra oposição que vale ser ressaltada pelo grande apelo e impacto que obteve no programa é a de *boa mãe x má mãe*. Gostaria de expô-las em uma comparação entre dois casos veiculados durante os programas e a posterior reação do apresentador. No Programa de 2/9/08, noticia-se uma mulher de dezoito anos que brigou com o marido e ateou fogo em sua casa, matando sua filha de 8 meses e ferindo gravemente a outra. Após a chamada inicial, Datena, revoltado, chama esta mãe de *vagabunda, canalha, o resto da sociedade*, aproveitando este momento para colocar que *a ausência de Deus na família quebra a mesma e propicia que o mal tome conta*.³³

O caráter dramático desta reportagem se completa pelo fato da reportagem do programa ter acesso a casa carbonizada nos momentos seguintes ao término do incêndio, com imagens chocantes *in loco*, reforçando a brutalidade do ocorrido. Ademais, fotos da menina morta, imagens do pai das crianças ferido, no enterro da menina, adicionadas a imagens da mãe na delegacia, algemada, contribuem para a *monstrificação* desta jovem de dezoito anos. Em outro momento do mesmo programa, podemos notar o processo de produção da culpa na mãe citada. O repórter do programa, de dentro da delegacia entrevista a mãe, e lhe pergunta, depois de um depoimento dela sobre o ocorrido: *“quem levou a pior, você, com essa bandagem na mão, ou sua filha, morta?”*. Desta maneira bem direta podemos perceber a maneira pela qual o programa estigmatizou esta mãe enquanto parte da *má sociedade*.

Por outro lado, no Programa de 5/9/08, foi veiculada a notícia de um menino que acidentalmente caiu da janela do prédio onde morava. Sua mãe, naquele momento, estava trabalhando na portaria do mesmo prédio. Datena não isenta a mãe de culpa, porém a defende, valorizando o fato dela estar trabalhando naquele momento, dizendo até que, possivelmente, *se ela não estivesse trabalhando os meninos poderiam ter passado fome*. No dia seguinte³⁴, esta mãe está ao vivo durante o programa inteiro em *standby*. Datena conversa com ela em quatro momentos, dos quais gostaria de destacar

³³ Programa de 2/9/08.

³⁴ Programa de 6/9/08.



Neamp

o primeiro, no qual a mãe chora copiosamente a morte do filho, mas o apresentador a consola, ressaltando o papel de *batalhadora* que ela tem ao ter criado seus filhos com *dignidade*³⁵.

Pelo enaltecimento deste papel de trabalhadora, e pelo zelo que tinha com seu filho, podemos perceber nesse programa como o apresentador absolve esta mãe da culpa pela morte do filho. Datena emite uma frase emblemática desta absolvição ao vivo: “não posso aconselhar por não ser psicólogo, pastor ou padre, mas se tivesse o dom de perdoar, como Deus já fez, o faria”. Desta maneira fica claro como apesar das fatalidades que cercaram estas duas mães mencionadas, apenas uma dela é digna da *boa sociedade*, sendo a outra destinada à pior sorte possível, como a prisão, o inferno, etc..

Além das oposições binárias já citadas, vale mencionar os *bons aposentados* em oposição aos *velhos safados*. Os primeiros são vítimas em potencial em um Brasil violento, pois são sujeitados a maus tratos, recebem uma aposentadoria parca diante de sua contribuição ao país, e não tem tratamento de saúde digno³⁶, fazendo parte assim, da *boa sociedade*. Em contrapartida, para cada caso de pedofilia cometido por uma pessoa de mais idade utilizava-se automaticamente a conotação de *velho safado*. Desta maneira podemos notar o processo que acaba diferenciando pessoas de idade mais avançada: os que estão junto com Datena, enfrentando os problemas do Brasil, e aqueles que o opõe por suas ações criminosas.

Ao separar a sociedade em duas partes, uma *boa*, digna de defesa por parte do apresentador e outra *má*, que merece todos os ataques morais possíveis, como nos casos mostrados, este programa atua de maneira a construir certo conteúdo moral e ideológico, que são condizentes não somente com a estrutura capitalista e contribuindo com sua perpetuação pelo enaltecimento da justiça, do trabalho, da ação da polícia, além da construção, praticamente diária de *monstros* pelos moldes do exame médico-legal, que nos fornecem os exemplos de péssima conduta ética segundo a visão do apresentador do programa.

Com base nas oposições estabelecidas por tal programa televisivo, aliado à

35 *Idem*

36 Programa de 25/8/08.



Neamp

contribuição teórica acerca dos *anormais*, proposta por Foucault, é possível sustentar que tal programa cria, constantemente, novos *anormais*, sendo estes assim constituídos por suas ações hediondas. Em contrapartida, *normaliza-se* sua existência anormal por mostrá-los quase que diariamente, reforçando assim, sua natureza. É neste contexto que o *anormal* se normaliza, por meio de uma característica positiva do exercício do poder pela ótica do programa Brasil Urgente.

O estabelecimento de tais dicotomias pelo discurso deste programa acaba por promover tanto um discurso de violência, principalmente direcionado à *má sociedade*, ao mesmo tempo em que promove, por meio do enaltecimento de valores morais próprios da *boa sociedade*, um discurso que condena a mesma violência. Nas dicotomias apresentadas, o caso que me parece mais notável se refere aos *velhos safados* e os *bons aposentados*, com base no que foi apresentado referente a esta categoria. O que constitui o aspecto *anormal* de nossa sociedade deve ser repreendido e contido. Em contrapartida, o *normal*, ou *normalizado* é o que recebe do apresentador uma defesa pública.

Partindo das já expostas noções de *anormal*, da *normalidade* e *normalização*, bem como o caráter *positivo* do poder, é possível contextualizar a mídia policial televisiva enquanto não somente fabricante dos *anormais*, mas também de um discurso normalizador.

Isto significa um exercício de poder específico: expõem-se, em rede nacional, as bizarrices de um comportamento moralmente inaceitável e constantemente condenável pela ótica de seu apresentador. Em contrapartida, são enalticidos os comportamentos e procedimentos que são bem quistos, mantendo-se assim, claramente demarcada, a linha que separa a *boa* da *má sociedade*.

Em decorrência disto, uma nova gama de práticas de controle: àqueles que não se comportarem de acordo com a prescrição da tida como *boa sociedade* são destinados mecanismos de vigilância que vão da denúncia policial até o múltiplo controle feito por partes diferentes da população. Isto acaba por promover um controle que vai além do poder institucionalmente constituído para uma vigilância contínua e ininterrupta, feita por aqueles que defendem a moral, a *boa sociedade*, ou seja, qualquer um que se julgue



Neamp

detentor de tais valores, compartilhados com Datena.

Um exemplo marcante é o serviço de mensagens de texto para celular promovido no programa. Os telespectadores podem, a qualquer momento, manifestar suas opiniões e até mesmo fazer denúncias para o apresentador, ressaltando assim, a interação entre o programa e aqueles que o acompanham, o que potencializa a capacidade de múltiplas vigilâncias criadas por tal interação.

Neste contexto, todos estão sujeitos ao escrutínio público promovido por tal programa: ações condenáveis, de tal ponto de vista moral, serão expostas e condenadas durante o programa, ressaltando o caráter monstruoso de algumas práticas. Ao mesmo tempo em que expõe os monstros ao público, enfatizando seu caráter anormal, promove-se também o discurso normalizador, ou seja, o da *boa sociedade*.

Isto significa que os monstros, agora, estão sob constante análise e vigilância, entretanto, isto só pode ocorrer uma vez que eles venham à tona por meio de suas monstruosidades. Para que isto proceda, serão necessárias toda uma série de práticas de vigilância com vistas a conter os monstros e suas monstruosidades.

Desta maneira, constrói-se o discurso de tais programas policiais com um fundamento marcadamente moralista. Ou seja, pelo bem da *normalidade* que Datena promove aparecimentos diários de novos *anormais*, enquanto exemplo exatamente oposto à conduta desejada por seu apresentador. Sendo assim, é fundamentando-se na moral normalizante que tais programas procedem à demonstração de casos monstruosos e monstruosidades. Fabricam-se as múltiplas vigilâncias com a intenção de prevenir a emergência de novos monstros. Sendo assim, o aspecto constituinte predominante em tal discurso é a defesa da moral, com base na visão de mundo de seu apresentador.

Trata-se de uma prática de controle constituída, uma vez que, os valores expostos durante o programa por Datena, são compartilhados por alguns daqueles que o assistem e acabam por contribuir com a vigilância em sua comunidade, formulada em bases *jurídico-médico-morais*.

Estas bases de formulação de valores e vigilâncias se articulam no discurso de Datena por este, constantemente, buscar consultar fontes diversas para constituir suas opiniões, como delegados, médicos, repórteres, e os perpetradores de crimes, com vistas a



Neamp

entender suas motivações, buscando assim traçar sua trajetória: isto nos mesmos moldes já descritos por Foucault no que se refere à constituição do crime e seus antecedentes, fazendo com que o criminoso se pareça com seu crime, inserindo-o em uma trama inteligível ao grande público.

De maneira a conter os diversos monstros existentes, além da fabricação de múltiplas vigilâncias, busca-se também entendê-los em termos de suas motivações, utilizando-se assim, dos mesmos procedimentos expostos por Foucault no que se refere à constituição dos anormais e do discurso normalizador. Neste contexto, busca-se conter os monstros pelas cada vez mais crescentes práticas de vigilância múltipla, sendo estas práticas, condizentes com um exercício de poder *positivo*, como exposto anteriormente.

Sendo assim, o discurso existente no programa *Brasil Urgente* não pode ser estritamente associado à visão de mundo de seu apresentador. Trata-se, ao contrário, da emergência de novas técnicas de vigilância e resguardo moral que acabam por promover um programa televisivo que expõe tais anomalias e comportamentos condenáveis, ao mesmo tempo em que se reserva à exaltação moral de seus bons representantes. Sendo assim, o próprio discurso de Datena não é essencialmente negativo, repressivo: ele busca afirmar os valores *louváveis* partindo de tal visão de mundo, relegando à condenação moral aqueles que não a seguem. Trata-se então, de uma promoção moral de certos valores, não somente por parte do apresentador, mas também por aqueles que o assistem e continuam a denunciar, ressaltando assim, este específico exercício de poder: constituindo o problema do *anormal* e, ressaltando, o discurso normalizador, onde os que destoem da curva normal sejam expostos e severamente punidos por isso.

Além disso, Datena também se coloca como autoridade desqualificada por ser um apresentador, e não um *especialista*: também por isso, em diversos momentos o apresentador recorre a delegados, psiquiatras, entre outros, de maneira a corroborar seu discurso. Desta maneira, cria-se, fundamentado em tais testemunhos, um discurso de verdade, que possui efeitos de vigilância que podem atingir àqueles membros de seu público.

Vale lembrar que este discurso de verdade, com fundamentação na vigilância recíproca e irrestrita visa, em última análise, a proteção, ou seja, a manutenção *não-*



Neamp

violenta do que anteriormente foi denominado *boa sociedade*, enquanto que à *má sociedade* é destinado um discurso violento, uma vez que constantemente o apresentador deseja a estes elementos um longo tempo de reclusão e distância da *boa sociedade*. Sendo assim, é nesta afirmação de valores morais, feita por Datena, que reside o fundamento de múltiplas vigilâncias: seu discurso é a moral vigente, pela *boa sociedade*, contra os *monstros*, representantes da *má sociedade*.

Ou seja, é na fabricação de múltiplas vigilâncias que o monstro se insere como algo a ser constantemente vigiado, de maneira a não irromper em suas monstruosidades, sendo estas, somente um artifício usado pelo apresentador para promover suas condenações morais, procedendo à sua já mencionada divisão entre membros da *boa* e da *má sociedade*. Sendo assim, fabricam-se vigilâncias diversas com vistas à preservação da *normalidade*, e, visando, a prevenção da emergência de monstros diversos, com as anomalias que marcam sua existência, carregando assim, marcas de discurso *violento* e *não-violento* dependendo à quem se dirige o discurso do apresentador.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, M. (1975) *Os anormais*: curso no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Material referente ao *Brasil Urgente* coletado entre 15/8/2008 e 10/9/2008.



Neamp

Le criminel fin-de-siècle: psiquiatrização da anarquia no século XIX

Nildo Avelino*

Resumo: A partir da Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas de 1898, este artigo descreve o impasse judiciário do Direito Penal na definição do crime de anarquismo no fim do século XIX. Através desse impasse, a psiquiatria e a antropologia criminal irrompem no interior do Direito Penal exercendo influência decisiva na configuração da escola de Defesa Social responsável por conferir ao problema repressivo um novo ângulo.

Palavras-chaves: anarquismo, violência, crime, defesa social.

Abstract: From the International Conference for the Social Defense against the Anarchists in 1898, this paper describes the legal impasse of the Criminal Law to define the crime of anarchism in late XIX century. Through this impasse, the psychiatry and the criminal anthropology erupt within the Criminal Law exerting influence in shaping the school of Social Defense responsible for putting the problem of repression a new angle.

Keywords: anarchism, violence, crime, social defense.

Um importante acontecimento marcou a história das relações internacionais entre os Estados europeus na luta contra o anarquismo: a Conferência Internacional pela Defesa Social contra os Anarquistas, ocorrida em novembro de 1898. Após a morte da Imperatriz Elisabeth da Áustria, assassinada em Genebra em 1898 pelo anarquista Luigi Lucheni, e do presidente americano McKinley, assassinado na cidade de Buffalo em 1901 pelo anarquista polaco Leon Czolgosz, os jornais alemães noticiavam alarmados que “a sociedade dança sobre um vulcão e um número verdadeiramente insignificante de fanáticos sem escrúpulos aterroriza toda a raça humana... O perigo para todos os países é enorme e urgente” (*apud* JENSEN, 2004:117). Alguns anos mais tarde o presidente Theodore Roosevelt, sucessor de Mckinley, declara que “comparada à supressão da anarquia, toda outra questão mostra-se insignificante” (Id.).

É neste contexto que o primeiro ministro italiano Luigi Pelloux comunicava ao

* Doutor em Ciência Política pela PUC-SP, Pós-Doutorando pelo IFCH/UNICAMP, militante do Centro de Cultura Social de São Paulo, autor de *Anarquistas: ética e antologia de existências* (Rio de Janeiro: Achiamé, 2004) bolsista FAPESP. E-mail: nildoavelino@gmail.com



Neamp

ministro da justiça, em setembro de 1898, informações “sobre um vasto complô para atentar contra a vida de todos os chefes de Estado, em particular do Rei da Itália”, e recomendava a necessidade de “combater mais energicamente as associações contrárias à ordem do Estado” (MANTOVANI, 1988:116). Nesse intuito, o governo italiano, pela iniciativa do ministro do exterior Napoleone Canevaro, convidou outros países europeus a participarem de uma conferência anti-anarquista, promovida para assegurar um sistema repressivo em escala internacional. Até a metade do mês de outubro, a maior parte dos países da Europa havia confirmado participação. E a abertura da “Conferência Internacional pela defesa Social contra os Anarquistas”, mais conhecida como Conferência Anti-Anarquista, ocorre no dia 24 de novembro de 1898 com a presença de 54 delegações representando 21 nações européias: Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Inglaterra, Grécia, Itália, Luxemburgo, Mônaco, Monte Negro, Países Baixos, Portugal, Romênia, Rússia, Sérvia, Suécia, Noruega, Suíça e Turquia. “Foram também convidados os chefes da polícia nacional da Rússia, França, Bélgica, e os chefes da polícia municipal de Berlim, Viena e Estocolmo” (Ibid., p. 123).

A adesão da maioria das nações européias à conferência anti-anarquista denota a importância de um acontecimento que coroou vinte e cinco anos de campanhas anti-anarquistas conduzidas, em maior ou menor grau, por todos os regimes políticos da Europa. “No período anterior à Grande Guerra, os governos europeus, inicialmente num plano nacional, mas depois internacional, empenharam-se para forjar armas que pudessem controlar e suprimir o que na época foi percebido como o mais feroz e intratável inimigo social, o terrorismo anarquista” (JENSEN, 1981:323)³⁷. Entretanto, os esforços repressivos orquestrados pelos governos da Europa produziam, frequentemente, um excesso de repressão cujo efeito resultava em descontentamentos exacerbados e provocava novas ondas de violência. Neste sentido, existia um esforço em estabelecer contra o anarquismo medidas que não fossem meramente repressivas. Foram três as medidas que a conferência adotou com unanimidade: 1) caberia a cada nação ter sob controle os próprios anarquistas; 2) o estabelecimento de um comitê central para esse fim;

37 Para maiores detalhes sobre o terrorismo anarquista em ver em AVELINO, 2008, especialmente Cap. 4.



Neamp

e, 3) a promoção de trocas de informações entre as várias agências centrais (Ibid.:331). Além disso, durante a realização da conferência, reuniu-se diversas vezes um comitê secreto dos chefes de polícia. “Sir Howard Vicent, um dos representantes ingleses na conferência e ex-diretor de investigações criminais da Scotland Yard, admitiu que um dos maiores resultados obtidos desses encontros foi o acordo por parte das forças de polícia de diversos Estados da Europa central para a troca mensal de listas das expulsões, contendo nomes e a razão da expulsão” (Ibid., p. 332).

Com relação à extradição, a conferência acordou a proposta dos alemães de não considerar os crimes anarquistas como políticos para finalidade de extradição; todavia, estariam sujeitos à extradição os variados atos violentos tipicamente anarquistas, como a fabricação de bombas etc. Os conferencistas fizeram uso da famosa cláusula belga do *attentat*, criada em 1856, após o atentado sem sucesso contra Napoleão III. A cláusula dispunha que não seria “reputado crime político, nem fato conexo a semelhante crime, o atentado contra a pessoa do chefe de governo estrangeiro ou contra um membro de sua família, quando este atentado constitua fato de morte, assassinato ou envenenamento”. Após a conferência de Roma, o conteúdo da cláusula ganha validade universal. No Brasil, Getúlio Vargas reproduziu-o no art. 2º, §2º do Decreto-lei nº 394 de 28 de abril de 1938. Hoje, ele encontra-se reproduzido *ipsis verbis no artigo 77, §3º do atual Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980. 38*

A conferência estabeleceu como sistema de identificação eficaz o chamado *portait parlé* (retrato falado), para ser utilizado de maneira uniforme em todos os países. Tratava-se do refinamento do velho método de identificação antropométrico, também conhecido como *bertillonage*, criado pelo oficial da polícia francesa Alphonse Bertillon, que consistia na classificação das medidas de várias partes da cabeça e do corpo, cor dos cabelos, dos olhos, da pele, presença de cicatrizes e tatuagens etc. Já o retrato falado foi um sistema “especialmente usado na apreensão de criminosos, funcionando com uma margem que vai de muitas até uma única peça vital de informação para a identificação positiva de suspeitos, e que poderiam ser transmitidas por telefone ou telégrafo” (Ibid.:332-333).

38 A cláusula do *attentat* foi um dos pontos polêmicos no recente caso Cesare Battisti.



Neamp

Entretanto, a herança mais significativa da conferência anti-anarquista de Roma foi, como sugere Jensen, a organização de uma instituição singular: o *International Criminal Police Organization*, Interpol. “Ao promover o uso de modernas técnicas de polícia, o congresso anti-anarquista encorajou a cooperação policial internacional” (Ibid., p. 334). Passados apenas três anos da conferência de Roma, após o assassinato do presidente americano McKinley, aumenta na Europa os esforços diplomáticos para incrementar a cooperação policial internacional. A Rússia toma a iniciativa, solicitando com insistência a retomada do programa da conferência de Roma e despacha, juntamente com a Alemanha, um memorando para os governos da Europa e dos Estados Unidos. Em 14 de março de 1904, dez países assinam um protocolo secreto em São Petersburgo que, retomando sumariamente a pauta de 1898, procurou “especificar procedimentos de expulsão, convocar para a criação de escritórios centrais anti-anarquistas em cada país e, no geral, regularizar a comunicação inter-policial” (Ibid.:337). Os países que assinaram o Protocolo de São Petersburgo foram Alemanha, Império Austro-Húngaro, Dinamarca, Suécia e Noruega, Rússia, Romênia, Sérvia, Bulgária e Turquia. Assim,

a Conferência de Roma e o acordo de São Petersburgo são precedentes significativos para qualquer posterior organização de polícia internacional. Pode até mesmo ser afirmado que o conclave de 1898 foi o indício do primeiro esforço na recente história da Europa para promover, oficialmente, uma ampla comunicação policial internacional e troca de informações. As medidas estipuladas pelos protocolos de Roma e São Petersburgo foram os precursores de muito do que é hoje a organização da polícia em rede mundial, Interpol (Ibid.:338).

Incapacidade judiciária e antropologia criminal

A conferência anti-anarquista de Roma produziu efeitos amplos e duradouros de poder que, entretanto, foram freqüentemente tidos como nulos em razão do quase absoluto desacordo entre seus participantes; desacordo decorrente das enormes diferenças entre os países em matéria de legislação criminal. Para Vené (1973:152), o verdadeiro problema da conferência foi constituído por um pacto de extradição para suspeitos de anarquismo. Assim, excetuando a constituição de um aparato policial e repressivo em plano internacional, a conferência encerra-se sem tomar outro acordo substancialmente político. Daí, segundo Vené, seu insucesso. Além disso, o êxito em âmbito exclusivamente



Neamp

repressivo e o fracasso político da conferência foram atribuídos à incapacidade de estabelecer uma definição jurídico-legal do ato anarquista. É o que se verifica na discussão em torno do programa da conferência organizado nos seguintes temas:

1º - Estabelecer os dados que de fato caracterizem o ato anárquico, seja no que concerne ao indivíduo, seja no que concerne à sua obra; 2º - Sugerir, em matéria de legislação e de polícia, os meios mais adequados para reprimir a obra e a propaganda anárquica, sempre respeitando, bem entendido, a autonomia legislativa e administrativa de cada Estado; 3º - Consagrar o princípio que todo ato anárquico, tendo os caracteres jurídicos de um delito, deve, como tal, e quaisquer que sejam os motivos e a forma, ser enquadrado nos efeitos úteis dos tratados de extradição; 4º - Consagrar o duplo princípio de que cada Estado tem o direito e o dever de expulsar os anarquistas estrangeiros, encaminhando-os, observando as regras uniformes, à vigilância e eventualmente à justiça do Estado a que pertencem; 5º - Estipular por engajamento mútuo a defesa de toda circulação de impressos anarquistas, bem como de toda publicidade apta, com ou sem intenção, a favorecer a propaganda anárquica (MANTOVANI, 1988:124-125).

Ao colocar em primeiro lugar o problema de estabelecer uma definição jurídico-legal do ato anarquista, o programa ressalta aquilo que constituiu uma tarefa urgente. E tratava-se de um problema fundamental, na medida em que nenhum parlamento ou corte da Europa havia definido claramente a questão. Assim, o Advogado Geral da corte de Mônaco, Hector de Rolland, propôs uma definição do “ato anarquista” descrevendo-o como “a ação que tem por objetivo a destruição através de meios violentos de toda organização social. Anarquista, portanto, era simplesmente quem cometia tal ação” (*apud* JENSEN, 1981:327). Mas a questão, aparentemente simples, revelou-se imediatamente polêmica e delicada. A delegação inglesa recusa resolutamente a definição, ao mesmo tempo em que declara inútil qualquer tentativa de definição. “Nós não perseguimos as opiniões. Para nós, a única questão é esta: existe delito, sim ou não? Se o ato é delituoso, tal como o assassinato ou seu incitamento, ele não se torna ainda mais pelo fato de ser anarquista” (*apud* MASINI, 1981:123-124). Não obstante, dependia da definição da anarquia como ato delituoso a possibilidade jurídica de cada país europeu subscrever a extradição dos exilados acusados de “anarquismo”.

Recusando a definição proposta pelo Advogado Geral de Mônaco, a delegação inglesa explicitou a contradição que ela comportava. A concepção que descrevia o anarquismo consistindo em atos de violência contra qualquer organização social poderia



Neamp

ser largamente aplicada também ao socialismo e a todo ato violento de revolução, consista ele na substituição violenta de um parlamento por um reinado ou de um reinado por um parlamento. Ao saudar a proposta da conferência, o jornal inglês *The Economist* retomava precisamente este aspecto. Afirmando que a defesa social contra os anarquistas é dever absoluto dos governos, ponderava, entretanto, que “a experiência ensina que essa defesa pode muito facilmente transformar-se em perseguição dos heréticos conforme o credo das diversas escolas conservadoras e na condenação de qualquer idéia não favorável à ordem social atual” (*apud* VENÉ, 1973:153). Porter também mostrou como a idéia de uma polícia política repugnava o liberalismo inglês da primeira metade do século XIX, que percebia na produção de leis e de agências destinadas a reprimir a subversão um efeito verdadeiramente contraproducente. “Provoca desgosto nas pessoas e, conseqüentemente, rebelião. Elas não seriam incomodadas – não teriam nada com que se aborrecer – se fossem (como os vitorianos costumavam colocar) ‘livres’. Essa era a resposta para o problema da subversão, que não era um problema genuíno na visão dos meios vitorianos. Sistema e sociedade política eram melhor defendidos – paradoxalmente – não havendo defesa alguma” (PORTER, 1987:3). A melhor maneira de desacreditar movimentos de liberação, diziam os vitorianos, é a de persuadir as pessoas de que elas são verdadeiramente livres, e a ausência de uma divisão Britânica de Polícia Política era um meio de mostrá-lo e também “um meio efetivamente legítimo e eficiente de ‘controle social’ (...). O jornal *Daily News*, em 1858, chamava a polícia política de ‘sistema repugnante para a verdadeira sensibilidade, sentimento e princípios de vida dos ingleses’” (Ibid.:4).

É preciso perceber que no impasse da definição jurídico-legal do anarquismo existe uma dificuldade resultante da própria matriz conceitual do liberalismo. Como Foucault (2004:11-12) afirmou, “o exemplo aterrorizante dos suplícios ou a exclusão pelo banimento não podiam mais bastar em uma sociedade na qual o exercício do poder implicava uma tecnologia racional dos indivíduos.” Mas de outro lado, a própria morfologia do ato anarquista colocava a racionalidade jurídica da época numa espécie de embaraço na medida em que não se enquadrava no modelo de infração política existente: o complô para derrubar o governo e tomar o poder. “As ‘agitações’ dos anarquistas não



Neamp

visavam tomar o poder nem substituir um governo a outro: o que eram, portanto, esses atentados violentos ‘desinteressados’ a tal ponto de não se interessar pela tomada do poder?” (FOUCAULT, 2001:362-363) Meu argumento é que o impasse jurídico e o suposto insucesso político da conferência de Roma são reveladores de um fato importante na história do Direito: o processo de psiquiatrização da anarquia, iniciado na segunda metade do século XIX, e a famosa definição do criminoso nato.

Foucault (2002:111 et seq.) mostrou como, na nova legislação criminalista a partir do século XVIII, o crime começa a possuir uma natureza e o criminoso torna-se um ser natural caracterizado por sua criminalidade; um ser cuja conduta criminosa passa a ter uma inteligibilidade natural. Deste modo, a necessidade da sua punição passa a exigir um saber que fosse ao mesmo tempo naturalista da criminalidade, e esse papel foi desempenhado pela psiquiatria. Foi o que procurou fazer o célebre livro de Lombroso (1998:23) dedicado aos anarquistas ao afirmar nesses a existência de um tipo criminoso completo. Mas também de toda uma extensa produção médico-legal que, observando o impasse judiciário na definição do ato anarquista, introduziu a personagem do anormal e estabeleceu através dela um princípio de classificação na lista geral dos crimes políticos.

Para conferir a inteligibilidade necessária ao gesto desinteressado do atentado anarquista, a psiquiatria e a antropologia criminal substituíram a noção jurídica de responsabilidade pela noção médico-legal de periculosidade para enfatizar “que os réus que o direito reconhece como irresponsáveis porque doentes, loucos, anormais, vítimas de impulsos irresistíveis, são realmente os mais perigosos” e para “demonstrar que aquilo que chamamos de ‘pena’ não deve ser uma punição, mas um mecanismo de defesa da sociedade” (FOUCAULT, 2004:18). Com a noção periculosidade a responsabilidade recai não sobre os atos cometidos, mas sobre o *estado perigoso* dos indivíduos: aqueles que uma certa determinação congênita torna alto os riscos as probabilidades de comportamento criminoso. Trata-se, portanto, não de reprimir atos, mas de normalizar sujeitos.

A psiquiatria e a antropologia criminal forneceram para o Direito uma solução para o problema repressivo. Deslocaram o problema da definição ampla e ambígua do ato anarquista – tal como apresentada na conferência de Roma, “a ação que tem por objetivo a



Neamp

destruição através de meios violentos de toda organização social” –, para o procedimento preciso e cuidadoso de decifração no sujeito da sua natureza perigosa. A ênfase será mais sobre aquilo que se *faz*, mas sobre aquilo que se *é*. Foi nesta direção que um artigo publicado em 1890 nos *Archives de l'Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales*, escrito pelo psicólogo e criminalista francês Emmanuel Régis, distinguiu os *verdadeiros* regicidas dos *falsos* regicidas.

Os verdadeiros regicidas são aqueles cujos atentados contra uma alta personalidade foi a consequência direta e forçada de um estado de espírito particular. Ao contrário, os falsos regicidas são aqueles cujos atentados, mais aparentes que reais, foram puramente e simplesmente o fato do acaso, sem conexão imediata com o fundo de idéias. (...) Os primeiros querem destruir uma personagem importante e tudo neles converge para essa idéia; os outros dirigem-se à homens em relação aos quais na realidade não desejam nenhum mal, perseguindo unicamente reivindicações pessoais. (RÉGIS, 1890:6, 9)

Todavia, nesta objetivação do verdadeiro sujeito regicida, foi necessário fazer ainda uma distinção importante na medida em que, entre os verdadeiros regicidas, existem também aqueles que são absolutamente loucos e agem como loucos. “São delirantes vulgares (...). E, exceto o fato de seu atentado lhes render subitamente célebres, não oferecem, enquanto doentes, qualquer interesse especial.” (Ibid.:10-11) Coisa muito diferente ocorre com esta outra categoria de regicida “que forma uma classe verdadeiramente à parte e merece um estudo particular. Os indivíduos dos quais ela se compõem são os regicidas puros, os *regicidas-natos* ou de temperamento” (Id.). Portanto, é a natureza desse regicida puro, nato, dessa categoria especial e merecedora de estudos particulares, que é preciso determinar. Segundo Régis, “a primeira coisa que chama atenção nos regicidas é que eles não são nem absolutamente sãos de espírito, nem absolutamente alienados. (...) Em outros tempos seriam considerados como loucos lúcidos ou razoáveis, hoje são considerados *desajustados* [*désharmoniques*] ou *degenerados*.” (Id.) Além disso, possuem “tendências impulsivas de caráter obsessivo e, acima de tudo, uma ausência de equilíbrio com aparências intelectuais mais ou menos brilhantes, mas na realidade são anormais, incapazes de resistir às solicitações que os convocam.” (Ibid.:12)

Ao contrário do sujeito louco, cuja loucura é evidente aos olhos de todos e oferecida em espetáculo no hospital, no verdadeiro regicida ela se oculta sob as aparências do equilíbrio e da normalidade; ele esconde nas dobras de seu ser uma natureza



Neamp

degenerada que é preciso decifrar: a verdade da loucura, ao dissimular-se no fundo do regicida puro, torna-o potencialmente perigoso, introduzindo a necessidade imperiosa de fazê-la emergir, torná-la transparente, fazê-la conhecer. Trata-se, portanto, de um fato capital “que a maioria dos verdadeiros regicidas pertençam à classe dos degenerados”. Com isso é preciso entender não que sejam fracos de espírito, mas que são desajustados ou desequilibrados. Em outras palavras, não são exatamente loucos, “são semi-loucos em quem razão e loucura constituem um amalgama mais ou menos complexo”.

São desequilibrados, inteligentes na maior parte, mas de vontade fraca e de uma instabilidade malsã; levam uma existência flutuante e incoerente e executam mil tarefas diversas sem jamais se fixarem, até o dia em que seu temperamento místico lhe fazem esposar com ardor a querela política ou religiosa que a ocasião fez surgir. Então, eles se exaltam e chegam por uma iniciação mais ou menos longa a transformar idéias de partido em verdadeiros delírios. É porque o delírio dos regicidas é um delírio essencialmente místico, seja religioso, seja ao mesmo tempo religioso e político, seja enfim, em casos mais raros, exclusivamente político, seguem seus caracteres e o ambiente. Na sua forma habitual, esse delírio se traduz pela crença em uma *missão a cumprir*, devendo ser coroada pelo martírio. (Ibid.:18)

A distinção entre regicida nato e o “delirante vulgar” torna-se decifrável quando se procura reconstituir o encadeamento dos impulsos implicados nos atos de atentado. Segundo Régis, o atentado entre os regicidas não resulta de impulsos sofridos e inconscientes tal como ocorre naqueles que resultam de certas formas de loucura. Ao contrário, trata-se de um ato lógico, concebido com lucidez, longamente premeditado e preparado. Mas, não obstante, no fundo dessa lucidez de espírito e dessas aparências de razão, e a despeito dessa longa e lenta premeditação, encontra-se os traços de indivíduos “doentes, desequilibrados, de vontade fraca, escravos de sua obsessão e que, penetrados por uma força cega e fatal, não são livres para resistir.” (Ibid.:21) Isso estabelece numerosos pontos de analogia entre regicidas e criminosos (Ibid.:25). E é preciso lembrar ainda, diz Régis,

que o meio ambiente intervém para dar uma coloração especial às idéias malsãs do regicida conforme ao espírito e às tendências da época. É por isso que sob os reis os regicidas eram sobretudo místicos religiosos, sob a revolução e o império eram místicos patriotas agindo pela república e liberdade: é por isso, enfim, que no presente eles são sobretudo místicos políticos sonhando com socialismo e com anarquia. Não há dúvidas que um certo número de anarquistas exaltados que passam hoje pelos tribunais fazem parte da espécie de regicidas. Em outros tempos eles foram religiosos, hoje eles são anarquistas, eis toda diferença. (Ibid.:28)

O Direito e a velha noção jurídica de responsabilidade aparecem como



Neamp

impotentes para decifrar e revelar essa verdade escondida no fundo da natureza dos indivíduos. O Direito Positivo, com sua equação crime-punição, aparecia incapaz, sobretudo, de objetivar este sujeito cujo crime contra a soberania está envolto num estranho desinteresse pelo poder. É somente com a psiquiatria que se passará a ter duas linhas de objetivação: do crime e do criminoso. Ao designar o criminoso como celerado, monstro, louco, anormal, desenha-se imediatamente um novo tratamento que lhe será correlato. Ao mostrar os regicidas como “desajustados ou degenerados hereditários, de temperamento místico que, penetrados por um delírio político ou religioso complicado por alucinações, acreditando-se chamados ao duplo papel de justiceiros e de mártires”; ao objetivá-los como “anormais, geralmente matóides ou semi-loucos que tornam-se criminosos pelo único fato de serem doentes”, então, a partir disso, a conclusão da descrição psiquiátrica é evidente, diz Régis. “Quando o regicida é manifestamente delirante e alucinado (...) não é permitido hesitar e o internamento em um asilo de alienados é a medida que se impõe. De qualquer modo, é isso que mais os angustia; um tratamento semelhante quebra seu orgulho pois ele considera vergonhoso ser tratado como louco: logo ele que se considera herói e mártir.” (Ibid.:32)

A incapacidade do aparato jurídico-policial em definir o ato anarquista aparece de modo explícito também nas formulações de uma personagem do cenário político brasileiro, Rui Barbosa. Impressionado com o assassinato do rei da Itália Umberto Primo pelo anarquista Gaetano Bresci³⁹, Barbosa escreve artigos contra o anarquismo a partir de agosto de 1900. Discorrendo sobre “O perigo anarquista”, afirma que “entre os criminalistas o anarquismo ainda não encontrou amigos, como tem encontrado nos homens de letras, entre os sábios, entre os cultores dos estudos positivos.” E Rui Barbosa diz que “não são os juristas”, nem tampouco “os penalistas clássicos, nem é a escola jurídica, na Itália e na França, mas é ‘a nova escola’, a escola da antropologia criminal, a única que se pronuncia pela irresponsabilidade das façanhas do anarquismo. Não são

39 Na noite de 29 de julho de 1900 Umberto Primo é morto por um disparo no coração após uma cerimônia na Villa Reale di Monza; o episódio ficou conhecido como a tragédia de Monza. “Gaetano Bresci morre na manhã de 22 de maio de 1901, ou seja, depois de apenas quatro meses de permanência em Santo Stefano, e só dez meses de reclusão. O seu fim, atribuído oficialmente a suicídio, foi uma surpresa para todos. O seu comportamento, as suas esperanças no recurso em *Cassazione*, a sua confiança cega na revolução libertadora e as suas condições de saúde não tinham nunca feito sugerir a suspeita de que ele meditasse tirar a vida” (PETACCO, 2000:151).



Neamp

juristas Lombroso, Laschi, Ferrero, o Dr. Régis, todos esses escritores, que, nos últimos tempos, tem consagrado à epidemia do anarquismo, sob a sua forma de sangue, estudos especiais” (BARBOSA, 1933a:56-57).

Portanto, impotência do direito para definição do crime de anarquismo e consagração da psiquiatria e da antropologia criminal como saberes para determinação da punição a partir da definição da natureza monstruosa e anormal. Para Rui Barbosa, na medida em que o anarquismo se configura como “verdadeira diátese social” a dificuldade de combatê-lo está na correta distribuição de sua repressão num regime que seja ao mesmo tempo severo e humano. No artigo intitulado “Reprimir, mas prevenir”, Rui Barbosa identifica no anarquismo uma “impulsão funesta e monstruosa”, uma “patologia do espírito humano”. Assim, como ocorre com toda patologia do espírito, e “*em respeito à humanidade do enfermo*”, o que se aconselha é o tratamento dos hospitais. O tratamento do hospital, diz Rui Barbosa, além de evitar fazer “à sociedade o mal irreparável de asselvajá-la, retrocedendo-a à moral da vingança”, concede a essa sociedade o irrenunciável exame da psicologia do criminoso. “Se a prisão, substituindo o patíbulo abolido, não houvesse poupado a vida de Passanante, a justiça humana teria decapitado um enfermo, que as próprias autoridades italianas mandavam recolher mais tarde ao manicômio da *Ambrogiana*, que veio a morrer coprófago, devorando as próprias fezes” (BARBOSA, 1933b:67-70).

Defesa Social: a nova racionalidade jurídica

No processo de psiquiatrização da anarquia e das desordens sociais a partir do século XIX percebe-se um pano de fundo constituído pelo impasse e dificuldade efetiva do direito em estabelecer uma repressão que fosse ao mesmo tempo “severa e humana”, em outras palavras, que levasse em conta não apenas a *humanidade do criminoso*, mas que também não fizesse retroceder a sociedade à *moral da vingança*. Neste sentido, ao invés de promover simplesmente a repressão dos atos, tratou-se de estabelecer uma terapêutica dos espíritos. Decifrar na alma o mal que se oculta sob as formas do bem e revelar no fundo do sujeito a natureza do seu ser. Nesse momento, desenha-se a curiosa personagem do monstro e do anormal. Através dela, a psiquiatria não apenas toma as



Neamp

manifestações anarquistas como criminosas, também insere a inteligibilidade de suas ações no interior da velha alegoria do homem da floresta.

É a luta do homem selvagem pela vida, do homem primitivo, sem respeito aos direitos alheios, eis o princípio que invocam todos os criminosos, o princípio selvagem e brutal da força absoluta, da força triunfante, da negação do direito e da liberdade, em virtude do qual, cada vez mais e de modo mais ou menos consciente, agem todos os ladrões, todos os laráprios, todos esses que lesam seus semelhantes nas suas pessoas e bens (...). É o princípio dos povos bárbaros e aquele de todos os bandidos, bandidos coroados ou simples indivíduos: ‘a força prima sobre o direito’. Princípio pelo qual, na cegueira do instinto, o animal obedece, impelido pela fome, a devorar seres mais fracos que ele, é a negação da justiça, da sociedade humana, do direito (BÉRARD, 1892:614-615).

Com isso, o problema repressivo é recentrado. Os juristas tentaram, sem sucesso, definir o crime de anarquismo utilizando-se da noção jurídica de responsabilidade que estabelecia a equação crime-punição; a psiquiatria, com êxito absoluto, inseriu o anarquista nesse grande processo de normalização das desordens sociais pelo projeto de Defesa Social delineado pela psiquiatria no final do século XIX ao estabelecer não mais a equação dos atos, mas a objetivação dos sujeitos e a decifração da sua natureza. Adolphe Prins, na primeira metade do século XX, insistia que se é verdade que “a concepção da defesa social, completamente diferente da concepção clássica da pena e muito mais ampla que esta última, pode ser concebida independentemente do estado de responsabilidade”, no entanto, não é possível concebê-la “jamais independentemente do estado psíquico do indivíduo.” (PRINS, 1910:15) Deste modo, se “a doutrina da responsabilidade apóia-se na hipótese de um homem normal dotado de uma vontade inteligente e livre”, a hipótese da defesa social é a do homem anormal, do indivíduo “que nunca está conforme, desde o irregular, o excêntrico, o indisciplinado, o boêmio, o vagabundo em busca de aventuras, até o insuficiente mental e moral, até o maníaco, até o alienado ou o idiota profundo” (Ibid.:19).

Esta extensão dos comportamentos desviantes é apenas o reverso de um fenômeno estrutural. Um dos aspectos da vida moderna, dizem os novos juristas, foi o aumento do número de acidentes pelo desenvolvimento do maquinismo e da atividade industrial e a conseqüente extensão da legalidade e do direito para milhares de criaturas que anteriormente não gozavam de proteção jurídica. A partir disso, a criminalidade deixa de ter a raridade de outrora para tornar-se nada mais que uma das formas da vida social



Neamp

moderna. Advém daí a necessidade de perceber como “entre o homem honrado que faz o bem por amor ao bem e o criminoso que faz o mal por desejo do mal existe uma dilatada zona de múltiplos matizes” (Ibid.:24) dos quais não é preciso descuidar e cuja variedade, fluidez e complexidade a fórmula geral e simplificadora da noção de responsabilidade não dava conta.

Aquilo que quero fazer ou não fazer depende do meu caráter, e meu caráter depende de circunstâncias sobre as quais não tenho nenhum poder; encontra-se submetido, sobretudo em sua formação inicial, à fatores dos quais não disponho. Jamais podemos considerar em seu conjunto as condições desta formação primeira; jamais podemos representarmo-nos o agregado primitivo dos pensamentos, dos sentimentos, das vontades, da inumeráveis forças psíquicas, morais, físicas, que se entrecruzaram, se confundem, se penetram e se fundem para compor uma individualidade. (Ibid.:39)

Será preciso remontar o encadeamento lógico dos estados sucessivos que motivaram a ação para extrair dela seu segredo. Neste processo, o ato em si importa pouco para a defesa social, uma vez que, no fundo, não reflete outra coisa que “a aparição momentânea das paixões na superfície do mundo, a explosão efêmera do desejo criminoso”. Todavia, deste momento de lampejo é preciso refazer o elo das “energias longínquas, cujas vibrações se propagam como os raios luminosos que em noite estrelada ferem o olhar mesmo após ter-se extinguido o astro dos quais emanam.” (Ibid.:40) O problema, agora mais complexo, é menos a repressão dos atos e mais a contenção dos riscos. Um juiz que condenasse uma dona de casa por ter infringido as prescrições sobre a conservação da via pública, diz Prins, certamente asseguraria a limpeza e a livre circulação das ruas; todavia, o faria “sem investigar se essa mulher é excêntrica, negligente, indisciplinada ou rebelde e se age intencionalmente ou não.” (Ibid.:60)

A escola jurídica da Defesa Social tornou possível o restabelecimento do Direito sem a exigência de provar a culpa, colocando em prática o que certamente foi uma das invenções mais importante das sociedades de controle (ou sociedades de segurança, segundo Foucault). Desde o século XVIII Foucault (2000) mostrou que fábrica e cárcere foram duas instituições permeáveis uma à outra pela disciplina dos corpos, distribuição espacial, controle e composição das forças. Mas ocorre, neste começo do século XIX, uma outra simbiose que estaria destinada a perdurar até nossa atualidade: a noção de risco. Prins percebeu como a legislação bismarckiana em matéria de acidentes de trabalho fez nascer a



Neamp

idéia de *risco profissional*. Trava-se não de estabelecer a culpa do patrão ou do operário: bastava comprovar o acidente para que a lei regulasse imediatamente o cálculo de uma indenização. Esta técnica securitária transferida do direito trabalhista para o direito civil substituiu, no novo direito civil alemão, a teoria da *Culpahaftung* pela teoria da *Causahaftung* (cf. PRINS, 1910:63). A técnica securitária no direito trabalhista buscou cessar a violência dos conflitos entre patrões e operários. O sistema de seguros colocado em funcionamento apresentava a exigência dos direitos independente da reorganização da sociedade, tornando suficiente a reparação dos sofrimentos ocasionais.

O operário acidentado, doente ou desempregado não exigia mais justiça diante dos tribunais ou em praça pública. Fará valer seus direitos perante instâncias administrativas que, após examinarem o fundamento da sua demanda, lhe paga indenizações predeterminadas. Não é proclamando a injustiça da sua condição que o operário poderá beneficiar-se do direito social, mas na qualidade de membro da sociedade, na medida em que ela garante a solidariedade de todos (DONZELOT, 1994:138).

Já no âmbito do direito penal, a noção de risco encontrou uma aplicação igualmente profícua: torna-se o novo ângulo pelo qual passa a ser considerada a individualidade moral do culpado. Constitui um fato, dizia Lombroso, a existência em toda sociedade de certos indivíduos com necessidade de admirar e entusiasmar-se pelo martírio, e de se fazerem mártir; eles possuem um certo gosto pela perseguição e acreditam-se vítimas da prepotência e malvadeza humana.

Escolhem seu partido político a revelia dos perigos que esse representa, como certos alpinistas escolhem para escalada a montanha cujos precipícios são os mais profundos e os cumes mais inacessíveis. Para eles não existe melhor excitação do que as teorias anarquistas (...). E nada é mais perigoso que dar as suas fantasias um cadáver justicado. Vaillant condenado se torna mártir; a sua tumba é lugar de peregrinação contínua; a lenda começa, cresce, floresce, alimentada por uma chuva de sangue (LOMBROSO, 1998:95-96).⁴⁰

Esta disposição explica como a anarquia, que antes recrutava os seus “heróis” entre os candidatos à galera, hoje os encontra entre os indivíduos honestos. De Ravachol, que dinamitava em silêncio e na discrição para garantir a possibilidade de partir em fuga,

40 Após ser guilhotinado em 05 de fevereiro de 1894, aos 33 anos, a tumba de Auguste Vaillant no cemitério de Ivry foi local de grande peregrinação, desaparecendo sob as flores. Uma mensagem, deixada entre as folhas de uma palmeira, dizia: “Porque fizeram beber a terra / Na hora do Sol nascente / Rosado, augusto e salutar / As santas gotas do teu sangue / Sob as folhas desta palma / Que te oferece o direito ultrajado / Dormes teu sono soberbo e calmo / Ò mártir!... Tu serás vingado” (MAITRON, 1975:235).



Neamp

chega-se a Vaillant e Henry que atiram pessoalmente suas bombas com a absoluta certeza de serem presos; ou Caserio que serve-se do punhal em condições que lhe era impossível fugir da guilhotina. Enfim, “do homem que comete o atentado, diremos assim, anônimo, chegamos ao homem que friamente dá sua vida àquela de um homem odiado, e comete o atentado sabendo de antemão que sua cabeça está naquele momento perdida.” (Ibid.:97). Quanto maior o “fanatismo político” e a honestidade do autor do atentado, mais este se torna indiferente às conseqüências do seu ato. Tomará gosto pelo sacrifício e cometerá o seu delito a todo custo. Assim, a pólvora, o fogo e a guilhotina de nada adiantam contra a “hidra anarquista”, pelo contrário, aumentam pela excitação aos perigos e ao martírio o vigor de seus “fanáticos”. Seria preciso usar da *astúcia* e da *habilidade*, nunca excitando contra si mesmos propósitos violentos, mas sempre procurando usar nas relações de política interna, e sempre mais que se possa, a *força moral*: sensatez, calma e frieza, “sem recorrer cegamente, tão logo o perigo se mostre, ao terror e à guilhotina que produzem os mártires e excitam no partido que se quer destruir o espírito de luta e de resistência” (Ibid.:100).

Foi este princípio de diferenciação reivindicado pela escola da defesa social que permitiu ao direito penal ampliar o problema repressivo. Ocupa-se da natureza do indivíduo, não da cota de vontade que intervém no seu ato ou da quantidade de punição correspondente, com o objetivo de conjugar “severidade e benevolência na medida concreta da necessidade social; medida concreta, por sua vez, que se relaciona com o estado psíquico permanente do delinqüente.” (PRINS, 1910:71) Foi essa justa medida que indicou as vantagens políticas dos manicômios. O envio para lá “dos epiléticos ou histéricos seria uma medida mais prática, especialmente na França onde o ridículo assassina. Por que os mártires são venerados; dos loucos se ri – e um homem ridículo não é jamais perigoso” (LOMBROSO, 1998:100).

O anarquista é o sujeito sobre o qual foi constituído o discurso do monstro político e do anormal no final do século XIX e começo do século XX, por uma razão bem fácil de apreender. Ao estabelecer a diferenciação entre os reformadores sociais, a psiquiatria afirmou que “os anarquistas não sonham nem em melhorar nem em reformar; sonham em destruir; enquanto as outras escolas propõem um ideal social mais ou menos



Neamp

realizável, os anarquistas ignoram absolutamente aquilo que propõem fazer: o que querem é destruir, e destruir por todos os meios possíveis, o roubo, a pilhagem, o assassinato, o incêndio” (BÉRARD, 1892:616). E a partir disso conclui: “todos os crimes de direito comum erigidos em sistema de combate, eis a anarquia!” (Ibid.:625), “nada mais que a revolta de bandidos de direito comum contra a lei” (Ibid.:630). Entretanto, não se trata de qualquer criminoso, mas do *criminel fin-de-siècle* que lança mão das descobertas da química moderna – pistola, dinamite, nitroglicerina – e assassina em nome dos ideais da modernidade – solidariedade, liberdade, igualdade. Este indivíduo incapaz de se integrar ao recente mundo industrial, que odeia a moral, renega as leis, comporta-se de maneira extravagante, exagerada e desequilibrada, foi seu caráter moralmente mórbido e degenerado que se tornou necessário observar e estudar numa riqueza de detalhes e minúcias. Foi preciso revelar nessa personagem a natureza do crime e o fundo de suas condutas criminosas, e para isso desenvolveu-se e se estabeleceu sobre uma população de operários, sobre essa “fezes da miséria européia” (BARBOSA, 1933a:55), desse “viveiro da epilepsia e do histerismo” (BARBOSA, 1933c:80), toda uma observação próxima e meticulosa, todo um policiamento exaustivo.

Mas seria um erro ver nisso simplesmente repressão: toda uma tecnologia de governo das condutas pôde emergir a partir precisamente da figura exorbitante do anormal.

Degenerados, insuficientes, incompletos, anormais profundos, mostram-se como perigosos quando convertem-se em criminosos. Porém, mesmo fora da criminalidade constituem uma ameaça para si mesmos e os demais, visto que entregues as suas próprias forças são incapazes de seguir uma vida regular e tornam-se tanto mais inquietos quanto mais jovens são e mais abandonados estão. O Estado não pode ficar indiferente em relação a eles e deixa-os à iniciativa privada. Ainda nesta esfera é obrigado a garantir a ordem social. Então, a defesa social se manifesta na sua forma mais elevada e mais fecunda: já não é a repressão, é a proteção e a assistência. (PRINS, 1910:73)

O anarquista *criminelle fin-de-siècle* constituiu o objeto pelo qual o discurso psiquiátrico efetuou um processo de diferenciação na economia das condutas da população operária que produziu novas técnicas de governo. Introduziu, certamente, efeitos negativos de exclusão como a expulsão em massa de estrangeiros; mas produziu igualmente efeitos positivos de inclusão da população operária no interior de diversos



Neamp

mecanismos de controle e que ainda são os nossos.

Referências Bibliográficas

AVELINO, Nildo (2008). *Anarquismos e governamentalidade*. São Paulo, 400f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Política), Pontifícia Universidade Católica.

BARBOSA, Rui (1933a). "O perigo anarquista". In: _____. *O divórcio e o anarquismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 55-60.

_____ (1933b). "Reprimir, mas prevenir". In: _____. *O divórcio e o anarquismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 67-72.

_____ (1933c). "Por uma vez". In: _____. *O divórcio e o anarquismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 73-81.

_____ (1933d). "As conferências antianarquistas". In: _____. *O divórcio e o anarquismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, pp. 83-88.

BÉRARD, Alexandre (1892). "Les Hommes et les Théories de l'Anarchie". In: BOURNET, A. et al (org.). *Archives de l'Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales, tome septième*. Paris: G. Masson, pp. 609-636.

DONZELOT, Jacques (1994). *L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Éditions du Seuil.

FOUCAULT, Michel (2000). *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*. 22ª ed., tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes.

_____ (2001). *Dits et écrits, vol. II: 1976-1988*. Paris: Gallimard.

_____ (2002). *Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

_____ (2004). "A evolução da noção de 'indivíduo perigoso' na Psiquiatria Legal do século XIX". In: MOTTA, Manuel Barros da (org.). *Ditos e escritos vol. V: ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, pp.1-25.

JENSEN, Richard Bach (1981). "The International Anti-Anarchist Conference of 1898 and the Origins of Interpol". In: *Journal of Contemporary History*, Londres, vol. 16, n. 2, abril, pp. 323-347.

_____ (2004). "Daggers, rifles and dynamite: Anarchist Terrorism in nineteenth century Europe". In: *Terrorism and Political Violence*, Londres, vol. 16, n. 1, primavera, pp. 116-153.

LOMBROSO, Cesare (1998). *Gli anarchici – psicopatologia criminale d'un ideale politico*. Milão: Claudio Gallone Editore.

MAITRON, Jean (1975). *Le mouvement anarchiste en France, vol. I: des origines à 1914*. Paris: Gallimard.

MANTOVANI, Alice (1988). Errico Malatesta e la crise di fine secolo. Dal processo di Ancona al regicidio. Milão, 275f. Tese (Laurea), Università degli Studi di Milano, Facoltà di Lettere e Filosofia.

MASINI, Pier Carlo (1981). *Storia degli anarchici italiani nell'epoca degli attentati*. Milão: Rizzoli Editore.



Neamp

- PETACCO, Arrigo (2000). *L'anarchico che venne dall'america: storia di Gaetano Bresci e del complotto per uccidere Umberto I*. Milão: Mondadori Editore.
- PORTER, Bernard (1987). *The Origins of the Vigilant State. The London Metropolitan Police Special Branch before the First World War*. Londres: The Boydell Press.
- PRINS, Adolphe (1910). *La défense sociale et les transformations du droit pénal*. Bruxelles: Misch et Thron.
- RÉGIS, Emmanuel (1890). "Les régicides dans l'histoire et dans le présent. Étude médico-psychologique". In: BOURNET, A. et al (org.). *Archives de l'Anthropologie Criminelle et des Sciences Pénales, tome cinquième*. Paris: G. Masson, pp. 5-34.
- VENÉ, Gian Franco (1973). "Il braccio della legge contro gli anarchici". In: *Storia Illustrata*, Milão, n° 191, pp.147-154.



Neamp

Novos Estabelecidos, novos Outsiders?

Marcello Rollemberg*

Resumo: A recente decisão do STF pela não obrigatoriedade do diploma de jornalismo pode levar a uma reflexão sobre o próprio fazer jornalístico e de como esta decisão pode realocar social e culturalmente uma categoria profissional. O texto não pretende discutir as razões que levaram os ministros do STF a tal decisão, mas sim refletir, a partir dessa determinação, a própria prática jornalística, além de procurar oferecer uma discussão acerca da função dos cursos de comunicação e o possível novo posicionamento de profissionais formados e não formados.

Palavras-chave: Jornalismo, conhecimento, informação, profissionalismo, ensino

Abstract: The intention of this article is offer a reflection about the recent decision of the STF wich claims for the non-obrigatority of the use of a graduate degree for the profisional activity as journalist. The reason why about this decision Will not discuss in this article but the consequences of it on the practice of the journalism itself. Nevertheless, this artele Will provide a discuss about the colleges of Communication in Brazil and a possible new professional arrangement among categories of graduate and non-graduates journalists.

Introdução

Os cursos universitários de jornalismo têm mais de meio século de existência, mas foi só a partir do decreto-lei 972 de 1969 que a profissão se viu regulamentada e seu exercício facultado apenas àqueles que apresentassem diploma da profissão. Para muitos contrários a tal medida, essa decisão – engendrada nos salões acarpetados e plúmbeos do Regime Militar – tinha como objetivo afastar da profissão intelectuais de esquerda que porventura desejassem se expressar em algum meio de comunicação. Por mais excludente que pudesse ser o decreto-lei, ele acabou por formalizar, por assim dizer, uma categoria profissional historicamente heterogênea.

* **Jornalista** escritor, mestre e doutorando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. É professor do Centro Universitário FIEO e diretor de redação do Jornal da USP. Artigo escrito sob orientação da Prof^a Dr^a Mayra Rodrigues Gomes e Rosana Soares ECA/ USP



Neamp

O decreto de 1969 também possibilitou, por caminhos inicialmente tortuosos, a valorização do curso de jornalismo e os estudos (tanto na graduação quanto na pós-graduação) nesse campo das ciências sociais aplicadas – como é categorizado juntos às agências de fomento à pesquisa. Dessa forma, pôde-se sedimentar um campo que nasceu multi e interdisciplinar e que se manteve assim ao longo de décadas por necessidade profissional e exigência acadêmica. Este artigo pretende discutir justamente o quanto esses dois campos – o profissional e o acadêmico – se tangenciam e se tocam e como o fazer jornalístico, na prática, é devedor desses parâmetros, não sendo, como podem acreditar os defensores da queda do diploma, atividade eminentemente empírica, pautada apenas na experimentação cotidiana, e que pode ser praticada por outros profissionais eivados de boas idéias. Ou que, como afirmou o ministro Carlos Ayres Britto em seu voto, pode ser exercido “pelos que optam por se profissionalizar na carreira ou por aqueles que apenas têm ‘intimidade com a palavra’ ou ‘olho clínico’”. Pensar de acordo com Ayres Brito pode ser um caminho arriscado para se criar uma nova categorização para os profissionais da área, divididos – numa paráfrase a Elias e Scotson – numa nova vertente de “estabelecidos” e “outsiders”, sem que possamos distinguir claramente quem seria um ou quem seria o outro.

A Contemporaneidade e o Fazer Jornalístico

Não foi dito diretamente, mas muito da decisão do Supremo Tribunal Federal se baseou na utilização cada vez mais freqüente das chamadas novas mídias – meios eletrônicos como internet, blogs, twitter e mesmo imagens enviadas por celulares – como forma de transmitir algum tipo de informação. Assistiu-se recentemente, durante as manifestações que eclodiram no Irã após as eleições presidenciais – como esses meios podem ter um forte efeito junto à sociedade e como conseguem driblar, por assim dizer, uma possibilidade de censura oficial. As novas mídias são acessíveis a qualquer um com conhecimento rudimentar de informática e alguma intenção na cabeça – seja ela boa ou má. Mas seria um equívoco confundir seu teor com jornalismo – pelo menos o jornalismo sério que pretende-se fazer na chamada grande imprensa. É como salientou Gay Talese,



Neamp

um dos criadores do *new journalism*, em entrevista à revista *Veja* (edição 2117, 17 de junho de 2009):

O apelo da internet é oferecer informação rápida. A internet é o fast-food da informação. É feita para quem quer atalho, poupar tempo, conclusões rápidas, prontas e empacotadas. Quem se informa pela internet, de modo assim estreito e limitado, pode ser muito bem sucedido, ganhar muito dinheiro, mas não terá uma visão ampla do mundo. Para piorar, surgiram esses blogs com blogueiros desqualificados, que apenas divulgam fofoca. (...) É gente que não apura nada, só faz barulho.

Talése toca em dois pontos fulcrais que envolvem o fazer jornalístico: a necessidade da apuração constante, sistemática e cuidadosa de um fato e a transmissão de informação (e também de conhecimento) resultante dessa apuração. Não apenas a notícia, o fato, mas uma história narrada, encadeada e apresentada em todas as suas dimensões. Em seu paroxismo, a reportagem, a essência do fazer jornalístico e talvez a interpretação mais extrema da mediação da sociedade, tarefa precípua do jornalista. Essa mediação e a conseqüente interpretação do fato narrado exigem sensibilidade e técnica jornalística (que é apresentada nos bancos universitários em várias disciplinas específicas e desenvolvida e aperfeiçoada na prática profissional), e também um olhar apurado sobre o objeto – mas não apenas um “olhar clínico”, como quis aludir de forma simplista o ministro Ayres Brito.

A título de comparação, poderíamos dizer que a notícia pode ser informação pura, seca, desprovida de contornos ou entrecos – que caberia na formatação de um lead e que é replicada pela internet, principalmente. Já a reportagem seria a informação com conhecimento, que, como afirma LAGE, é um estilo “menos rígido do que a notícia: varia com o veículo, o público, o assunto. Pode-se dispor as informações por ordem decrescente de importância, mas também narrar a história, como um conto ou fragmento de romance”.(1999, p.47) Nesse ponto, a reportagem poderia se aproximar daquilo proposto por Propp, contendo vários elementos da narrativa literária ou ficcional – mas tratando da realidade. Esse tipo de narrativa jornalística quando elevado ao seu grau mais extremo chama-se “grande reportagem” e tem em sua fundamentação o Jornalismo



Neamp

Literário – ou *new journalism*, como foi inicialmente batizado.

Essa prática jornalística, no entanto, tem perdido cada vez mais espaço com as formas rápidas e imediatistas de se transmitir uma informação ou uma notícia. A reportagem pode ser vista ainda como uma fuga da cobertura tradicional da imprensa, que busca novas formas de linguagem para a reportagem, que prevê um profundo entendimento daquilo que o ser humano representa para a atualidade, nas esferas comuns muitas vezes excluídas da cobertura da mídia. “De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha uma sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano” (MEDINA, 2003, p.42). Na imprensa escrita brasileira, atualmente, talvez apenas a revista *Piauí* invista consistentemente na prática da narrativa de não-ficção ou na grande reportagem, que “dê tempo aos repórteres para apurar e escrever”, como afirmou seu criador, o cineasta João Moreira Salles quando do lançamento da revista, em outubro de 2006.

O Mito da Objetividade

Existe no meio jornalístico – e também fora dele, como um caso incômodo de senso comum – a idéia de que o profissional de imprensa deve pautar-se sempre pela objetividade e isenção. Essa idéia é correta na teoria, mas deve ser constantemente praticada para que se torne real. Isso se dá porque o jornalista, como qualquer ser humano, é eivado de subjetividade e opiniões – e mesmo quando apura uma matéria, um fato, essa subjetividade pode aflorar, desde o momento em que ele escolhe o personagem X ou Y para entrevistar, quando edita as falas que coletou e quando escolhe a angulação que dará a seu texto. Este texto, sim, pode e deve ser objetivo, mas estará nutrido por toda a história pessoal de seu autor e por suas experiências. É desse aspecto subjetivo que falamos aqui e que não deve ser descartado quando se pensa no fazer jornalístico – ele é, por outro lado, balizado pela técnica e pelo conhecimento profissionais, para que não solape nem o texto nem a tão decantada isenção jornalística. Fica uma questão, que não necessariamente precisa ser respondida nesse artigo, mas que serve como um convite à reflexão: será que profissionais de outras áreas que possam enveredar pelo caminho



Neamp

jornalístico teriam esse discernimento acerca da dicotomia objetividade x subjetividade?

Outro aspecto que precisamos levar em consideração no jornalismo contemporâneo é quanto ao fato relatado, à reportagem apurada dentro do mundo sensível e possível. Parece óbvio pensar que o jornalista e os jornais não retratam *o mundo* e toda a sua realidade, mas sim retratam *um recorte de mundo e de realidade*. É esse recorte que é oferecido ao público – o que pode conter riscos que se devem evitar. É como afirma Barros Filho:

A realidade que conhecemos resulta da edição de mundo. Essa parte construída, reelaborada pelos “produtores” dos meios (empresários, profissionais de mídia, donos de aparatos tecnológicos, entre outros), pode ser, muitas vezes, tão pequena e tão plena de interpretações implícitas ou explícitas que se distancia extensamente do fato “narrado”, procurando atender aos objetivos tanto dos que detêm os meios de comunicação como, no afã de agradar ao público, atendê-lo no que lhe é caro: o espetáculo e a satisfação dos estereótipos morais ultrapassados. Esse processo metonímico – a parte pelo todo – acaba tendo a força de “verdade”, da “objetividade”, da totalidade. E desse modo esse “mundo todo” será reproduzido e se incorporará à história vivida. (BARROS FILHO, 2008, p. 7)

Desde muito cedo, o jornalista em formação é – poderíamos usar a expressão – “doutrinado” a conter arroubos e deitar sobre o fato apurado uma visão isenta e equidistante, procurando sempre ver todos os ângulos de seu tema. Ele é o tradutor das várias vozes dos atores sociais que compõem uma comunidade e deve, na medida do possível, homogeneizá-las para que sejam compreensíveis aos vários espectros de receptores. Dessa forma, deve-se cuidar quanto ao que Barros Filho chamou de “força de verdade” – o mundo jornalístico apresentado ao grande público é um outro retrato de mundo, o mundo possível (e passível) de ser divulgado e noticiado.

Estabelecidos e outsiders

Não seria presunção acreditar que esse mundo possível existe para o grande público a partir da visão do jornalista e dos veículos nos quais eles trabalham. E se esse profissional tem determinado papel social – para o bem e para o mal, consideremos assim



Neamp

–, há uma constante cobrança da sociedade pairando sobre ele. Esse profissional é visto, no senso comum da sociedade, não como indivíduo, mas sim como uma entidade – a “imprensa” ou a “mídia”. Se é divulgado um dado equivocando ou publicado um erro, não foi um jornalista que se equivocou ou errou: foi a “imprensa”. Claro que esse tipo de simplismo atinge também outras categorias profissionais, mas com relação à imprensa essa colocação parece ser contumaz – e muitas vezes até incentivada. O presidente Lula, em entrevista à revista *Piauí* (edição 28, janeiro de 2009), disse que a imprensa lhe dava “azia” e que não lia jornais. A explicação: “Um homem que conversa com o tanto de pessoas que eu converso por dia deve ter uns trinta jornais na cabeça”. Nesse ponto talvez caiba um questionamento simbólico: se já há tanta cobrança por parte de todas as hostes da sociedade sobre uma determinada categoria profissional, como ela ficará agora que seu diploma não é mais necessário, abrindo-se espaço para que profissionais de outras áreas a exerçam? Pode-se estar constituindo-se, assim, uma nova qualificação, na qual são contrapostos “jornalistas estabelecidos” (aqueles diplomados) e “jornalistas outsiders”, aqueles que vêm de outra formação profissional. Reflitamos a respeito disso.

Segundo Elias e Scotson, a distinção entre estabelecidos e outsiders – a partir do estudo e descrição de uma comunidade de periferia urbana relacionando um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residente – se dava quando o “grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles [os outsiders] e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano” (2000, p.19). Pela análise dos autores, os integrantes do primeiro grupo consideravam que faltava ao segundo grupo o “carisma grupal distintivo que o grupo dominante atribuía a si mesmo” (op.cit.).

A partir desse raciocínio e procurando fazer uma ilação com a possível nova situação profissional que se apresenta aos jornalistas com a não-obrigatoriedade do diploma, poderíamos dizer que tal situação pode vir a criar uma categorização sócio-profissional semelhante àquela aludida por Elias e Scotson: um grupo – o de jornalistas formados ou em processo de formação acadêmica e profissional – cerra fileiras contra um outro grupo, mais novo dentro do quadro profissional, o de possíveis jornalistas sem a “distinção” do diploma específico, mas sim com algum outro diploma de curso superior ou mesmo sem ele.



Neamp

A reação que partiu dos “estabelecidos” na profissão de jornalista quando da decisão do Supremo Tribunal Federal pode muito se assemelhar àquela de estabelecidos em uma comunidade, como referendaram os autores: indignação e intenção de diminuir a capacidade do outro (possível) recém-chegado a esse mercado profissional, por natureza excludente e egocêntrico. Passou-se a discutir não mais apenas a decisão do STF, mas sim a capacidade intelectual e profissional daqueles que porventura quisessem exercer a profissão de jornalista sem terem, necessariamente, frequentado os bancos universitários de uma escola de Comunicação Social.

Como já pudemos observar ao longo desse artigo, a formação profissional e acadêmica para um jornalista – assim como para outras categorias – é essencial, não pelo que ela possa oferecer de titulação, mas sim pelo ensino de práticas, técnicas e teorias acerca do fazer jornalístico que são inerentes à profissão e que não devem (ou não podem) ser simplesmente apreendidas de forma empírica ou cotidiana. Acredita-se que haja a necessidade de uma base bem sedimentada para tal prática. Isso, no entanto, não exclui que outros profissionais possam – como aludiu a decisão do STF – expor suas idéias, opiniões e conhecimentos específicos em um texto publicado em jornal ou revista ou divulgado por algum meio de comunicação eletrônico. Mas a isso não poderíamos chamar “jornalismo” *in totum*, posto que na categorização jornalística estaria mais próximo de uma coluna – artigo, ensaio –, com teor opinativo e não necessariamente inserido nos padrões de reportagens e apuração. Há distinções nesses fazeres, o que não foi levado em conta até agora – pelo menos não seriamente – nessa discussão. A liberdade de expressão está garantida. O que não parece estar é a discussão quanto à prática profissional formal e o ônus e o bônus inerentes a ela.

Por isso esse risco de categorização social entre “estabelecidos” e “outsiders”. Para os que defendem a decisão do STF, atribui-se a noção – não de toda equivocada – que a formação do jornalista é generalista e que um profissional de outra área se incumbiria melhor de determinada tarefa mais próxima de sua área de conhecimento. Esquecem-se, contudo, que a função do jornalista não é exatamente *saber sobre o que está escrevendo*, mas sim *saber perguntar* a especialista sobre o tema abordado e bem escrever e explicar a respeito dele. Mas nesse contexto o jornalista formado – como categorias –



Neamp

pode acabar por se sentir ameaçado, e busca soluções, como de fato aconteceu num primeiro momento.

O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria dos “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”. (ELIAS;SCOTSON. 2000, p. 23)

Esse posicionamento, contudo, pode eclipsar um outra discussão, mais pertinente: a qualidade dos cursos de comunicação no País e a demanda por especialização dos profissionais formados por esses cursos. A título de reflexão, podemos acreditar que os cursos de jornalismo apenas na cidade de São Paulo coloquem no mercado cerca de 500 novos profissionais por semestre. Parece óbvio acreditar que esse mesmo mercado não tem condições de assimilar tal número de novos profissionais, muitos deles tendo a apresentar como qualificação apenas o diploma. Com a quebra da necessidade da formação acadêmica e do próprio diploma, o mercado se verá ainda mais afetado pela concorrência profissional de outros – os, como apresentamos, outsiders. Assim, antes de uma defesa corporativista – o que parece ter se dar nesse momento e cuja intenção deste texto é oposta – os jornalistas “estabelecidos” (novos e já veteranos) poderiam pensar, sim, em uma nova reclassificação de sua carreira profissional e em um novo dimensionamento, procurando inverter a mão da situação que se configura atual. Ou seja, ao invés da segregação e do maniqueísmo entre “bons” e “ruins”, qualificados e não-qualificados, deveria haver uma tendência para o crescimento e enriquecimento profissional. É sabido que o mercado, como afirma o senso comum, cuida e acolhe os bons profissionais. Mas esse mercado também precisa que o ajudem nessa seleção natural das espécies bem qualificadas.



Neamp

Conclusão

Este artigo, como afirmamos há pouco, não tem a intenção de ser corporativista e de defender uma categoria profissional. Sua intenção foi a de procurar lançar luzes sobre uma discussão que ainda se apresenta tibia e por demais maniqueísta e estigmatizada. Por mais que o ministro Gilmar Mendes acredite que o fazer jornalístico e como o fazer culinário – que se aprende na prática e na estética da tentativa-erro –, a discussão é bem distinta. E deve ser levada a contento por todas as partes envolvidas. O risco de uma categorização entre “estabelecidos” e “outsiders” é real, mas não pode ser fomentada, por mais que pareça já estar em andamento. Esse é um momento seminal para que o jornalista profissional reflita sobre sua própria carreira e formação – sem ter que procurar no outro o vilão que pode lhe roubar o quinhão de poder que ele acredita sustentar.

Referências bibliográficas

- BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na Comunicação*. São Paulo: Summus Editorial. 2008
- CONTI, Mario Sérgio. “Azia, ou o Dia da Caça”. *Piauí*, Rio de Janeiro, Edição 28, jan.2009, p. 18-20.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Estabelecidos e outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000
- LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Ática, 1999
- MEDINA, Cremilda. *A Arte de Tecer o Presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus Editorial. 2003.
- REVISTA VEJA, “A Crise é dos Jornais – e Não do Jornalismo”. São Paulo, edição 2117, 17 de jun. 2009



Neamp

Governos democráticos e as vítimas da luta pela terra

Artur Zimerman*

Resumo: Registros existentes demonstram que durante os diversos governos democráticos pós-1985 morreram mais camponeses, vítimas de disputas por terras do que no período de governos autoritários. Queremos, portanto, evidenciar as políticas de cada governo democrático referente à questão da terra e as várias dimensões dessa problemática. Adicionalmente, sistematizaremos os dados sobre as vítimas camponesas por categoria, e município, acreditando contribuir para uma melhor compreensão dos fatos.

Palavras-chave: Governos democráticos, vítimas camponesas, disputas por terra.

Abstract: Existing available data confirms that peasants' agrarian deaths in the redemocratization period (post-1985) surpassed the number of agrarian victims in the authoritarian regime. In this paper, we've tried to show the democratic governments policies concerning the land issue and its multiple dimensions. Additionally, we'll systematize the data on the peasants victims by categories, and municipalities. In that way, we hope to contribute to a better understanding of facts.

Key-Words : Democratic governments, peasants victims, land disputes.

I. A TERRA E OS GOVERNOS DEMOCRÁTICOS

Atualmente, no Brasil, existem 2,5 milhões de camponeses sem-terra (VEIGA 2003)⁴¹, além dos pequenos proprietários⁴² que somam cerca de 4 milhões de produtores familiares (GRAZIANO 1999, p.23), os quais têm que buscar fontes adicionais de sustento que nem sempre estão disponíveis. Apesar disso, foram assentadas até o momento um pouco mais de um milhão de famílias entre 1985 e 2006⁴³ e o crédito rural é insuficiente e, de fato, beneficia

* professor da Universidade Federal do ABC doutorado pelo Departamento de Ciência Política da USP em estudo sobre os determinantes agrários da guerra civil. O presente texto é parte dos estudos realizados durante seu pós-doutorado, no mesmo departamento da USP, tratando da violência agrária no Brasil, com abordagem quantitativa. artur@ufabc.edu.br

⁴¹ Há discordância em relação a esse número. O MST aponta para 4.8 milhões de sem-terra no Brasil (PEREIRA 2003), e outros autores para 5 milhões (CARVALHO FILHO e MENDONÇA, 2007).

⁴² Estes quase que não são representados, diferente dos sem-terra que tem a mídia a seu dispor e recebem uma série de benefícios (GRAZIANO 1999).

⁴³ De acordo aos números oficiais dos diferentes governos democráticos, desde o governo Sarney até o final do primeiro mandato de Lula. Porém, autores divergem sobre esse número. Leite *et alli*, por exemplo, (2004,



Neamp

poucos camponeses. Nessas condições, não há muitas alternativas aos agricultores para que continuem a exercer suas funções⁴⁴.

A violência no campo seria uma consequência do conflito entre os que buscam condições mínimas de sobrevivência no meio rural e os que possuem largas extensões de terra, contanto que existam mecanismos de organização dos interesses desse setor, como lideranças, sindicatos, movimentos sociais e similares. Com o término da ditadura militar ficou mais fácil se organizar, pois há maior liberdade política e menor controle, que é característico de um estado autoritário.

A abertura política com a redemocratização permitiu a articulação entre os movimentos sociais e entidades de defesa dos trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e várias outras Organizações Não-Governamentais (ONGs). Do lado oposto, estão as entidades de classe dos ruralistas que dizem defender a propriedade privada e se posicionam contra as invasões de terra, como a União Democrática Ruralista (UDR).

Provavelmente, essa abertura possibilitou que as mortes agrárias na redemocratização (1985-2005) ultrapasassem em muito as do período ditatorial (1964-1984), representando 62 e 38 por cento de todas as mortes agrárias entre 1964-2005, respectivamente⁴⁵.

O governo democrático pode tanto prevenir a ocorrência de confronto entre camponeses e grandes proprietários de terra com políticas públicas adequadas, como também se posicionar a favor de um dos lados ou até mesmo não interferir. A eclosão da violência depende, em parte, de ações ou inações governamentais.

Após duas décadas de autoritarismo, o governo Sarney (1985 – 1990) colocou a reforma agrária na agenda, resgatando do Estatuto da Terra⁴⁶ a desapropriação como

p.11) afirmam que os assentados formam a metade dos números oficiais, ou seja, cerca de 500 mil famílias (apesar desse número não abranger o governo Lula, o qual acrescentou centenas de milhares de famílias no primeiro mandato, de acordo aos dados oficiais).

⁴⁴ Uma possibilidade seria a migração às cidades, geralmente localizadas em regiões mais prósperas do país, como sudeste e sul.

⁴⁵ O período do regime militar é baseado em dados do MST (1986) e os dados do período de redemocratização baseiam-se na CPT (1985-2005). Por falta de dados confiáveis, principalmente no período militar, devemos ter cautela com os números apresentados.

⁴⁶ O Estatuto da Terra foi criado pela lei 4.504, de 30/11/1964, pelo regime militar que acabava de ser instalado no país. Sua criação era a estratégia utilizada pelos governantes para apaziguar os camponeses e



Neamp

instrumento de sua política governamental. Acreditava que isso seria a solução para o problema da violência no campo e se comprometeu com o assentamento de 1.4 milhão de famílias, meta muito superior ao realizado durante essa gestão (apenas 82.689 famílias, de acordo aos dados oficiais), graças à forte pressão do *lobby* ruralista.

A iniciativa governamental enfrentou a oposição dos proprietários rurais que, por sua vez, formaram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, justamente para se opor ao programa de reforma agrária. Não foi coincidência a criação dessa entidade apenas poucos dias após a divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), comandada por Caiado e disposta a representar a classe ruralista, inclusive no Congresso Nacional. A nova agenda dos grandes proprietários demarcou suas prioridades. Dois principais traços marcam os grupos dominantes no campo: a defesa da propriedade como direito absoluto e o recurso à violência pra assegurá-la (BRUNO 2003, p.285).

Em 1987, o presidente da UDR admitiu que o grupo havia comprado 4 mil armas e que já tinham mais de 70 mil armas ao todo (Human Rights Watch 1991, p.30). As condições para um alto índice de violência agrária estavam dadas. De um lado, camponeses dispostos a tomar posse à força de terras que não lhes pertenciam. De outro, grandes proprietários que se armavam e contratavam pistoleiros para a defesa de suas terras que nem sempre eram legítimas, com títulos verdadeiros. No meio, a polícia e o exército que, muitas vezes, utilizavam de força desnecessária.

Como se não bastasse, “... há justificção legal tanto para os invasores de terra como para os donos dessas terras: enquanto a constituição informalmente legitima as invasões, o código civil justifica a resistência dos grandes fazendeiros na tentativa de evacuar os ocupantes. De um lado, o INCRA advoga em favor dos camponeses e, de outro, as cortes se valem das leis que permitem a reintegração de posse. Como não há instituição que determina qual tipo de reivindicação deve prevalecer sobre o outro, o resultado é a ocorrência de conflitos rurais” (ALSTON *et alli* 1999, p.137). Os processos jurídicos e legais são demorados e onerosos⁴⁷ e, quando não resolvidos pela força bruta antes mesmo de acionar a justiça, a

tranqüilizar os grandes proprietários de terra. Suas metas eram basicamente duas: (1) a execução de uma reforma agrária e (2) o desenvolvimento da agricultura. Após mais de 4 décadas de sua criação, o Estatuto da Terra conseguiu executar apenas a segunda meta, não levando a cabo uma reforma agrária séria, que redistribuísse terra aos que mais necessitavam.

⁴⁷ O proprietário, antes de pedir na justiça o pedido de reintegração de posse, tentará tirar de suas terras por



Neamp

tensão das audiências e a complexidade do sistema legal podem servir como estímulo a mais violência por parte de ambos os lados.

Na verdade, os dois lados se servem da violência: enquanto os grandes proprietários tentam tirar invasores/ocupantes de suas terras, estes últimos entram em choque para que as instituições intercedam e iniciem o processo de expropriação das terras em litígio. Portanto, a violência é necessária para que os dois lados atinjam seus objetivos. Esse é um modelo causador de violência. A criação de leis agrárias e políticas públicas claras e direcionadas se fazem necessárias. A aquisição de títulos de terra em muitas regiões do país chega a ser tão fraudulenta que a propriedade, em geral, passa a ser questionada, tendo como reação a posse da terra, ao invés do título.

O sistema legal brasileiro, no que se refere à terra, promove o conflito e não sua resolução, pois ele fixa termos que fazem da invasão um ato legal (HOLSTON 1991, p.695). A diferença atual em relação a épocas passadas é que agora o pobre participa do sistema judiciário no qual anteriormente ele era excluído. Porém, isso não ocorre porque a lei se tornou menos desigual, mas por que os pobres aprenderam, por meio de disputas de terras, como utilizar as complicações legais como uma vantagem em seu benefício. No presente, o sistema legal se transformou, não por causa de uma reforma do judiciário, mas pelo surgimento e força que os movimentos sociais adquiriram após a transição democrática (HOLSTON 1991, p.722). A ação coletiva, que ganhou espaço devido à atuação de muitos movimentos sociais, criou uma consciência do 'direito de ter direitos', o que transforma os pobres no Brasil em estrategistas legais, com certa frequência, utilizando as complicações da lei em benefício próprio.

A ocupação da terra é atualmente a principal estratégia do movimento camponês na luta pelo acesso a (mais) terra. “Assim, os camponeses sem-terra [e parte dos pequenos proprietários que não possuem terra suficiente para sua subsistência] pressionam o Estado a dar respostas imediatas para a resolução dos conflitos fundiários e implantar projetos de assentamentos rurais” (FELICIANO 2003, p.73), mesmo que haja um impedimento legal com relação à desapropriação de terra invadida.

O governo Collor e (seu sucessor após o *impeachment*) Itamar Franco assentaram

outros meios que não os legais, pois o pedido judicial é caro. Em 1996, no Pará, ele custava cerca de US\$5.000 (ALSTON *et. alli.* 2000).



Neamp

apenas 35.600 famílias (1990 – 1994). A demanda por terra era muito superior aos números irrisórios que o estado brasileiro proporcionava. Somente no governo Fernando Henrique esse número cresceu bastante e registrou o assentamento de 584.655 famílias nos dois mandatos que exerceu⁴⁸ (1995 – 2002). No primeiro mandato do governo Lula (2003 – 2006) foram assentadas cerca de 380 mil famílias, de acordo ao MDA e INCRA⁴⁹.

Tabela 1: Quantidade de famílias assentadas nos governos democráticos, 1985 – 2006.

Governos	Número de famílias assentadas	Média de famílias assentadas/ano
Sarney (1985-1990)	82.689	16.538
Collor/Franco (1991-1994)	35.600	8.900
FHC (1995-2002)	584.655	73.082
Lula (2003-2006)	380.000	95.000
Total (1985-2006)	1.082.944	48.380

Fonte: Ministérios que se encarregavam da reforma agrária nos diversos governos.

Apesar do crescimento abrupto de assentamentos a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, há investigadores que discordam da concretização de melhorias em prol dos camponeses e afirmam que os maiores beneficiários foram as oligarquias históricas (com incentivos à exportação de alimentos, concessão de créditos, etc.), e que o estado arca com o ônus, mas o bônus é distribuído às classes dominantes, sendo que as migalhas que sobram vai às classes subalternas no campo (PEREIRA 2003). De opinião contrária, outros autores, como José de Souza Martins, afirmam que o governo Fernando Henrique realizou mudanças inovadoras, quebrando a antiga história de poder e oligarquia (PEREIRA 2003). De qualquer maneira, os números de assentamentos cresceram drasticamente a partir do governo Fernando Henrique até o governo Lula.

Em 25 de fevereiro de 1993, entrou em vigor a Lei nº 8629, que define os critérios de produtividade de terras e estabelece o procedimento de desapropriação das terras que não

⁴⁸ Esses são os números oficiais, porém, eles contabilizam assentados atendidos por Estados e municípios, áreas sem nenhuma infra-estrutura, “assentados” que ainda não estão nas terras, além de pessoas que vivem há décadas no mesmo local.

⁴⁹ Apesar disso, movimentos como o MST discordam dos números apresentados e dos valores investidos que foram divulgados – cerca de 4 bilhões de reais para a obtenção de terras (Barbieri 2007, em entrevista).



Neamp

atendem ao princípio da função social da propriedade. Desta forma, as terras são inicialmente avaliadas pelo INCRA. Se este órgão entende que a terra é suscetível de desapropriação, iniciam-se os processos administrativos de notificação, de indenização e, finalmente, de desapropriação. Portanto, a partir de 1993, com a aprovação dessa lei, as invasões ocorreram em maior proporção do que até então. Antes, a desapropriação era mais difícil e desmotivava a invasão. Essa mudança colocou ambos os lados em confronto direto e uma consequência disso foi o aumento de mortes agrárias.

A explicação da bibliografia existente no Brasil sobre o tema da violência agrária é a desigualdade fundiária (ALMEIDA 2000; GUANZIROLI *et alli.* 2001; INCRA 2001; KAY 2001; ROMERO 1998, TEIXEIRA 2006): os camponeses se apossam de terras como meio de protesto e manifestação, ferindo o direito à propriedade privada; os grandes fazendeiros contratam pistoleiros e bandos armados para defenderem a integridade de suas terras; em alguns casos há a intervenção da polícia e exército, inclusive com mandatos judiciais. O resultado é o confronto violento, acompanhado de mortes.

Essa é uma literatura mais voltada à discussão da reforma agrária do que ao estudo da violência propriamente dito (FELICIANO 2003; FELÍCIO 2006; GUANZIROLI *et alli.* 2001). A violência agrária é mencionada geralmente como resultado da reforma agrária fracassada, mas não o objeto central de análise.

O passo vagaroso com que a reforma agrária brasileira anda, mesmo sem rupturas no Estado, pode contribuir à falta de expectativa dos possíveis beneficiados, tornando-os mais radicais, organizando-se e invadindo/ocupando terras, acelerando a reação dos proprietários e da polícia. “As reformas agrárias que tiveram êxito [no mundo] foram rápidas, custaram pouco e beneficiaram milhões de famílias. A do Japão, por exemplo, praticamente confiscou as terras dos grandes proprietários, transferindo um terço da área agrícola do país a 4 milhões de famílias em apenas 21 meses. No Brasil de hoje, só é desapropriado quem quer e pode aguardar com calma a sentença judicial que lhe atribuirá uma indenização de valor escandaloso” (VEIGA 1996).

Por vezes, ocorre a “encomenda” de invasões por parte de alguns grandes proprietários que querem vender rapidamente lotes de suas terras a um preço acima do mercado, pressionando o governo a indenizar o grande fazendeiro pelo preço declarado, geralmente superior ao preço dessa *commodity*



Neamp

na região (ALSTON *et alli* 1999, p.140)⁵⁰. E isso à custa de vidas humanas.

Apesar da modernização técnica e crescimento da agricultura com o papel determinante do agronegócio, não houve mudança na estrutura agrária (INCRA 2005, p.38). Com mais liberdade política, há a permissão da mobilização coletiva dos camponeses, de um lado, e a contra-ofensiva dos donos de terra, de outro.

Aliás, os três fatores que possibilitaram a mobilização camponesa, e a conseqüente violência entre as partes foram:

a) Modernização da agricultura a partir do regime militar – o ‘milagre econômico’ fez com que o país crescesse rapidamente e a inflação caísse vertiginosamente. Porém, grande parte da população foi prejudicada, não conseguindo alcançar esse patamar de crescimento⁵¹ e tendo que se mudar para centros urbanos⁵². As escolas da teoria de conflitos concebem que a difícil situação dos camponeses os pressionou à resistência contra donos de imensas terras e contra o estado (PAIGE 1975, WOLF 1969, SCOTT 1976, MIGDAL 1974).

b) Livre ação de organizações religiosas na mobilização de camponeses, com a criação das comunidades eclesiais de base em regiões rurais que não estavam assistidas anteriormente (MAINWARING 1986). Elas começaram a servir as regiões rurais muito antes da abertura política para outras organizações (sindicatos *verdadeiramente* representativos e partidos políticos) com propósito de conscientizar os camponeses de seus direitos.

c) Oportunidade política por meio da transição ao regime democrático, com a tolerância de atuação de diversas ONGs representativas e sindicatos de categoria a defender seus membros. Até “os camponeses começaram a perder o medo de lutar contra o estado” (STEDILE 1997, p.70).

Enquanto que a modernização da agricultura fez o país crescer, a mudança na qualidade de vida afetou apenas as camadas mais abastadas da população, e a desigualdade de renda e de terras cresceu. A conscientização da situação desigual e da formação de resistência entre os mais pobres foi semeada por setores militantes da igreja

⁵⁰ Porém, essa não é uma prática corriqueira.

⁵¹ Enquanto nos anos 60 os 5 por cento mais ricos da população economicamente ativa ganhavam 28 por cento da renda total do país, em 1990 esse número aumentou para 36 por cento da renda total (SKIDMORE 1999, p.198).

⁵² Como a cidade de São Paulo, que praticamente triplicou entre os anos 60 a 80 (IBGE).



Neamp

católica, fomentada pela teoria da libertação de Leonardo Boff. No entanto, a colheita dessa sementeira, está sendo realizada por diversas ONGs e entidades de trabalhadores na agricultura, com a abertura política e a instauração do regime democrático no país. A ‘resistência’ é organizada e sua marca está na invasão de terras improdutivas, com a intenção de desapropriação e criação de assentamentos e unidades de agricultura familiar aos lavradores. Como pudemos observar, os defensores de uma reforma agrária extensiva vêm a lentidão da mesma, e tentam ‘apressá-la’ com as invasões de terras, que causa confrontos e mortes.

II. AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA AGRÁRIA NO PAÍS

Como não há dados sobre as vítimas fatais desse tipo de conflito do lado do grande proprietário (capangas, seguranças, familiares e agregados) e do estado (policiais⁵³, soldados, juízes), disponibilizaremos dados sobre as vítimas fatais do lado camponês e dos que os defendem, grupo onde ocorre a maior quantidade de mortes.

A seguir, podemos observar as diferentes profissões e/ou categorias das vítimas fatais⁵⁴, para identificar quais os grupos mais afetados dentre os camponeses e seus defensores.

Tabela 2: Quantidade de mortos⁵⁵ em conflitos de terra entre 1985 - 2005 por categoria/profissão.

Categoria/Profissão														Total de Mortes
Advo-gado, funcionalismo público	Assentado	Gari-mepeiro	Índio	Lide-rança	Outro	Pequeno arrendatário	Pequeno proprietário	Político	Pos-seiro	Religioso	Sindicalista	Trabalhador rural	Sem-Terra	
21 1,62%	61 4,71%	44 3,39%	70 5,40 %	62 4,78 %	63 4,86 %	19 1,47%	139 10,73%	6 0,46 %	343 26,47 %	10 0,77 %	81 6,25 %	204 15,7 %	173 13,35 %	1296 100%

Fonte: Baseado em dados da Comissão Pastoral da Terra (1985 – 2005).

Apesar de a mídia extra dimensionar a participação e a violência contra os sem-terra

⁵³ Há exceções, quando policiais recusam cumprir suas funções e acabam sendo vítimas fatais.

⁵⁴ A classificação completa de cada categoria consta no anexo I.

⁵⁵ A Comissão Pastoral da Terra apenas considera as mortes que fazem parte do grupo camponês ou seus defensores.



Neamp

especificamente, vários outros grupos sofrem com os conflitos de terra, como, por exemplo, índios e quilombolas, garimpeiros, líderes de movimentos sociais, assentados, pequenos arrendatários, sindicalistas e religiosos. Poucos políticos foram mortos, pois, geralmente, eles próprios possuem muitas terras e não se posicionam a favor das camadas mais desfavorecidas da sociedade rural, a não ser em tempos de eleições com promessas vazias.

Um grupo que nos surpreende por também ser vítima é constituído por assentados. Estes, já conquistaram seu pedaço de terra e, supostamente, poderiam ficar fora dos conflitos existentes, pois são os consagrados pela reforma agrária. Porém, o pedaço que ganharam, por vezes, continua sendo insuficiente para a subsistência. Ou, mesmo sendo recompensados com a terra tão sonhada, são solidários e até ativos na luta dos que ainda não foram beneficiados pela reforma agrária para aquisição de um terreno de plantio e criação de animais. Em estudo de campo realizado em um povoado de Santa Catarina, Wolford concluiu que, “na maioria dos casos, não eram os camponeses mais pobres os que mais sofriam por causa da apropriação capitalista da terra. Muitos pequenos produtores que se juntaram ao MST possuíam um pedaço de terra na parte ocidental de Santa Catarina. Esses agricultores necessitavam da terra que tinham e ainda mais, para continuar na ocupação que escolheram, enquanto outras pessoas que não tinham vínculos profundos com a terra, poderiam mudar para os centros urbanos em busca de trabalho” (WOLFORD 2003, p.211).

O grupo mais vitimizado como consequência de conflitos de terra entre os camponeses (mais de ¼ do total de mortes) é formado pelos posseiros. O confronto entre polícia e/ou seguranças do proprietário com os que tomaram posse de um pedaço de terra sem direito legal a ela provoca elevado nível de violência. Os trabalhadores rurais e sem-terra são os próximos da lista, em ordem decrescente. As invasões e ocupações de terra fazem muitas vítimas fatais. Os pequenos proprietários também são vítimas na tentativa de aumentar suas terras que são insuficientes para a subsistência familiar. Esses quatro grupos juntos representam cerca de 70% de todas as “mortes agrárias” no Brasil, nas últimas duas décadas. Por isso, na continuação da investigação trabalharemos com apenas esses grupos.

A subdivisão dos camponeses em categorias que podem facilmente intercalar e, inclusive, conviver paralelamente, foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Por exemplo, um sindicalista pode ser líder comunitário, trabalhador rural e sem-terra ao mesmo



Neamp

tempo. Como, então, categorizar uma vítima fatal em determinada categoria rígida? Cada vítima entrou na categoria que exercia como razão de sua morte. Um posseiro, por exemplo, morreu por ocasião de disputa de terra devido a não ter título de propriedade e estar em terra em situação de litígio, formal ou informal. Se ele também trabalhava como trabalhador rural para grandes proprietários esporadicamente e morreu em função dessa ocupação, então será categorizado como trabalhador rural e não como posseiro. As categorias não foram modificadas para que a metodologia empregada pela CPT não sofra mudanças que poderiam prejudicar análises estatísticas posteriores.

Essa subdivisão categórica de camponeses foi preservada por um motivo adicional: apesar de certos autores pensarem não ser frutífera a especulação sobre a natureza do camponês (SKOCPOL 1997, p. 215; MOORE 1966, p. 457) para prever seu comportamento revolucionário ou pacífico, a literatura não-quantitativa sobre revoluções assim o fez (STINCHCOMBE 1961; PAIGE 1975; MIGDAL 1974; SCOTT 1976; POPKIN 1979; WOLF 1969). Supondo que confrontos são mais suscetíveis de ocorrer quando camponeses estão dispostos a enfrentar o outro lado, optamos por preservar as categorias, mesmo selecionando posteriormente para a análise estatística apenas categorias que apresentam maior quantidade de mortes.

O Brasil é um país com diferenças regionais muito acentuadas e, por esse motivo, é importante verificar quantas mortes ocorrem em cada estado em números absolutos e proporcionais à quantidade de municípios e população existentes.

Podemos visualizar, na tabela da próxima página que, em números absolutos, o Pará (392) é o estado mais violento, seguido por um empate entre Maranhão e Mato Grosso (ambos com 113). Nos outros estados, as vítimas não ultrapassam os 100 pelos 21 anos da contagem. A região norte é a mais violenta a frente do nordeste e centro-oeste, em contraste com o bem menos violento sudeste e sul. Essas regiões com maior número de mortes agrárias localizam-se na fronteira agrícola que se modifica em função da plantação de novas culturas, como a soja e a cana-de-açúcar, ou a criação de gado em áreas extensas. Nas últimas décadas essa fronteira se movimentou da região centro-oeste à região norte do país.

Como os estados brasileiros diferem bastante em relação ao número de municípios que cada um abrange, variando de 15 (RR) a 853 (MG)⁵⁶, seria conveniente enumerar proporcionalmente o número de mortes de cada estado. O Pará (2,74) continua na liderança na

⁵⁶ Não nos referimos ao Distrito Federal, onde há apenas 1 município (Brasília). Ele consta como parte do estado de Goiás, somente por propósitos de análise.



Neamp

frente de Roraima (1,60) e Rondônia (1,12). Todos de uma mesma região: norte. O Mato Grosso (0,80) aparece em seguida. Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio Grande do Norte aparecem empatados em último lugar (0,02). O norte é a região mais violenta proporcionalmente em número de municípios (1,29), seguido pelo centro-oeste (0,36), nordeste (0,20), sudeste (0,08) e sul (0,06).

Como os estados brasileiros diferem bastante em relação ao número de municípios que cada um abrange, variando de 15 (RR) a 853 (MG)⁵⁷, seria conveniente enumerar proporcionalmente o número de mortes de cada estado. O Pará (2,74) continua na liderança na frente de Roraima (1,60) e Rondônia (1,12). Todos de uma mesma região: norte. O Mato Grosso (0,80) aparece em seguida. Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio Grande do Norte aparecem empatados em último lugar (0,02). O norte é a região mais violenta proporcionalmente em número de municípios (1,29), seguido pelo centro-oeste (0,36), nordeste (0,20), sudeste (0,08) e sul (0,06).

Além dos estados se diferenciarem proporcionalmente pela quantidade de municípios, eles também variam em relação ao tamanho de suas populações rurais. Por conta disso, incluímos na tabela a relação do número de mortes em conflitos agrários por 100 mil habitantes. Roraima (31,02) possui a maior quantidade, seguido pelo Mato Grosso (21,87), Pará (18,92) e Tocantins (13,46). Entre os menos violentos por 100 mil habitantes estão Rio Grande do Norte (0,54) e São Paulo (0,61). A ordem descendente das regiões mais violentas para as menos violentas é a seguinte: Norte (38,86), Centro-oeste (10,75), Nordeste (2,39), Sudeste (1,87) e Sul (1,48).

O Brasil, como um todo, entre 1985-2005, possui 1.296 mortes agrárias, 0,23 mortes por município, e 4,07 mortes por 100 mil habitantes rurais.

De acordo aos dados apresentados na tabela anterior, verificamos que o estado do Pará é um dos mais violentos nas várias categorias apresentadas. Proporcionalmente, a região em que se encontra (Norte) é a mais violenta. O Centro-oeste vem logo em seguida, com o estado de Mato Grosso liderando em níveis de violência. A região Nordeste está em terceiro lugar, mas com números bem mais modestos que as já mencionadas regiões. O Sudeste e Sul apresentam

⁵⁷ Não nos referimos ao Distrito Federal, onde há apenas 1 município (Brasília). Ele consta como parte do estado de Goiás, somente por propósitos de análise.



Neamp

muito pouca violência agrária.

Mesmo os estados brasileiros podem apresentar concentrações em relação a mortes em certos municípios e em outros simplesmente não ocorrer violência. Para não atribuir aos estados a característica de violentos, consideramos, na tabela da próxima página, a desagregação dos dados aos municípios. Apresentamos os 40 municípios com maior quantidade de mortes resultantes de conflitos agrários no Brasil, indicando o estado a que pertence o município, o número de mortes, e o número proporcional de mortes em relação à população rural do município, já que, em geral, os envolvidos, de alguma forma, pertencem à camada rural da população.

Tabela 3: Mortes agrárias por estados brasileiros (1985 – 2005).

Região	Estado Federativo	Mortes	Municípios (mortes/munic.)	Mortes por 100,000
Norte	RO (Rondônia)	58	52 (1,12)	11,71
	AC (Acre)	15	22 (0,68)	8,01
	AM (Amazonas)	43	62 (0,69)	6,10
	RR (Roraima)	24	15 (1,60)	31,02
	PA (Pará)	392	143 (2,74)	18,92
	AP (Amapá)	6	16 (0,38)	11,46
	TO (Tocantins)	40	139 (0,29)	13,46
Total da região norte		578	449 (1,29)	38,86
Nordeste	MA (Maranhão)	113	217 (0,52)	4,94
	PI (Piauí)	16	223 (0,07)	1,52
	CE (Ceará)	17	184 (0,09)	0,80
	RN (Rio Grande Norte)	4	167 (0,02)	0,54
	PB (Paraíba)	20	223 (0,09)	2,01
	PE (Pernambuco)	61	185 (0,33)	3,28
	AL (Alagoas)	19	102 (0,19)	2,16
	SE (Sergipe)	4	75 (0,05)	0,78
	BA (Bahia)	99	417 (0,24)	2,30
Total da região nordeste		353	1793 (0,20)	2,39
Sudeste	MG (Minas Gerais)	75	853 (0,09)	2,33
	ES (Espírito Santo)	15	78 (0,19)	2,37
	RJ (Rio de Janeiro)	23	92 (0,25)	4,04
	SP (São Paulo)	15	645 (0,02)	0,61
Total da região sudeste		128	1668 (0,08)	1,87
Sul	PR (Paraná)	46	399 (0,12)	2,59
	SC (Santa Catarina)	13	293 (0,04)	1,14
	RS (Rio Grande do Sul)	12	496 (0,02)	0,64
Total da região sul		71	1188 (0,06)	1,48
Centro-Oeste	MS (Mato Grosso Sul)	32	78 (0,41)	9,67
	MT (Mato Grosso)	113	141 (0,80)	21,87
	GO (Goiás)	21	246 (0,09)	3,02
Total da região centro-oeste		166	465 (0,36)	10,75
Total Brasil		1296	5563 (0,23)	4,07

Fonte: Autoria própria (baseado em dados da CPT 1985 – 2005 e IBGE).

Tabela 4: Municípios com mais mortes agrárias (1985 – 2005)⁵⁸.

Posição	40 Municípios	Estado	Mortes	Mortes/Pop.Rural ⁵⁹ (%)
1	Xinguara	PA	59	0,66
2	Marabá	PA	42	0,12
3	Eldorado dos Carajás	PA	28	0,18
4	São Félix do Xingu	PA	26	0,12
5	Parauapebas	PA	22	0,18
	São João do Araguaia	PA	22	0,22
7	Rio Maria	PA	20	0,43
	Mucajaí	RR	20	0,47
9	Santa Luzia	MA	18	0,04
	Novo Repartimento	PA	18	0,07
11	Benjamin Constant	AM	17	0,18
12	Alta Floresta	MT	15	0,15
13	Tailândia	PA	13	0,13
14	Aripuanã	MT	12	0,09
15	Curionópolis	PA	11	0,18
	Paragominas	PA	11	0,06
17	Jauru	MT	10	0,15
	Conceição do Araguaia	PA	10	0,07
	Corumbiara	RO	10	0,12
20	São Gabriel da Cachoeira	AM	9	0,05
	Juína	MT	9	0,12
	Redenção	PA	9	0,25
	Santana do Araguaia	PA	9	0,06
24	Imperatriz	MA	8	0,07
	Pau Brasil	BA	7	0,16
	Coroatá	MA	7	0,03
	Grajaú	MA	7	0,03
	Terra Nova do Norte	MT	7	0,09
	Porto Murtinho	MS	7	0,14
	Ariquemes	RO	7	0,04
	Araguatins	TO	7	0,07
32	Santa Leopoldina	ES	6	0,06
	Bacabal	MA	6	0,03
	Bom Jardim	MA	6	0,03
	Tucumã	PA	6	0,07
	Rio Bonito do Iguaçu	PR	6	0,05
	Salto do Jacuí	RS	6	0,20
	Nova Mamoré	RO	6	0,08
	Pimenta Bueno	RO	6	0,11
	Vilhena	RO	6	0,20

Fonte: Baseado em dados da Comissão Pastoral da Terra (1985 – 2005).

⁵⁸ Esse número representa 531 mortes agrárias, e 41% de todas as mortes desse gênero no Brasil.

⁵⁹ Segundo o censo do ano de 2000 (IBGE).



Neamp

Cidades do Pará lideram o número de mortes: Aparecem 15 vezes na lista dos 40 primeiros colocados, sendo que fazem parte dos 7 primeiros. Xinguara (59) e Marabá (42) são os municípios onde ocorreu o maior número de vítimas fatais resultante de conflitos agrários. É importante frisar que o estado poderia ser violento em poucas cidades e num evento específico. Apesar de não apresentarmos o quadro com informações temporais, para saber se há incidência uniforme de eventos durante todo o período (1985 – 2005), podemos afirmar, com base nos dados estudados, que mesmo com os municípios mais violentos, as mortes ocorrem anualmente e estão presentes em inúmeros eventos.

Maranhão aparece com 6 municípios, Rondônia com 5 e Mato Grosso com 4. O Sul (PR) e Sudeste (ES) apresentam apenas 1 município cada, com poucas vítimas. Em casos em que a ocorrência estava registrada em dois municípios adjacentes, optou-se por incluí-la no primeiro município mencionado.

Dos 5 municípios mais violentos proporcionalmente em relação a população rural (Xinguara, Mucajaí, Rio Maria, Redenção e São João do Araguaia) apenas um (Mucajaí, RR) localiza-se fora do estado do Pará, porém, ainda na região Norte.

CONCLUSÃO

A violência agrária não ocorre no vácuo. Variáveis como desigualdade (de terra e de renda), (baixo nível de) educação, economia (em crise), (alta densidade da) população rural e (baixo) índice de desenvolvimento humano, podem se associar à ocorrência de mortes agrárias.

No entanto, nessa exposição, sistematizamos os dados relativos às vítimas de disputas agrárias no Brasil, a partir da transição do regime democrático. Com isso, o intuito foi compreender melhor a implementação de políticas agrárias no país, em distintos governos, além de contabilizar as vítimas, registrar suas origens e exibir, tanto nacional como regional e municipalmente a vitimização camponesa.

Como que nos governos da recente democracia no Brasil houve mais vítimas fatais (praticamente o dobro, de acordo aos poucos dados existentes) do que no período de regime militar? Provavelmente, com a abertura política e a legalização de movimentos e



Neamp

organizações que estavam banidos e proibidos de atuar criou-se um sentimento de “agora é a hora” e os confrontos e choques cresceram por todo o país. As concepções de defesa da propriedade e o direito à terra, a princípio conflitantes, não puderam conviver pacificamente, pois os governos não encontraram caminhos de fortalecer as duas práticas por via pacífica em um Estado democrático de direito. Talvez pela imaturidade democrática de então. Esperemos que a situação se inverta, pois o Brasil está mais maduro e atuante e a sociedade civil já conhece seu espaço de atuação, seus direitos e limitações.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A.M. “Muita terra e pouco dono. Análise histórica-estrutural da questão agrária no Brasil”. OSAL. Setembro 2000;
- ALSTON, L.J.; LIBECAP, G.D.; MUELLER B. “Land reform policies, the sources of violent conflict, and implications for deforestation in the Brazilian Amazon”. *Journal of environmental economics and management*, 39, 2000, pp.162 – 188;
- ALSTON, L.J.; LIBECAP, G.D.; MUELLER B. “A model of rural conflict: Violence and land reform policy in Brazil”. *Environment and Development economics*, n.4, Cambridge University Press, 1999, pp.135 – 160;
- BARBIERI, G. Reforma agrária somente no discurso. Brasília: entrevista Radioagência NP, 03/05/2007;
- BRUNO, R.A.L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*. 5(10), Porto Alegre, Julho – Dezembro 2003, pp.284–310;
- CARVALHO FILHO, J.J.; MENDONÇA, M.L. “Agrarian policies and rural violence in Brazil”, *Peace review*, 19(1), 2007, pp. 77-85;
- CPT (Comissão Pastoral da Terra). *Conflitos no Campo Brasil*, Goiânia: Gráfica e Editora Pe. Berthier, anos 1985 – 1995 <<http://www.cptnac.com.br>>;
- FELICIANO, C.A. O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, Maio 2003;
- FELÍCIO, M.J. “A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário



Neamp

- a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês”. Revista de geografia agrária, 1(2), pp.14 – 30, agosto, 2006;
- GRAZIANO, C. O paradoxo agrário. Campinas: Editora Pontes, 1999;
- GUANZIROLI, C.G.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.D.; BITTENCOURT, G. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI, Rio de Janeiro: Garamond e FAO, 2001;
- HOLSTON, J. “The misrule of law: Land and usurpation in Brazil”. Comparative studies in society and history, 33(4), October 1991, pp.695-725;
- HUMAN RIGHTS WATCH. Violência rural no Brasil. Relatório Americas Watch, Fevereiro 1991;
- IBGE. <<http://www.ibge.com.br>>;
- INCRA. O Brasil desconcentrando terras: Índice de GINI. Maio, 2001.
<<http://www.incra.com.br>>;
- INCRA. Assentamentos rurais : impasses e dilemas - uma trajetória de 20 anos. O. A. Junior; V. L. S. B. Ferrante (orgs.), 2005;
- KAY, C. Reflections on rural violence in Latin America. Third World Quarterly, 22(5), 2001, pp.741 – 775;
- LEITE, S. *et alli*. Impacto dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Editora Unesp, 2004;
- MAINWARING, S. The catholic church and the politics in Brazil, 1916-1985. CA: Stanford University press, 1986;
- MIGDAL, J. S. Peasants, Politics, And Revolution: Pressures Toward Political And Social Change In The Third World. Princeton: Princeton University Press, 1974;
- MOORE, B. Jr. Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World. Boston: Beacon Press, 1966;
- MST. Assassinatos no campo: Crime e impunidade 1964 – 1985.MST, 1986;
- PAIGE,J.M. Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World. NY: Free Press, 1975;
- PEREIRA, A. “Brazil’s agrarian reform: Democratic innovation or oligarchic exclusion redux?”. Latin American politics and society, 45(2), Summer 2003, pp. 41-65;
- POPKIN, S. The rational peasant: The political economy of rural society in Vietnam.



Neamp

- University of California Press, 1979;
- ROMERO, J.I. Questão agrária: Latifúndio ou agricultura familiar – A produção familiar no mundo globalizado, São Paulo: Editora Moderna, coleção Paradoxo, 1998;
- SCOTT, J. The moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia. New Haven: Yale University Press, 1976;
- SKIDMORE, T.E. Brazil: Five centuries of change. Oxford: Oxford university Press, 1999;
- SKOCPOL, T. Social revolutions in the modern world. Cambridge University Press, 1997;
- STEDILE, J.P. “O MST e a questão agrária: Entrevista com João Pedro Stédile”. Estudos Avançados, 11(31), 1997, pp.69-98;
- STINCHCOMBE, A. L. Agricultural enterprise and rural class relations. The American Journal of Sociology. 67(2), September 1961, pp.165-176;
- TEIXEIRA, D.R.M. As organizações patronais rurais e a política de reforma agrária na Nova República. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa/MG, Julho 2006;
- VEIGA, J. E. Poverty alleviation through access to land: the experience of the Brazilian agrarian reform process, Manuscrito preparado para o Comitê Mundial de Segurança Alimentar, FAO: Roma, 16 Maio 2003;
- VEIGA, J.E. “O reaparecimento da UDR prejudica as negociações pela reforma agrária no país? Em termos”. Artigo do Jornal Folha de São Paulo, 19/09/1996;
- WOLF, E.R. Peasant Wars of the Twentieth Century. NY: Harper & Row, 1969;
- WOLFORD, W. “Families, fields, and fighting for land: The spatial dynamics of contention in rural Brazil”. Mobilization: An international journal, 8(2), 2003, pp.201-215;
- ZIMMERMAN, A. Peguem a foice e vamos à luta: Determinantes agrários da guerra civil. São Paulo: Editora Humanitas, 2008;
- ZIMMERMAN, A. "Camponeses e a predisposição à revolta: Quem participa ativamente dos conflitos agrários?". Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Vol.25, ns. 1-2, janeiro – dezembro, 2006.
- ZIMMERMAN, A. “Revisão bibliográfica da literatura quantitativa sobre os determinantes de guerra civil”. BIB. Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais, São Paulo, v. 60, n. 2 semestre, pp. 65-85, 2005;
- ZIMMERMAN, A. ; ALVES, H. R. C . Governmental repression and the likelihood of civil war. Revista de Ciência Política, Universidad Católica de Chile, Santiago, dez., 2007.



Neamp

Violênciosofia ou o léxico de Caim

Rodrigo Estramanho

Ser e forçar
Esturrar e existir
Violar e conceber
Constranger e coagir
Arrombar e querer
Penetrar e extorquir

Matar

Morder e castigar
Roubar e destruir
Estuprar e bater
Perverter e infringir
Esmurrar e torcer
Vigiar e punir

Morrer

Perverter e flagelar
Alterar e reprimir
Aviltar e ofender
Poder e deferir
Rasgar e romper
Purgar e transgredir

Viver

Deter e assolar
Enfiar e ferir
Furar e inverter
Bater e afligir
Calar e corromper
Maltratar e repelir

Por nada

Romper, estuporar
Depredar e pungir
Açoitar e foder



Neamp

Ofender e poluir
Incitar, ofender
Amordaçar e ferir

Por ser



Neamp

Tear de guerra

ou poesia para idiotas

Apud Augusto de Campos

Rodrigo Estramanho

A arte
arma
seu ar
tíficio
E o ar
tista
em seu
apart
amento
Mente
sua
liber
dade
e sol
idão
as
sim
sem
muni
ção
arma
seu
arma
mento
contra
a
real
idade

Encarnado

Daniela Lemos de Moraes



Amsterdam, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Amsterdam, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Amsterdam, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Amsterdam, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Paris, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Paris, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Paris, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Paris, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Roma, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm



Paris, Julho/2008 Câmera: Nikon D50; lentes 18-55mm; 10.5mm